



NAHARA MARIA ASSUNÇÃO DE CASTRO

**COOPERATIVAS DE RECICLAGEM E GESTÃO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UMA COMPREENSÃO
AMPLIADA DA PARCERIA ENTRE A COOPERATIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - RECICLANEP E
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO (2010 A 2019).**

**LAVRAS - MG
2019**

NAHARA MARIA ASSUNÇÃO DE CASTRO

**COOPERATIVAS DE RECICLAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS: UMA COMPREENSÃO AMPLIADA DA PARCERIA ENTRE A
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - RECICLANEP E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO (2010 A 2019)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Desenvolvimento
Sustentável e Extensão, área de concentração em
Sustentabilidade e Extensão, para a obtenção do título de
Mestre.

Orientador
Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira

**LAVRAS - MG
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Castro, Nahara Maria Assunção de.

Cooperativas de reciclagem e gestão de resíduos sólidos urbanos: uma compreensão ampliada da parceria entre a cooperativa de catadores de materiais recicláveis - RECICLANEP e a Prefeitura Municipal de Nepomuceno (2010 A 2019) / Nahara Maria Assunção de Castro. - 2019.

116 p.

Orientador(a): Benedito Anselmo Martins Oliveira.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Coleta seletiva. 2. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis. 3. Prefeitura Municipal de Nepomuceno. I. Oliveira, Benedito Anselmo Martins. II. Título.

NAHARA MARIA ASSUNÇÃO DE CASTRO

**COOPERATIVAS DE RECICLAGEM E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
URBANOS: UMA COMPREENSÃO AMPLIADA DA PARCERIA ENTRE A
COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - RECICLANEP E A
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO (2010 A 2019)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Desenvolvimento
Sustentável e Extensão, área de concentração em
Sustentabilidade e Extensão, para a obtenção do título de
Mestre.

APROVADA em 30 de abril de 2019.

Dra. Márcia Saeko Hirata	UFSJ
Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira	UFLA

Dr. Benedito Anselmo Martins Oliveira
Orientador

**LAVRAS - MG
2019**

AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior neste universo, que de diversas maneiras já demonstrou que suas vontades são, na verdade, os melhores caminhos para a minha vida!

A todos os amigos e amigas do curso pela prazerosa convivência. Foram dois anos em que pude aprender e também contar com o apoio de todos vocês. Muita Gratidão!

A todos os professores do curso pelas aulas que sempre me inspiraram.

Ao meu orientador, prof.º Dr.º Benedito Anselmo Martins de Oliveira pela ajuda na elaboração deste trabalho e também pela amizade. Apesar de nosso pouco contato, todas as observações, dicas e sugestões feitas por você fizeram grande diferença para o desenvolvimento de minha escrita.

As professoras, Maria das Graça Paula, Márcia Saeko Hirata e Maria de Lourdes Souza Oliveira, por se disponibilizarem a participar de minhas bancas de qualificação e defesa, compartilhando comigo ainda mais conhecimentos.

À Flávia, secretária do curso, que de maneira tão solícita sempre me ajudou com todas as dúvidas, normas, prazos...

Aos amigos e amigas que nas horas de tensão, cansaço e dúvidas durante a escrita do trabalho me alegraram e me impulsionaram a seguir em frente!

A minha cunhada, Ana Paula Carvalho Alves, pela amizade, conselhos e dicas valiosas!

Ao meu namorado, Klauber Sales Silva por todo apoio, carinho, paciência e cuidados, demonstrados a mim, por meio de atitudes, ao longo destes dois anos de curso. Amo você!

Ao CEFET-MG, instituição onde trabalho, pelo apoio à minha capacitação.

A Prefeitura Municipal de Nepomuceno e todos os servidores que me ajudaram com os dados para a pesquisa.

A todos os membros da RECICLANEP! Meu especial e imenso carinho por vocês!

A Marieta Assunção Botega de Castro e Expedito Claudino de Castro, meus pais! Pessoas que sempre me amaram e não mediram esforços para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Este trabalho só foi possível porque sempre tive o apoio de vocês em minha vida!

Dedico

RESUMO

Este trabalho, caracterizado como um estudo de caso apresentou como objetivo central a compreensão da parceria estabelecida entre Prefeitura Municipal de Nepomuceno e a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Nepomuceno, a RECICLANEP, na execução da coleta seletiva do Município. Para isso foram levantadas questões econômicas, sociais, ambientais bem como conflitos existentes na parceria, de maneira a compreender, por meio da técnica de análise de conteúdo a natureza dessa relação, que se mostrou ir mais além de um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva. Foram utilizados como instrumento para coleta de informações da pesquisa, de abordagem qualitativa, a elaboração de diário de campo, observações, documentos primários, bem como entrevistas semiestruturadas com Cooperados e Cooperadas da RECICLANEP e com Servidores da Prefeitura Municipal de Nepomuceno envolvidos na gestão dos resíduos sólidos. De forma mais específica, na Cooperativa, em virtude de observações da Pesquisadora ao longo do processo de levantamento de dados, a forma como é estabelecida a Divisão Sexual do Trabalho dos Cooperados e Cooperadas levou a inclusão de mais uma categoria de análise de dados, que evidenciou um protagonismo das Cooperadas na gestão da Cooperativa, bem como na representação dela perante a Prefeitura que, portanto, também conseguiu elucidar alguns pontos específicos na compreensão da parceria. As demais categorias analisadas permitiram destacar que a parceria estabelecida mostrou-se como a própria razão para a existência da Cooperativa, assim, benefícios sociais aos Cooperados e Cooperadas puderam ser destacados. Aportes em Sustentabilidade para o Município e potenciais benefícios econômicos para a Prefeitura foram outros aspectos positivos evidenciados. Os conflitos revelados referem-se a relação específica da Cooperativa com a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e também com a sociedade Nepomucense. Por fim, pôde ser constatado que a parceria possui ou ainda pode possuir vantagens a ambas as partes, no entanto, ela está estabelecida em Políticas de Governo, que não são capazes de promover uma inserção definitiva da Cooperativa como parte do Serviço Municipal de Limpeza Urbana que, por lei, engloba a atividade de coleta seletiva.

Palavras-chave: Coleta seletiva. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Prefeitura Municipal de Nepomuceno.

ABSTRACT

This study, characterized as a case study, presented as a central objective understanding of the partnership established between *Nepomuceno* City Hall and the Cooperative of the Professionals in the Collection, Processing and Commercialization of *Nepomuceno* Recyclable and Reusable Materials, RECICLANEP, in the execution of the Municipality selective collection. In order that, we have raised economic, social and environmental issues, as well as existing conflicts in the partnership, so as to understand the nature of this relationship, through content analysis technique, which has been shown to go beyond a contract for the provision of collection services selective. We used as a tool for collecting research information, with a qualitative approach, the preparation of field diary, observations, primary documents, as well as semi-structured interviews with Cooperated of RECICLANEP and with Servers of the *Nepomuceno* City Hall involved with solid waste management. More specifically, in the Cooperative, due to the observations made by the Researcher throughout the data collection process, the way in which is established the Gender Division of Labor of cooperated, for both man and woman, led to the inclusion of another category of data analysis, which evidenced a protagonism of the woman cooperated in the Cooperative management, as well as in her representation towards the City Hall, which, therefore, also managed to elucidate some specific points in the understanding of the partnership. The other categories analyzed allowed to highlight that the established partnership proved to be a reason for the Cooperative existence, thus, social benefits to the Cooperated (man and woman) could be highlighted. Contributions in Sustainability for the Municipality and potential economic benefits for the City Hall were other positive aspects evidenced. The conflicts revealed refer to the specific relationship of the Cooperative with the Secretariat of Public Works and Services and also with the *Nepomuceno* society. Finally, it could be verified that the partnership has or may still have advantages to both parts, however, it is established Government Policies, which are not able to promote a definitive insertion of the Cooperative as part of the Municipal Service of Urban Cleaning, which by law includes the activity of selective collection.

Keywords: Selective collection. Recyclable material collectors' cooperatives. *Nepomuceno* City Hall.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Cadeia produtiva da Reciclagem e a apropriação do valor que ela gera para cada um de seus principais agentes.....	28
Figura 2 -	Resumo esquemático da metodologia adotada na pesquisa.	44
Figura 3 -	Catadores e Catadoras em atividade no lixão do Município de Nepomuceno. ...	46
Figura 4 -	Vista Lixão do Município de Nepomuceno.	47
Figura 5 -	Banheiros, escritório e refeitório da RECICLANEP.	50
Figura 6 -	Baias para disposição do material reciclável triado e enfardado da RECICLANEP.....	50
Figura 7 -	Prensa da RECICLANEP coberta por uma lona.	51
Figura 8 -	Esteira de triagem da RECICLANEP em funcionamento.	52
Figura 9 -	Folder de divulgação da Coleta Seletiva, utilizado na ação pública de mobilização social de setembro de 2013.....	54
Figura 10 -	Linha do tempo dos principais fatos da relação RECICLANEP e Prefeitura Municipal de Nepomuceno entre 2010 a 2019.....	58
Figura 11 -	Mapa indicando a localização do Bairro Vista Verde, a RECICLANEP e o Lixão Municipal.....	72
Figura 12 -	Porcentagem de participação na coleta seletiva municipal de seus principais executores no Brasil.	85
Figura 13 -	Apresentação do Teatro da RECICLANEP na semana de Meio Ambiente do ano de 2017 na Escola Estadual Licas de Lima.....	86
Figura 14 -	Cooperados, Cooperadas e parceiros antes do início dos trabalhos de mobilização porta-a-porta no bairro Vila Esméria.	88
Figura 15 -	Reunião entre membros da RECICLANEP, Servidores do Serviço de Limpeza Urbana do Município, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e integrantes do corpo discente do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldo mensal da Cooperativa no ano de 2017.	60
Gráfico 2 - Porcentagem de representação de vendas da Cooperativa para as empresas ET Reciclagem e Produtos Ltda e Resíduos bandeirantes Ltda no ano de 2017.	80
Gráfico 3 - Porcentagem de representação de vendas da Cooperativa para as empresas ET Reciclagem e Produtos Ltda, Resíduos bandeirantes Ltda e Central de Reciclagem Minas entre os meses de julho a dezembro de 2018.	81
Gráfico 4 - Produção anual de Materiais Recicláveis da Cooperativa no ano de 2017.	90
Gráfico 5 - Produção de Materiais Recicláveis da Cooperativa entre os meses de Julho a Dezembro de 2018.	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Relação de documentos primários levantados durante a pesquisa.....	39
Quadro 2 -	Principais melhorias sociais evidenciadas aos Catadores e Catadoras da RECICLANEP após o estabelecimento de sua parceria com a Prefeitura Municipal de Nepomuceno.....	67
Quadro 3 -	Alguns dos objetivos de ação da REDE SUL-SUDOESTE.....	79

LISTA DE SIGLAS

CBO	Classificação brasileira de Ocupações
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ONU	Organização das Nações Unidas
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Política Nacional de Saneamento Básico
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PSAU	Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos
RECICLANEP	Cooperativa de trabalho dos profissionais em coleta, processamento e comercialização de materiais recicláveis e reutilizáveis de Nepomuceno
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UNINCOR	Universidade Vale do Rio Verde
TAC	Termo de Ajustamento de conduta
PSF'S	Programa de Saúde da Família.
CODEMA	Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente
ONG	Organização não Governamental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO	16
3	OBJETIVOS	17
3.1	Geral:	17
3.2	Específicos:	17
4	REFERENCIAL TEÓRICO	18
4.1	Capitalismo, Globalização, precarização do trabalho e exclusão social	18
4.2	A representação dos excluídos: considerações acerca dos Catadores de Materiais Recicláveis	24
4.3	Cooperativismo como forma de organização do trabalho e resistência à exclusão dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis	29
4.4	As Políticas Públicas na inclusão social dos catadores de materiais recicláveis ..	33
5	PERCURSO METODOLÓGICO	37
5.1	Um ponto de vista é sempre um ponto, mas é a partir dele que expandimos os horizontes: a motivação para o tema pesquisado	37
5.2	Desenho da pesquisa	38
5.3	Indo a campo. Uma pesquisa circular e observacional	41
5.4	Os atores sociais envolvidos na pesquisa e a amostragem não probabilística	42
5.5	Categorização e análise de dados	43
5.6	Metodologia: resumo esquemático	44
6	ANÁLISE DOS DADOS	45
6.1	Como tudo começou: da catação no lixão ao contrato de prestação de serviços de coleta seletiva	45
6.2	Análise das categorias	59
6.2.1	Benefícios econômicos da parceria	59
6.2.2	Melhorias sociais aos Catadores e Catadoras	67
6.2.3	Sustentabilidade no Município	82
6.2.4	Conflitos da parceria	90
6.2.5	Divisão sexual do trabalho na cooperativa	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	102
	ANEXOS	110

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou discutir a questão da pobreza e desemprego provocados pela lógica neoliberal, ampliada no Brasil a partir da década de 1990, e, a partir disso, como grupos de pessoas começaram a se organizar sobre a perspectiva da economia solidária, para constituírem formas para geração de trabalho, renda e bem-estar social, no sentido de se afastarem dos preceitos da competição, heterogestão e exploração da força de trabalho, características do sistema de produção capitalista, cuja base econômica está apoiada no neoliberalismo.

Estes grupos de pessoas foram abordados na perspectiva dos catadores de materiais recicláveis, por estes retratarem, de forma bem nítida, como a concepção de uma economia baseada na livre regulação do mercado provocou uma crise do trabalho que atingiu de forma intensa as camadas mais pobres e desqualificadas da população brasileira, alijando-as de condições dignas de trabalho e bem-estar social. Supõe-se que este quadro tenha ajudado no surgimento de grande quantidade de pessoas na atividade de catação de materiais recicláveis nos mais diversos lixões, aterros sanitários e ruas existentes em todo território do Brasil, para obter, com a venda dos recicláveis, sua forma de sobrevivência.

Neste sentido, procurou-se com o referencial teórico discutir os efeitos da ampliação das medidas neoliberais, impostas pelo *Consenso de Washington* e pela globalização, nas relações e oportunidades de trabalho no Brasil e como os diversos catadores e catadoras do país foram alicerçando, com a ajuda entidades assistenciais, organizações da sociedade civil, universidades e Estado, possibilidades para geração de trabalho e renda buscando perspectivas alternativas ao desenvolvimento capitalista, que pudessem alimentar, por exemplo, o exercício da autogestão, da solidariedade e da cooperação para, assim, inserirem-se num sistema produtivo buscando outra forma de desenvolvimento, cujas premissas fossem mais solidárias.

Uma síntese da situação dos Catadores e Catadoras de materiais recicláveis no Brasil, com suas dificuldades e conquistas foi elaborada para demonstrar o quanto, organizados em formas de empreendimentos econômicos solidários, podem obter maior acesso a garantias sociais e emancipação econômica, além do alcance a diversas políticas públicas, que poderão libertá-los da informalidade e das condições de exploração a que são submetidos dentro da cadeia de reciclagem no país.

As políticas Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2007) e Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010b), bem como o Pagamento por Serviços Ambientais foram contextualizadas para discutir o papel do Estado, principalmente das Prefeituras Municipais,

na inclusão social destes catadores na gestão dos resíduos sólidos urbanos com a inclusão dos catadores

Todo este apanhado teórico foi elaborado para poder contextualizar e embasar os dados colhidos nesta pesquisa social, de abordagem qualitativa, que foi realizada para compreender, de forma descritiva e analítica, conteúdos específicos da parceria entre a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Nepomuceno - RECICLANEP e a Prefeitura Municipal de Nepomuceno em seus aspectos econômicos, sociais, ambientais, como também os conflitos existentes dentro das relações que se estabelecem em função de um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva pela Cooperativa a todo o Município de Nepomuceno.

A Divisão Sexual do trabalho na Cooperativa constituiu-se de outro aspecto analisado na parceria em virtude de observações da pesquisadora, que desde o início dos trabalhos de levantamento de dados da pesquisa pôde constatar que o protagonismo das Cooperadas na gestão da Cooperativa possui influências na relação desta última com a Prefeitura.

A metodologia utilizada para coleta dos dados analisados concentrou-se no diário de Campo elaborado pela Pesquisadora e nos dados primários levantados, que permitiram o desenvolvimento dos roteiros de entrevistas semiestruturadas com Cooperados e Cooperadas da RECICLANEP e Servidores da Prefeitura Municipal de Nepomuceno que, após aplicados foram transcritos, podendo, assim, subsidiar a categorização dos dados a serem discutidos.

As categorias: 1) benefícios econômicos da parceria, 2) melhorias sociais aos Catadores e Catadoras, 3) Sustentabilidade Urbana, 4) Conflitos da parceria e 5) Divisão sexual do trabalho foram analisadas na perspectiva da Análise de Conteúdo e de maneira descritiva, sempre correlacionada ao referencial teórico, puderam demonstrar que a parceria mostrou-se como a própria razão da existência da Cooperativa.

Ela não só foi responsável pela saída dos Catadores e Catadoras do trabalho informal e insalubre no lixão do Município, mas, também pela própria criação da Cooperativa que hoje é formada por estes Catadores e Catadoras, que tiveram substanciais melhorias sociais, além de um aprimoramento na capacidade de trabalho que deixou de ser individualizado, passando a ser coletivo e autogestionário.

Na perspectiva ambiental, foram evidenciadas as iniciativas da Cooperativa na capacidade de promover a Educação Ambiental para maior mobilização social, além de seu potencial para o alcance de maior sustentabilidade urbana e diminuição de custos para a prefeitura com a disposição final, ambientalmente correta, dos resíduos sólidos urbanos. Não obstante, os dados analisados também indicaram que, para que a atividade de coleta seletiva

pela Cooperativa possa desonerar a Prefeitura com os custos citados anteriormente, é preciso maior participação social e cooperação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município.

Apesar de a atual Administração Municipal apoiar o trabalho da Cooperativa, não foram implementadas, ainda, Políticas Públicas que possam inserir, definitivamente, estes Catadores e Catadoras na gestão dos resíduos sólidos municipais como integrantes do Serviço de Limpeza Urbana Municipal.

Entende-se que, desta forma, a Cooperativa consegue arcar com seus custos, gerar trabalho e renda aos seus Cooperados e Cooperadas, no entanto, permanece subsistindo por meio de Políticas de Governo, que podem alterar-se a cada mudança de Administração Municipal.

2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA DO TRABALHO

Ao efetuar a gestão dos resíduos sólidos pensando na sustentabilidade, e fundamentadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê como um de seus instrumentos “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis” (BRASIL, 2010b), as prefeituras municipais, além de incluir produtivamente e inserir no mercado de trabalho formal os catadores de materiais recicláveis, ainda poderão contratá-los para prestação dos serviços de coleta seletiva, que possui maior eficiência e capacidade de mobilização social quando comparados a prestação deste serviço por uma empresa privada (LIMA, 2013).

Frente a necessidade constante em melhorar cada vez mais o gerenciamento dos resíduos sólidos para aumento do volume de material passível de reciclagem a ser desviado dos aterros dos municípios do país e a necessidade veemente em se discutir as condições de atuação, necessidades, desafios e os papéis atribuídos tanto as prefeituras, quanto aos catadores, compreender a parceria da RECICLANEP com a Prefeitura Municipal de Nepomuceno é substancial para o estabelecimento de ações no sentido de um desenvolvimento municipal mais sustentável.

Como contribuição científica, o trabalho, ao compreender como foi estabelecida a parceria, desde o estímulo a saída dos catadores do lixão até a constituição do contrato de prestação de serviços, entre a Cooperativa de Catadores e Catadoras e o município de Nepomuceno pode tornar-se um indicador para dar subsídios a outros municípios que queiram estabelecer contratos similares, garantindo assim, um referencial para que outras cidades e cooperativas tenham êxito na gestão dos resíduos de forma mais sustentável, incluindo socialmente os catadores e protegendo o meio ambiente sempre com a orientação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, também pode oferecer informações mais densas para melhoria/aperfeiçoamento da parceria existente entre a Prefeitura de Nepomuceno e a Cooperativa.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral:

Compreender a parceria entre a RECICLANEP e a Prefeitura Municipal de Nepomuceno para cada uma das partes integrantes.

3.2 Específicos:

a) Demonstrar os possíveis benefícios econômicos para a Cooperativa e o Poder Público por meio do estabelecimento da parceria;

b) Demonstrar as possíveis melhorias sociais dos Catadores e Catadoras com a organização do trabalho em cooperativa;

c) Discutir a perspectiva da diminuição do impacto ambiental no município através da execução da coleta seletiva pela RECICLANEP;

d) Demonstrar as dificuldades e possíveis conflitos entre a Cooperativa e a Prefeitura do município de Nepomuceno;

e) Compreender a Divisão Sexual do Trabalho no processo de organização da cooperativa.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Capitalismo, Globalização, precarização do trabalho e exclusão social

A crise mundial - que se iniciou em 1929 com a queda da Bolsa de Valores de Nova York - forçou os Estados das maiores economias do mundo a um posicionamento político econômico diferente do liberalismo clássico que perdurou durante o século XIX. De acordo com Moraes (2001) após esta crise tudo dava legitimidade às ações políticas do Estado que visavam corrigir as distorções do mercado, que era tido como o meio mais eficiente para gerar e distribuir a riqueza produzida por uma nação. O Brasil, por exemplo, após a segunda guerra mundial, viveu um período de crescimento econômico com o aumento da industrialização e urbanização o que, conseqüentemente, promoveu uma elevada geração de empregos formais (MATTOSO, 2000).

Chamado de “anos dourados do capitalismo” o período pós segunda guerra até a década de setenta foi marcado pelas políticas de bem-estar social na Europa e pelo chamado *New Deal* nos Estados Unidos da América, baseadas, em parte, na concepção Keynesiana que, em oposição ao liberalismo clássico de Adam Smith¹, buscavam, “controlar o nível de atividade econômica, inclusive o emprego, através de instrumentos como a política monetária, a taxa de juros e os gastos públicos” (MORAES, 2001, p. 14) por meio de forte e maciça intervenção estatal sendo, então, um capitalismo menos selvagem e mais controlável.

De acordo com Harvey (2006, p. 129) “essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno”.

No Brasil, estas chamadas políticas de bem-estar social e *New Deal* jamais foram implementadas em sua plenitude. A esse respeito, Pochmann (2007, p. 77) evidencia que:

Apesar da convergência de uma série de reformas social democratas ocorridas ao longo do século XX em diversos países, observa-se que a presença plena do Estado do Bem-Estar Social foi uma excepcionalidade das economias que constituem o centro do capitalismo mundial.

¹ De acordo com Moraes (2001, p. 5), o liberalismo clássico de Adam Smith, prega a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três as funções do governo na argumentação de Smith: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia da propriedade e dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

Ou seja, uma minoria de nações que atenderam a uma parcela relativamente pequena do conjunto da população mundial. “Nas economias capitalistas periféricas, as reformas de caráter socialdemocrata foram de expressões menos intensas, com experiências variantes de proteção social” (POCHAMM, 2007, p. 77).

Harvey (2006) esclarece que o desenvolvimento prometido por um Estado mais investidor, provedor e regulador não se reverteu em melhores padrões de vida e serviços públicos, a não ser para uma elite nacional. Por isso, mesmo com robustos investimentos do Estado na industrialização do país, a alta taxa de geração de emprego não foi capaz de diminuir o aumento da pobreza absoluta e da concentração de renda (MATTOSO, 2000). Mattoso e Pochmann (1998, p. 220) destacam que o Estado Brasileiro “nunca se propôs seriamente a favorecer distribuição da renda ou criar as condições para que o progresso do país se orientasse na direção da satisfação das necessidades básicas do conjunto da população”.

No final da década de 60, este período virtuoso começou a dar os primeiros indícios de desaceleração da economia. Na década de setenta, o cenário econômico mundial foi, marcado pelo solapamento das políticas Keynesianas e por crises como as do petróleo (1973 e 1979), as crises fiscais dos Estados centrais e o retorno da inflação (PAULANI, 2006, p. 72), que fizeram o capitalismo entrar em uma nova fase em que o Estado retomou sua face liberal, valorizando o capital financeiro em detrimento do capital produtivo, abrindo mão de condutor da política econômica (OLIVEIRA, 2006) e passando a combater “todas as formas de regulação econômica do século XX: o Estado Keynesiano, os sindicatos e as políticas de bem-estar social nos países desenvolvidos, o Estado desenvolvimentista e a chamada democracia populista dos países subdesenvolvidos” (MORAES, 2001, p. 4).

Na década de 80, o Brasil mergulhou em uma longa crise econômica, provocada pelo endividamento externo, custo de sua industrialização, e altas taxas de inflação que causaram retração das atividades produtivas, logo a diminuição da geração de empregos formais. Singer (1999) esclarece que a perda destes empregos não foram as únicas consequências da crise econômica. Nesta década a distribuição de renda também passou ficar cada vez mais desigual, aumentando o número de pessoas abaixo da linha de pobreza. A inflação passou a comprimir, cada vez mais, a capacidade de compra e a renda dos trabalhadores.

Ao final dessa década, alguns economistas, alheios ou cegos às consequências sociais das prescrições neoliberais, determinadas pelo Consenso de Washington, que pode ser definido como “regras a países do terceiro mundo direcionadas à minimização do papel econômico do Estado e ao favorecimento à abertura econômica em favor do mercado”

(MONTEIRO, 2009, p. 21), começaram a sugerir a implantação, no país, de ações de desregulamentação total da economia, abertura comercial completa, estado mínimo, privatizações, entre outras, como medidas para renegociação de dívidas. Tudo isso com intenções, verdadeiras ou não, de remediar a crise econômica e a falta de trabalho, mas, que geraram poucos investimentos sociais através de políticas compensatórias que não conseguiram solucionar os graves problemas sociais do Brasil (MATTOSO, 2000). Além do desemprego o país continuou a sofrer com sua grande desigualdade social.

Como consequência as normas definidas pelo Consenso de Washington, o Brasil, segundo Mattoso (2000) abandonou um projeto próprio de desenvolvimento e, convencido de sua inserção na economia globalizada, provocou uma verdadeira crise do trabalho, que diferentemente da década de 80 assumiu uma face ainda mais cruel para o trabalhador, pois foi agravada pela chamada Terceira Revolução Industrial que ocasionou, segundo Singer (1999) assim como em outras revoluções tecnológicas, aumento da produtividade do trabalho fazendo que a produção pudesse aumentar sem o aumento de insumos, como recursos humanos. Reis (2006), a seguir, apresenta-nos dados que sustentam as consequências do avanço tecnológico congregado à subordinação do Estado aos capitais internacionais.

De uma taxa de desemprego extremamente baixa em 1990, próxima de 3%, a economia brasileira passou para mais de 8% de desemprego em 1999. Nota-se também, que esse aumento foi muito maior para os trabalhadores com níveis mais baixos de escolaridade. Entre 1990 e 1999, a taxa de desemprego dos trabalhadores com até o primário incompleto aumentou em 6,4 pontos percentuais, enquanto para os indivíduos com pelo menos o segundo grau completo o aumento foi de 4,3 pontos percentuais (REIS, 2006, p. 298).

A crise econômica iniciada na década de 80 somada ao panorama neoliberal, provocou um rearranjo nas formas de produção. Esta, anteriormente assentada em um capitalismo organizado, com “concentração e centralização do capital industrial, bancário e comercial em mercados nacionais” (HARVEY, 2006, p. 165), passou, impulsionada pelo processo de globalização a tornar-se cada vez mais mundializada, o que ocasionou grande mudança na forma de organização internacional de trabalho, onde a mão de obra produtiva passa a ser vista como uma espécie de dreno² ao lucro dos grandes capitais. A atividade econômica passa a ser um fim em si mesmo e não um caminho para se alcançar maior equidade social.

O processo de financeirização da economia também contribuiu, de forma muito negativa, diminuindo a geração de postos de trabalho. Nele, os donos do capital não precisam

² Em Chesnais (1996, p. 35) este processo é citado como o modelo japonês para a organização do trabalho. É o que Womack et al. (1992 citado por CHESNAIS, 1996) denomina de “produção sem gordura de pessoal.

investir no mercado produtivo para gerar mais dinheiro. Seria uma nova espécie de renda da terra (MARX, 2004, p. 63).

Fato é que a grandes organizações industriais mundiais, com grande concentração de capital, sofrem um rearranjo e de acordo com Dowbor (2017, p. 39) “descobrem que é mais conveniente se articular e trabalharem juntas, para o bem delas e dos acionistas. Não, necessariamente, como é óbvio, para o bem da sociedade”, o que corrobora com o pensamento de Marx que afirma que “para o capitalista, a aplicação mais útil do capital é aquele que lhe rende, com igual segurança, o maior ganho. Esta aplicação não é sempre a mais útil para a sociedade” (MARX, 2004). A esse respeito Gorender (1997, p. 331) afirma que:

A abertura do mercado no início da década de 90 colocou a indústria instalada no Brasil – de capital nacional e estrangeiro – diante de novos desafios. Exposta à concorrência internacional, a indústria brasileira entrou em processo de modernização, com ênfase na informatização e no enxugamento organizacional. Tal processo, denominado de reestruturação produtiva, se fez sentir na taxa de desemprego ascendente.

Apoiadas por essa reestruturação produtiva baseada no Toyotismo³, estas empresas, passaram a produzir de acordo com a demanda de mercado, evitando tanto o estoque de mercadorias quanto o estoque de mão de obra. Para sanar o “problema” deste último, surgiram os processos de flexibilização e terceirização do trabalho. “Se o fordismo eliminou os tempos mortos (de ociosidade forçada do operário), próprios do processo de trabalho de tipo artesanal, a organização japonesa eliminou os tempos mortos próprios do fordismo” (GORENDER, 1997, p. 316).

O processo de flexibilização garantiu a substituição dos trabalhadores estáveis e especializados das grandes fábricas por trabalhadores temporários e apropriados para realizarem multitarefas. Singer (1999, p. 25) nos dá uma exemplificação para este fato: “o ex-empregador ganha graus novos de liberdade, os ex-empregados perdem a segurança que tinham”. Já o processo de terceirização apequenou as grandes massas concentradas de trabalhadores, esgarçando os sindicatos que davam sustentação à luta de classes contra a exploração desmedida. Antunes (1999, p. 56) explica que o Toyotismo só se estabeleceu após “destruir o sindicalismo de classe”.

³ Modelo japonês de organização do trabalho e da produção que contraposto ao Fordismo prega uma produção mais enxuta, mais flexível, que seja regulada em função da demanda e não na produção em massa do Fordismo, que, posteriormente, criaria esta demanda. Para maiores esclarecimentos, consultar Gorender (1997).

Estabilidade no trabalho passou a ser conquista de uma pequena fatia de trabalhadores que mais qualificados foram absorvidos por essa economia globalizada que passou a valorizar seus conhecimentos contemplando-os com um emprego duradouro (CAPRA, 2005; HARVEY, 2006; SINGER, 1999). Como consequência ao dismantelamento dos sindicatos e polarização de trabalhadores (estáveis e não estáveis), houve, segundo Capra (2005), um distanciamento e diminuição da solidariedade entre classes.

Para Harvey (2006, p. 145), a reestruturação produtiva, ampliou as formas de processos de trabalho além da proletária causando assim, “o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes”, onde trabalhadores passaram a coabitar em um ambiente mais individualista, competitivo e menos coletivizado.

A terceirização e a flexibilização são, falaciosamente, relacionadas pelo capital como uma oportunidade ao trabalhador para poder vender sua força de trabalho a quem quiser o que, na verdade, congrega-se em uma maneira de extrair de forma mais intensa sua mais-valia, sem lhe dar garantias e proteção, tornando, então, o trabalho precarizado e marcado por relações informais⁴ - aqui, neste texto, entendida como a ausência de toda regulamentação do trabalho formal, sendo marcada pela desregulamentação das relações trabalhistas e eliminando conquistas como: previdência social, fundo de garantia por tempo de serviço, além da oportunidade de representação sindical.

A precarização também é intensificada por um exército reserva de trabalhadores que, desocupados, ficam no jugo da lei da oferta e demanda de mão de obra, fazendo pressão na diminuição dos salários e no aumento das jornadas de trabalho. Ademais, na impossibilidade de um emprego formal e na extrema necessidade da sobrevivência, esse exército de reserva estimula o crescimento das atividades informais, que lamentavelmente, estão mais atreladas a ocupações precárias, terceirizadas e de baixos rendimentos.

A esse respeito Antunes (2008, p. 1) evidencia que “[...] cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo”. Já Singer (1999, p. 30) afirma que “enquanto uma parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração hora declinante, outra parte crescente dos trabalhadores deixa de poder trabalhar”.

É preciso ressaltar que a globalização e os processos de terceirização e flexibilização, que levam a precarização do trabalho, atingem de forma diferenciada homens e mulheres por

⁴ Segundo Lima e Costa (2015, p. 314), boa parte do crescimento da informalidade e precariedade do trabalho na década de 1990 pode ser explicada pela redução e evasão, por parte das empresas, do cumprimento de seus encargos trabalhistas e sociais.

todo o mundo. Hirata (2002) ao analisar a relação entre emprego e divisão sexual do trabalho, afirma que as mulheres passaram a ter uma crescente participação no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, até maior que dos homens que se reduziu ou estagnou-se, no entanto, atrelado a este crescimento estão formas precárias e vulneráveis de labor. “As mulheres podem ser mais facilmente “cobaias” de experimentações sociais porque são menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais” (HIRATA, 2002, p. 144).

Essa vulnerabilidade constituída de menores salários, piores condições para execução do trabalho e, muitas vezes, necessidade de conciliação do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo em seus lares é, para as mulheres, um ponto de fragilidade onde os grandes capitais se apoiam para secar a gordura de pessoal (CHESNAIS, 1996) que representa a diminuição de seus lucros.

Fica evidente que toda estruturação do capital pós década de setenta junto com políticas neoliberais e acrescidas do progresso tecnológico, foram alicerçando um panorama de retrocesso para o trabalhador: baixos níveis de trabalhos formais, aumento da informalidade, precariedade do trabalho, além das altas taxas de desemprego estrutural, que da década de 1990 em diante culminaram numa aguda e persistente crise social, que já se estabelecia na década anterior diante da subordinação do Estado ao poder das corporações multinacionais, dos grandes bancos internacionais e de sua incapacidade em estabelecer políticas públicas de desenvolvimento Nacional.

A grande ironia: a globalização e a chamada terceira revolução industrial, tidas por muitos como um processo evolutivo, no sentido de progresso para a humanidade, não conseguiram, nem de longe combater os grandes males sociais, o atraso do subdesenvolvimento, ao contrário, contribuíram substancialmente para o aumento deles. (CAPRA, 2005).

O Brasil é exemplo para essa apropriação concentrada. Em diversas cidades de seu vasto território encontram-se ilhas de luxo envoltas de extrema desigualdade social e pobreza, decorrentes, principalmente, do desemprego estrutural que eliminou a possibilidade de renda e, assim, de vida digna a diversas famílias (SINGER, 1999), avolumando as favelas e fazendo crescer um exército reserva sempre marginal em acesso a vida de boa qualidade, com direito a uma alimentação saudável, saúde, habitação e educação.

Diminuindo cada vez mais sua responsabilidade com a proteção social ao se configurar como um elo entre o sistema econômico e político (OLIVEIRA, 2006), o Estado neoliberal transferiu o controle social para o capital garantindo a perpetuação deste (HARVEY, 2006;

MÉSZAROS, 2009) e diminuindo a esperança de um horizonte de maior equidade. A respeito da transferência do controle social ao capital, Dowbor (2017, p. 13) afirma que “hoje milhões de pessoas passam fome, não por culpa delas, mas por culpa de um sistema de alocação de recursos sobre o qual elas não têm nenhuma influência.

Ao que parece, a política financeira mundial, reificada por modos mais flexíveis de produção é impassível a uma justiça social. Neste sentido, Marx (2004, p. 80) afirma que “o trabalhador quanto mais riqueza gera ao produzir, mais se torna uma mercadoria barata e fácil de ser explorada como outrora foi no início do capitalismo”.

O capitalismo, neste século XXI, ao tentar tomar para si o controle social (MÉSZAROS, 2009), destaca como solução para todas as mazelas sociais, inclusive o desemprego, a ideia de meritocracia como prerrogativa para ascensão social, como se obstáculos para a melhoria de vida estivessem apenas em uma boa vontade e disposição a quem, usando uma expressão coloquial, “deseja subir na vida”. Solução que garantiu que o processo de opressão das classes subjugadas pudesse culpar o próprio pobre por sua pobreza, que por serem menos favorecidos tanto técnica quanto intelectualmente “são vistos como inúteis e são lançados às margens da vida social, acentuando ainda mais a desigualdade social” (OLIVEIRA, 2008, p. 325).

A fim de discutir em maiores detalhes o processo de exclusão social e desigualdade ocasionados pelas mudanças estruturais no processo produtivo e pela globalização, serão, em seguida, apresentadas algumas considerações a respeito do que a pesquisadora denomina de a representação dos excluídos, os catadores e catadoras de materiais recicláveis, que em suas atividades de recolhimento e separação dos materiais recicláveis, nas ruas e em diversas cooperativas e associações no Brasil, encontram um caminho para afirmar sua sobrevivência, constituindo, assim, um grupo que resiste a exclusão dentro do avanço neoliberal (RODRÍGUEZ, 2002).

4.2 A representação dos excluídos: considerações acerca dos Catadores de Materiais Recicláveis

Rodríguez (2002, p. 332) afirma que “um dos efeitos centrais do incremento acentuado da desigualdade em todas as escalas é a tendência efetiva a exclusão de grandes setores da população mundial do processo de acumulação global de capital”.

No Brasil e em toda América Latina, os Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis são o retrato fidedigno deste contingente social anteriormente citado. São pessoas

em condições de trabalho degradantes: moradores das periferias de nosso país submetidos a condição de desemprego estrutural devido a baixa qualificação para atuação no mercado globalizado, moradores de ruas submetidos a políticas higienistas, percebidos como marginais que sujam os centros urbanos (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011), que excluídos do mercado formal, encontraram na catação de resíduos sólidos gerados pelas classes sociais com poder aquisitivo para consumir, a forma mais imediata de sobrevivência.

Uma grande contradição de nossa sociedade, que Magera (2005) denominou de “paradoxo da modernidade”, pois serão estes Catadores e Catadoras os responsáveis por reciclar os resíduos de materiais que não terão condições de dispor para si, denotando assim:

Uma marcada fragmentação social e espacial que dá origem à coexistência, por um lado, de um pequeno setor da população com poder de compra que nos seus lares e locais de trabalho produz a maior parte do lixo e detrito recicláveis da cidade e, por outro, de uma grande população de desempregados e subempregados, alguns dos quais encontram na recuperação e venda desses materiais o meio de sobrevivência (RODRÍGUEZ, 2002, p. 341).

Eigenheer (2009) no Livro *A História do lixo: a limpeza urbana através dos tempos*, destaca que os primeiros registros de catadores no Brasil datam do ano de 1807, na Baía da Guanabara, Rio de Janeiro, local para onde todo o lixo da cidade era levado.

Para Fé e Faria (2011), a atividade de catação seguiu o processo de industrialização na década de 50, onde o processo migratório aumentou o número de pessoas desempregadas que não conseguiram um lugar no mercado de trabalho devido às alterações no sistema produtivo. Os autores destacam a presença dos Catadores nos diversos lixões do país, catando, em condições insalubres, precárias, e avessos, por muitos anos, a qualquer ação pública no sentido de dar-lhes condições mais dignas de vida e trabalho.

Miura e Sawaia (2013), em estudo que analisou a perspectiva sócio-histórica de catadores e catadoras, evidenciaram diferentes emoções sentidas na execução da atividade de catação, concluindo que o sofrimento ético é constante para os catadores que sofrem vergonha pela atividade que desempenham, além de preconceito e discriminação da sociedade que a considera marginal e não reconhece nela um papel econômico e ambiental. Por outro lado, também evidenciaram que a cata de recicláveis desperta alegria por ser capaz de promover a dignidade através do trabalho honesto e pela oportunidade de mobilização coletiva para luta a favor de melhores condições de trabalho e vida.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013), baseado no censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, estima que há,

no país, entre 400 e 600 mil Catadores e Catadoras, 31,1% de catadoras e 68,9% de catadores, com média de idade de 39,4 anos sendo 66,1% deles negros e negras, com uma situação de analfabetismo que atinge o dobro da média nacional. A baixa remuneração é outro dado negativo desta classe atingindo de forma diferenciada as Catadoras que recebem menos que os catadores e catadores (as) negros (as) que recebem menos que catadores (as) brancos (as) e pardos (as).

Para além de uma desigualdade de classe, parece evidente que os Catadores e Catadoras estão inseridos num contexto também de desigualdade de gênero e raça típicos de uma organização de produção capitalista que trata a mulher de forma desigual no mercado de trabalho devido a fragilidade destas diante de uma legislação trabalhista incipiente em direitos que as conduzem a empregos mais precários e com menores rendimentos (ANDRADE, 2015; HIRATA, 2002).

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR publicou uma nota questionando os dados publicados pelo IPEA em 2013, afirmando que as mulheres são, na verdade, maioria dentro da categoria. “Somos 70% da categoria, somos mulheres negras e chefes de família” (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR, 2014). Esta maioria pleiteada por elas e a conclusão do IPEA de que muitas consideram a catação somente como complemento de renda podem ser interpretadas segundo Wirth (2010), do ponto de vista da precariedade às condições de trabalho a que estão submetidas.

A informalidade e a baixa capacidade de estruturação coletiva, apenas 10% deles encontram-se organizados em forma de cooperativas ou associações (IPEA, 2013), carregam também outra alarmante condição de subjugação destes trabalhadores e trabalhadoras “do lixo”; a exploração de suas forças de trabalho pelos atravessadores e indústrias recicladoras, que por possuírem maior capacidade logística e de capital de giro, compram seus produtos a preços ínfimos, ficando com a maior parte dos lucros num mercado oligopsônico⁵ e caracterizado por uma alta instabilidade de preços (BAPTISTA, 2015).

Leal et al. (2002) enfatizam que o mercado da reciclagem, na verdade, compõe um grande circuito produtivo, onde os catadores ocupam um lugar central, mas estão submetidos a condições precárias de trabalho e remuneração. De acordo com eles, as indústrias

⁵ É uma forma de mercado caracterizado por ter muitos vendedores e poucos compradores, o que na situação específica dos Catadores de Materiais Recicláveis favorece as condições de exploração a que a maioria deles encontra-se submetida, principalmente os não organizados em cooperativas e associações, que possuem pouca capacidade de articulação para venda direta de seus materiais recicláveis às indústrias recicladoras ou a grandes aparistas. Para maiores informações, consultar: Gonçalves (2003, p. 142-144).

recicladoras, inseridas no mercado capitalista de produção, buscando apenas o lucro, expropriam a força de trabalho destes catadores valendo-se do slogan ambiental que a reciclagem produz, tendo como principal objetivo a reprodução ampliada do capital empregado, que somada as condições precárias de garantias sociais faz destes trabalhadores “operários terceirizados da indústria da reciclagem” (BAPTISTA, 2015, p. 145).

Neste sentido Rodríguez (2002, p. 334) evidencia, com um ponto de vista um tanto quanto pessimista, que a economia informal pode estar conectada com a economia formal de maneira a facilitar a exploração destes trabalhadores e não emancipá-los.

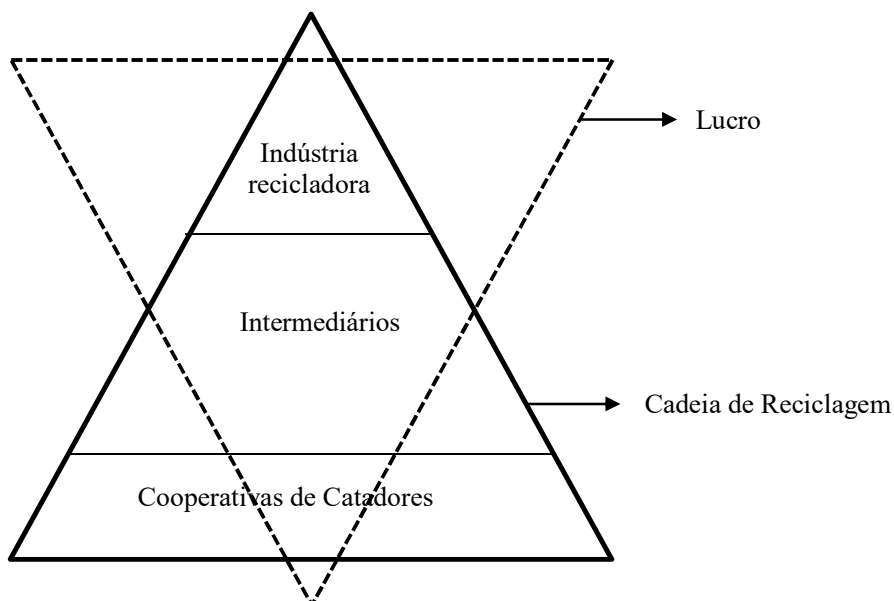
Como na perspectiva anterior, Bosi (2008) destaca que a reciclagem no Brasil só mostrou-se viável devido a numerosa disponibilidade de mão de obra barata, explorável, ou seja, “realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado” (BOSI, 2008, p. 104).

De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR (2009), os materiais recicláveis são considerados *commodities* que têm seus preços negociados na bolsa de valores de Londres por meio da lei da oferta e demanda e, quando encontram-se com um valor considerado pela indústria recicladora como não compensatório, são substituídos por matérias primas virgens. Nestes momentos, os mais prejudicados são os catadores, que estão na ponta do circuito produtivo necessitando manter os preços dos materiais recicláveis sempre abaixo do custo da matéria prima nova, e, portanto, recebendo menos.

Além de encontrarem-se nas mãos do mercado que estabelece o preço do que produzem/catam, ainda possuem dificuldades estruturais que dificultam o fornecimento de materiais a essas indústrias que compram os recicláveis exigindo frequência e qualidade do volume a ser comercializado (GONÇALVES, 2003). Esta exigência não podendo ser cumprida submete estes catadores, principalmente aqueles não organizados, aos atravessadores, que segundo Baptista (2015) por possuírem maior infraestrutura e capital de giro também acabam explorando estes catadores, comprando seus recicláveis a preços muito baixos.

A figura abaixo representa a posição dos Catadores e Catadoras dentro da cadeia produtiva da reciclagem no país, evidenciado que eles são o elo que capta a menor parcela de valor que a atividade gera.

Figura 1 - Cadeia produtiva da Reciclagem e a apropriação do valor que ela gera para cada um de seus principais agentes.



Fonte: Da autora (2019).

Por isso, neste contexto em que os catadores encontram-se inseridos na cadeia da reciclagem, Rolnik (2012, p. 20) evidencia que “se a reciclagem for pensada estritamente do ponto de vista empresarial, como campo de negócios, ela seguirá na contramão de uma política social, em que o trabalho com os resíduos sólidos urbanos seja também uma política de ampliação de direitos”.

Felizmente, neste quadro que parece uma anunciação um tanto quanto apocalíptica para Catadores e Catadoras, o avanço do capitalismo neoliberal tem encontrado relevantes cenários de resistência. A criação do MNCR no ano de 2001 foi uma importante conquista destes trabalhadores que passaram a ter uma plataforma de lutas e reivindicações importantes para união, organização e fortalecimento político, norteados pela missão de:

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (auto-gestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização (MNCR, 2017).

Criado no I Encontro Nacional de Catadores em Brasília, o MNCR, na ocasião, elaborou a “Carta de Brasília”, documento que reivindicava a regulamentação da profissão de catador e a inserção de empresas sociais, constituídas por eles, na cadeia de reciclados, o qual teve como resultado, no ano seguinte, a inclusão da profissão de catador na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego que garantiu ao movimento a primeira vitória para alcance de maior visibilidade da categoria, principalmente junto aos governos.

A partir do ano de 2002, início da gestão do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o MNCR começou a ter um canal direto de interlocução com o governo. Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, com objetivo de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional” (BRASIL, 2017), onde as iniciativas associativistas e cooperativistas de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis puderam ser inseridas na forma empreendimentos econômicos solidários, com base nos princípios da Economia Solidária.

Neste mesmo ano de 2003 foi instituído o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, revogado pelo decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010a), que instituiu o Programa Pró-Catador, responsável por unir, de forma, articulada, todas as ações governamentais voltadas ao apoio e fomento dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, inclusive as ações que estavam sob a coordenação da SENAES.

4.3 Cooperativismo como forma de organização do trabalho e resistência à exclusão dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

A palavra cooperativa é definida, de acordo com Ferreira (1999, p. 549) como “sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, e que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica”, diferentemente dos princípios de propriedade privada e lucro do capitalismo.

A Lei nº 12.569 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho considera, em seu artigo 2º, cooperativa de trabalho como uma: “sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho” (BRASIL, 2012), que parece convergir com o seu objetivo histórico onde nos primórdios da revolução industrial foi “inventada” como alternativa a pobreza e desemprego promovidos pelo uso das

“máquinas a vapor” (SINGER, 2002). Neste contexto, as cooperativas “eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas” (SINGER, 2002a, p. 83).

Tentativas de organização coletiva de Catadores e Catadoras tiveram um impulso no final da década de 1980, principalmente nas cidades de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, com o surgimento de associações e cooperativas, tanto por iniciativa própria, como por meio de iniciativas assistencialistas da igreja católica, da sociedade civil organizada, universidades e prefeituras, que buscavam alternativas para inclusão social e econômica, principalmente, da população de rua desempregada ou exercendo subempregos, que já estavam atreladas a atividade de catação (MAGERA, 2005; PEREIRA; TEIXEIRA, 2011; PINHEL 2013).

A partir de 1982, seguindo a tradição de preocupação social com os marginalizados do sistema econômico, procurou-se em São Paulo organizar os catadores no sentido de lhes dar maior dignidade profissional e mesmo melhorar seus ganhos. Este trabalho se inicia por intermédio da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), e culmina com a formação, em 1989, da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE). Outras iniciativas surgem pelo país, quase sempre a partir de grupos religiosos. **Muitas prefeituras, depois, passaram a apoiar essas iniciativas e mesmo a incentivá-las, buscando integrá-las ao sistema de limpeza urbana. Isto se dá principalmente no uso das cooperativas nos sistemas de coleta seletiva de lixo, tanto no recolhimento como na triagem dos materiais** (EIGENHEER, 2009, p. 118).

Neste contexto Wirth (2010, p. 100) destaca que:

É possível atribuir o crescimento do número de cooperativas e associações de catadores a uma combinação de fatores: ao aumento do contingente populacional de excluídos do emprego formal; à tendência de substituição dos lixões a céu aberto por aterros sanitários, o que contribui para remoção da população destes locais; à organização popular; e aos programas governamentais de Economia Solidária.

Atualmente, os catadores e catadoras, organizados em cooperativas e associações, inserem-se no sistema de limpeza urbana, realizando o trabalho de coleta, separação, triagem e algumas vezes de beneficiamento dos resíduos sólidos urbanos (IPEA, 2017) fornecendo os insumos básicos, os recicláveis, que serão enviados às indústrias recicladoras, sendo os responsáveis por “90% de todo material que chega a ser reciclado no Brasil” (IPEA, 2013, p. 19).

Estas Cooperativas de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, portanto, acabaram também se constituindo com uma dupla finalidade de caráter socioambiental: 1)

solução para a gestão mais sustentável dos resíduos sólidos, um dos problemas centrais em termos de planejamento urbano e gestão pública em praticamente todas as cidades do país onde podem prestar o serviço de coleta seletiva e evitar a disposição inadequada de materiais passíveis de reciclagem e 2) alternativa contra as condições de exclusão e desemprego de seus próprios membros, sendo, portanto, a expressão máxima de iniciativas populares de grupos de pessoas marginalizadas e de bairros pobres (FRANÇA FILHO, 2006), que se organizam de forma coletiva, para sobreviver num mercado capitalista excludente gerador de pobreza e injustiça social (SACHS, 2008), prestando um serviço de utilidade pública.

Organizam-se por meio de princípios da economia solidária que, como esclarece Arruda (2003, p. 232), visam a:

centralidade do trabalho, conhecimento e criatividade em vez do capital; a cooperação como modo privilegiado de relação socioeconômica, em vez da competição; o planejamento participativo do desenvolvimento, em vez do espontaneísmo dos interesses corporativos; a solidariedade consciente como valor central, em vez do egoísmo utilitário; e a sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento, em vez do protagonismo.

Segundo Gaiger (2003, p. 136), “o termo empreendimento econômico solidário, usualmente, tem servido para se referir aos mais diversos tipos de experiência em economia solidária”. Empreendimentos com esta lógica podem ser formados, em exemplo, por associações e cooperativas de crédito, produção e comercialização, onde não haverá distinção entre os detentores dos meios de produção e trabalhadores. Todos os membros, por meio da gestão democrática (autogestão) terão o direito “a mais completa igualdade de direitos” (SINGER, 2003, p. 116).

Por estas características, esses empreendimentos diferenciam-se de uma empresa privada capitalista, por não praticarem a venda da força de trabalho de seus membros, terem os meios de produção pertencentes a todos eles, os ganhos de cada um definidos por critérios deliberados em assembleia e disporem da autogestão, ou gestão democrática como a principal forma de administrá-las (SINGER; SOUZA, 2000). Sendo assim, evidenciam uma lógica totalmente singular dentro de uma organização social capitalista predominante: organizando-se produtivamente de forma distinta, mas vivendo dentro dela (RODRÍGUEZ, 2002).

Por isso, podem ser qualificadas com “uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais” (SCHMIDT; PERIUS, 2003, p. 63) constituindo-se em, “uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica” (SINGER; SOUZA, 2000, p. 21) na medida em que promovem a possibilidade de inserção

produtiva, resgate de dignidade, além de uma forma de representação política na luta por cidadania e resistência contra a desigualdade e exclusão social.

Cortez (2015) afirma que organizar-se sobre a ótica da economia solidária implica a um grupo produzir para viver e não o contrário: viver para produzir, que seria organizar-se sob a ótica da competição, da lógica de mercado, respaldadas pelos processos de globalização que como já vistos em tópicos anteriores ampliaram o contingente de desempregados formando “um exército de pessoas que trabalham e vivem do lixo urbano no mundo todo” (MAGERA, 2005, p. 17).

Portanto, as cooperativas de catadores na forma de empreendimentos econômicos solidários, em seu caráter ideológico referem-se “a uma dimensão de economia que transcende a da obtenção de ganhos materiais e está estreitamente vinculada à reprodução ampliada da vida” (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 101), a valorização social e “não a produção de valores de troca para a acumulação” (BENINI, 2011), conferindo, portanto, maior valor às relações sociais embasadas por aspectos como: solidariedade, cooperação e ajuda-mútua entre seus membros.

Por isso, identificam o trabalho como sujeito e não objeto estabelecendo assim a autogestão como forma de organização onde as relações grupais estarão baseadas pelo compartilhamento de poder, de responsabilidades, informações e ausência de estruturas hierarquizadas (ALBUQUERQUE, 2003).

No entanto, apesar de identificaram-se com uma nova estrutura organizativa, não deixam de esbarrar em problemas internos como a profissionalização de pessoal para operá-las com eficiência técnica sem degenerar os seus princípios democráticos e solidários (FRANÇA FILHO, 2006; SINGER; SOUZA, 2000).

Assim sendo, o desafio de praticar a autogestão pode ser superado ao longo das experiências práticas (SINGER; SOUZA, 2000) que o grupo de catadores e catadoras, muitas vezes acostumados ao trabalho informal e individual nas ruas e lixões do país, vai vivendo para administrar coletivamente a cooperativa; ou por meio de parcerias com organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas do setor privado e até mesmo com a formação de redes de cooperativas que permitem trocas de experiências que ampliam o conhecimento técnico, a capacidade de comunicação e, assim, permitem o estabelecimento de um ambiente mais propício à cooperação (SOTO, 2011) e também mais profissional para tornarem-se viáveis dentro de mercados capitalistas globalizados.

4.4 As Políticas Públicas na inclusão social dos catadores de materiais recicláveis

De acordo com Dias (2010), o Estado é uma instituição que tem como papel principal organizar os interesses de todos os cidadãos, sem distinção de classe social e econômica. A constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) que pode ser definida como um conjunto de normas e regras do Estado brasileiro estabelece como um direito social de todos os cidadãos o trabalho.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que ao Estado, então, cabe o papel de apoiar os catadores de materiais recicláveis na melhoria das condições de trabalho, criando ou ajudando a criar condições para que estes possam libertar-se da informalidade e fazer avanços na cadeia de recicláveis. Neste sentido, os marcos em relação aos mecanismos legais criados pelo Estado para geração de trabalho e renda com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis podem ser considerados: a Política Nacional de Saneamento Básico-PNSB, Lei nº 11.445 (BRASIL, 2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010b).

A primeira, porque alterou o inciso XXVII do caput do artigo 24 da Lei 8.666, Licitações e Contratos da Administração Pública (BRASIL, 1993), tornando dispensável o Processo Licitatório para contratação de cooperativas “formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis [...]” na prestação dos serviços municipais de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos, garantindo aos municípios uma forma de contratação menos burocrática e aos catadores e catadoras a remuneração pública pela realização desse serviço.

Já a segunda por ter como um de seus instrumentos “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010b) e como objetivos a integração dos catadores de materiais recicláveis na gestão compartilhada e integrada dos resíduos sólidos urbanos, envolvendo-os nas atividades referentes a coleta seletiva de resíduos.

Também merece destaque nesta lei o estabelecimento de prioridade aos recursos da união destinados aos empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, os municípios que elaborarem plano municipal de resíduos sólidos, tendo prioridade aqueles que o fizeram com a implantação de coleta seletiva realizada por cooperativas de catadores (BECHARA, 2013).

Embora seja possível perceber uma atenção máxima dos legisladores dessas duas políticas em promover formas de inserção dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na gestão dos resíduos é a própria constituição federal (BRASIL, 1988) que ao delegar aos municípios a organização e prestação de serviços de interesse local de forma direta ou em regime de concessão ou permissão abre espaço para a gestão privada dos resíduos sólidos, cujo desempenho é voltado apenas para questões meramente econômicas.

Com o uso de tecnologias como a incineração dos resíduos, estes empreendimentos privados apoderam-se dos resíduos, bem público, e excluem os catadores da possibilidade de desenvolver a coleta seletiva. Esta prática é repudiada pelo MNCR (2012), que propõe ao poder público, “a definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis”.

Por isso, integrar os Catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos que em sua maioria já vem executando o serviço de coleta seletiva nos diversos municípios do país de maneira informal e sem custos para a Administração, é necessário que as prefeituras além de adotarem o processo de dispensa de licitação para contratação, tenham comprometimento na implementação de uma série de ações na estruturação e até mesmo criação de cooperativas (ANDRADE, 2015; LIMA, 2013; MNCR, 2009; PINHEL, 2013).

A atuação dos catadores de materiais recicláveis na gestão integrada, aquela que considera as dimensões: ambiental, social, cultural, política e econômica para soluções sustentáveis aos resíduos sólidos (BRASIL, 2010b) possui vantagens em relação a gestão deles por empresas privadas, pois ela garante que haja incrementos socioambientais, ao atuarem tanto com a prestação de serviços à sociedade quanto à prestação de serviço ao meio ambiente (JACOBI, 2012; MNCR, 2012).

Com maior capacidade de mobilização social e maior vínculo com a população (LIMA, 2013), a coleta seletiva executada por catadores e catadoras de materiais recicláveis pode estimular uma mudança cultural capaz de proporcionar a toda sociedade uma oportunidade de quebra de paradigma no que se refere a sua relação com os resíduos e assim, promover mais sustentabilidade não somente pela cadeia da reciclagem, mas também, pela Educação Ambiental, numa transformação cultural também capaz de promover a redução e reutilização de resíduos que apregoa a PNRS.

As empresas privadas ao realizarem o serviço de limpeza urbana não terão o mesmo zelo com o meio ambiente que os catadores de materiais recicláveis, pois são “remuneradas de acordo com o peso e o volume dos resíduos urbanos coletados, sendo desestimuladas a

realizar a coleta seletiva, de modo que essa forma de contratação estabelece para as empresas contratadas um regime de incentivos contrários à redução de resíduos na fonte geradora” (SILVA, 2017, p. 14).

Deste modo, a implantação de políticas públicas municipais para criação e apoio aos empreendimentos econômicos solidários dos catadores de materiais recicláveis é umas das primeiras medidas que as prefeituras devem tomar para que eles sejam capazes de assumir, tanto técnica como estruturalmente, as atividades de coleta seletiva nos municípios (IPEA, 2010). Além disso, essas políticas também devem promover a inclusão e valorização social destes catadores como profissionais capacitados na gestão dos resíduos sólidos, em especial na coleta seletiva, compondo-se de ações participativas, emancipadoras e não assistencialistas (LIMA, 2013).

Fé e Faria (2011, p. 27) em estudo sobre o panorama de 506 empreendimentos econômicos solidários de catadores no Brasil apontam que: “para iniciar as atividades, 47% dos empreendimentos econômicos solidários de catadores receberam doações de alguma entidade de apoio e, 8%, ou seja, aproximadamente 142 empreendimentos começaram suas atividades com recursos próprios”.

Contemplando, também, a ótica ambiental, o trabalho destes catadores implica aos municípios pagá-los pelas externalidades positivas que seus trabalhos na coleta, separação, triagem e venda dos recicláveis têm sobre o meio ambiente.

Arruda (2017) esclarece que quando ocorre a remuneração aos catadores pelos serviços prestados por eles, não entram no cálculo as externalidades ambientais positivas que são geradas pelos seus trabalhos. No caso dos resíduos sólidos podemos citar como externalidades positivas, segundo o IPEA (2010, p. 32):

Reciclagem de resíduos urbanos: redução do consumo de água e energia, diminuição da necessidade de matéria-prima virgem renovável e não renovável (celulose, minério de ferro, bauxita, petróleo, etc.), minoração da poluição hídrica, menor área urbana despendida com aterros, maior estabilidade climática devido à menor emissão de gases de efeito estufa, menor impacto ao patrimônio natural.

O Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos - PSAU é outro instrumento para execução de políticas públicas de melhorias aos catadores e suas cooperativas. Está baseado no princípio protetor-recebedor, um princípio da PNRS (BRASIL, 2010b) onde, “a ideia por trás do instrumento é recompensar aqueles que produzem ou mantêm os serviços ambientais atualmente, ou incentivar outros a garantirem o provimento de serviços ambientais, que não o fariam sem o incentivo” (SEEHUSEN; PREM, 2011, p. 34).

Em síntese, a ideia que fundamenta o PSA é a seguinte: o recolhimento de materiais recicláveis pelas cooperativas de catadores constitui atividade ambientalmente importante, que reduz o volume de resíduos sólidos que chega aos aterros sanitários, reduzindo, por consequência, os custos municipais com a gestão destes (ANDRADE, 2015, p. 14).

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2011) em sua versão preliminar determina como uma das estratégias para redução dos resíduos sólidos urbanos secos nos aterros sanitários e inclusão de catadores de materiais recicláveis o fortalecimento de ações de integração e articulação de políticas e ações direcionadas aos catadores como a proposta de pagamento por serviços ambientais urbanos.

De acordo com o IPEA (2010), uma política de PSAU tem como particularidades fornecer aos catadores renda e fomentar a reutilização de bens de consumo produzidos com recursos naturais de forma a manter diversos serviços ecossistêmicos que são diretamente afetados pela extração e disposição inadequada destes recursos naturais quando transformados em bens de consumo.

No entanto, o Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, que deu origem ao PSAU é caracterizado como um instrumento de mercado “que não leva necessariamente a uma escala ambientalmente sustentável, nem a uma distribuição justa dos recursos entre os agentes” (IPEA, 2010, p. 31). Sendo assim, na fase elaboração de um PSAU voltado à gestão dos resíduos sólidos, que no Brasil tem como um dos principais agentes os catadores de materiais recicláveis, as questões sociais devem ser contempladas levando-se em consideração que diversos catadores ainda não se encontram organizados e que diversas cooperativas possuem graus diversificados de organização, estruturação e eficiência.

O PSAU somente pode ser auferido a grupos de catadores devidamente organizados em associações ou cooperativas. Essa exigência pode excluir a maior parte da categoria, geralmente, formada por pessoas pobres e em vulnerabilidade social não promovendo a ela melhoria social alguma (IPEA, 2010).

O IPEA (2010) enfatiza que há situações em que o pagamento pode ser feito de forma não monetária, por exemplo, com equipamentos, treinamentos e assessoria técnica. Este caso poderia ser uma alternativa para as cooperativas já constituídas, que já possuem contrato de prestação de serviços de coleta, triagem e comercialização de resíduos com prefeituras municipais e que possuem como gargalo problemas estruturais e dificuldades na condução dos processos autogestionários, estes últimos podendo ser sanados com assessoria técnica na forma de treinamentos.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 Um ponto de vista é sempre um ponto, mas é a partir dele que expandimos os horizontes: a motivação para o tema pesquisado

Uma pesquisa séria e comprometida com o desenvolvimento social de um país deve sempre primar pelo rigor metodológico. Isto é fundamental para que argumentações sejam elaboradas e, até mesmo que contestações sejam rechaçadas. Em se tratando de uma pesquisa social, o interesse do tema também pode explicar muito os porquês de diversos argumentos, pontos de vista e referencial adotado; afinal de contas, cada pesquisador ao delimitar seu tema de pesquisa e interagir com os atores sociais a serem observados, vai construindo sua lente para ver, aprender e apreender a realidade em que estes últimos estão inseridos de forma sempre singular.

A olhar da Pesquisadora, neste estudo, passou a ser construído a partir do primeiro contato com a Cooperativa RECICLANEP ainda em 2012, ano que seu local de trabalho, um Órgão Público da Administração Federal do Município de Nepomuceno, foi à procura da Cooperativa que há pouco havia sido constituída para, embasados no Decreto de nº 5.940 - que dispõe sobre a separação dos recicláveis pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta - destinar corretamente seu material reciclável (BRASIL, 2006).

Em visita a Cooperativa para colher assinaturas, aquela que, a princípio era apenas mais um membro da comissão de coleta seletiva da instituição, encontrou naquele cenário uma realidade ímpar. A curiosidade para entender o que era uma cooperativa foi aumentando e, logo, não demorou muito para que essa se transformasse numa grande admiração pelo trabalho ambiental realizado no Município.

Várias leituras foram abrindo caminhos e possibilidades. Uma Pós-graduação Lato Sensu realizada pela Pesquisadora, entre os anos de 2014 e 2016, foi a principal abertura para começar a compreender o destacável trabalho executado por cada um dos Catadores e Catadoras.

Com o Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, o trabalho com a Cooperativa aprofundou-se e o que inicialmente consubstanciou-se em admiração pelo zelo com o meio ambiente e limpeza da cidade, transpõe-se para lugares maiores: a descoberta de pessoas carentes, de baixa escolaridade, que trabalham de forma alternativa ao ainda predominante modo de produção, embora não apartadas dele.

A partir destas reflexões a Pesquisadora passou a conhecer a chamada Economia Solidária. O que no início parecia ser apenas um simples passo, na verdade foi um substancial passo. Assim, a relação da Economia Solidária com os Catadores e as Catadoras, bem como a maneira dessas pessoas buscarem modos de vida e sustentabilidade, instigaram a Pesquisadora a mudar seu olhar e, assim, expandir seu conhecimento.

Desde a primeira visita à Cooperativa passaram-se cinco anos. Muitas observações puderam ser feitas e, principalmente, muitas questões puderam ser levantadas para o delineamento desta pesquisa.

5.2 Desenho da pesquisa

Com um maior enfoque na importância do contexto dos objetos envolvidos, que neste trabalho serão chamados Atores Sociais, foi possível elaborar uma estrutura metodológica qualitativa de modo a realizar-se um estudo interpretativo, conhecendo-os e também compreendendo a parceria existente entre eles dentro do contexto da Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Nepomuceno.

Contexto este que denotou à pesquisa um objetivo descritivo, pois com o estabelecimento de um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva entre a Cooperativa RECICLANEP e a Prefeitura de Nepomuceno, desde o ano de 2014, foi possível determinar e, assim, compreender a natureza dessa relação que mostrou-se ir além da relação contratual e o que ela evidenciou para as duas partes.

Para pormenorizar essa relação, os dados foram levantados por meio de embasamento teórico-empírico e se processaram conforme as etapas abaixo:

1ª etapa: Levantamento de dados primários.

Quadro 1 - Relação de documentos primários levantados durante a pesquisa.

Documento	Do que se trata	Fonte
Processo Administrativo nº 005/2014 e Processo administrativo nº 004/2017	Dispensa de Licitação para contratação da RECICLANEP na prestação de serviços de coleta seletiva em Nepomuceno.	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Atas de Reuniões da Câmara Municipal de Nepomuceno	Implementação da Central de Tratamento de Resíduos- CTR no Município de Nepomuceno	Site da Câmara Municipal de Nepomuceno.
Aditivos e contratos de prestação de Serviços entre cooperativa e prefeitura municipal de Nepomuceno	Estabelece as cláusulas do contrato para a prestação de coleta seletiva no município pela RECICLANEP.	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Notícias relacionadas a Gestão dos Resíduos Sólidos em Nepomuceno	Vídeos e textos disponíveis na internet que tratam da gestão dos resíduos em Nepomuceno.	Sites de notícias regionais e local. informativo do Projeto Novo Ciclo.
Notas fiscais de venda da Cooperativa RECICLANEP nos anos de 2017 e 2018.	Quantitativo, em toneladas, de materiais recicláveis comercializados pela RECICLANEP e seus valores monetários.	Assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Nepomuceno

Fonte: Da autora (2019).

Os Processos Administrativos de nº 005/2014 e 004/2017 que tratam da Dispensa de Licitação para contratação da RECICLANEP, tiveram como fundamento legal o artigo de nº 24, inciso XXVII da Lei Federal de nº 8.666/93 e contêm:

- Atas de Constituição e alteração de Membros da Cooperativa;
- Estatuto Social;
- Relatórios Socioeconômicos dos Cooperados e Cooperadas;
- Documentação comprovando que a Cooperativa encontra-se legalmente instituída;
- Demais documentos que instruem os processos (BRASIL, 1993).

2ª etapa: Entrevistas semiestruturadas.

De acordo com Triviños (1987), este tipo de entrevista possibilita que os atores sociais em evidência na pesquisa tenham liberdade e espontaneidade para falar de questões que vão além daquelas já pré-estabelecidas pelo pesquisador. Gil (2008) entende que durante o processo da entrevista as respostas apresentadas pelos atores sociais podem se revelar

incompletas e obscuras, daí a importância do pesquisador poder evadir-se de seu roteiro garantindo assim o enriquecimento de seu trabalho.

Para esta pesquisa, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas entre 15 e 26 de outubro de 2018 de acordo com disponibilidade de horário dos envolvidos, sendo gravadas e, posteriormente, transcritas. Em relação às medidas éticas de pesquisa, todos os entrevistados assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, exigência do Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras, que aprovou a execução da pesquisa em 05 de outubro de 2018.

Após análise de diário de campo elaborado e a leitura flutuante (BARDIN, 2016) em todos os documentos primários, foram elaborados os roteiros das entrevistas, que puderam ser produzidos com um maior direcionamento aos objetivos específicos buscados na pesquisa visto que as informações contidas naqueles demonstraram-se relevantes para o entendimento do contexto em que a cooperativa foi criada e como sua parceria com a Prefeitura foi estabelecida.

Aqui vale destacar que, no diário de campo, sugestão da Banca de Qualificação, realizada em 22 de maio de 2018, foram registrados todos os momentos em que a Pesquisadora esteve em contato com Membros da Cooperativa, seus Colaboradores além dos Servidores da Prefeitura envolvidos com a Gestão dos Resíduos Sólidos no Município de Nepomuceno.

Dentre estes momentos, a pesquisa alterou-se ora entre uma observação participante e ora em uma observação não participante.

Em muitas oportunidades a Pesquisadora pôde estar presente, como ouvinte, em reuniões entre cooperativa e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e com a Cooperativa e integrantes da Rede Sul-Sudoeste⁶ - uma Cooperativa de segundo grau, que agrega outras Cooperativas e da qual a RECICLANEP faz parte, caracterizando uma observação não participante onde, segundo Gil (2008) o pesquisador apenas observa os fatos de forma espontânea, “mais como um espectador que um ator” (GIL, 2008, p. 101).

Porém, em outras situações esteve diretamente envolvida nas atividades cotidianas da Cooperativa: participando de reuniões entre Servidores Municipais executantes da coleta de lixo, Catadores, Catadoras e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, promovendo uma intervenção participativa e dialógica, de forma a contribuir para a solução de conflitos relatados pelos cooperados da RECICLANEP na execução da coleta de resíduos do município, bem como participando ativamente de fases da campanha de mobilização social

⁶ A Rede Sul-Sudoeste de Minas Gerais: Central de Associações e Cooperativas de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Ltda, foi estruturada por meio do Projeto Novo Ciclo, uma parceria da Empresa Danone com o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Social - INSEA, com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a Fundação Avina. Disponível em: <http://www.insea.org.br/novociclo/jornal_novociclo_02_WEB.pdf>.

para a coleta seletiva no mês de agosto de 2018, organizada pela Cooperativa com o apoio da Prefeitura Municipal e sua Secretaria de Saúde, tipificando então a observação como participante, aquela que “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo” (GIL, 2008, p. 103).

5.3 Indo a campo. Uma pesquisa circular e observacional

Gil (2008) destaca que uma das vantagens da observação constitui-se na verificação direta dos fatos sem qualquer intermediação, o que garante menor subjetividade já muito atrelada a pesquisas sociais. Na Cooperativa, entre as diversas visitas, com ou sem agendamento, a Pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar diretamente diversas mudanças estruturais como: 1) início do funcionamento de prensa e esteira de triagem de recicláveis que começaram a funcionar apenas no ano de 2018 por falta de um transformador trifásico de energia apesar de estarem disponíveis à Cooperativa desde sua instituição em 2011. 2) Compra de uma balança para pesagem de fardos de recicláveis e 3) Inativação do “lixão” municipal, localizado em área próxima as instalações da Cooperativa.

Observações acerca da rotina de trabalho dos Cooperados e Cooperadas também puderam ser levantadas. Com o tempo, foi possível identificar diferentes perfis para conciliação, liderança, representação política e também aqueles apenas de execução de atividades diárias.

Nas entrevistas semiestruturadas, mesmo com todo roteiro previamente traçado, as informações obtidas suscitaram novas indagações que obrigaram a pesquisadora a voltar a campo mais uma vez durante o mês janeiro do ano de 2019. Processo este denominado por Alencar (2007) como pesquisa circular e que visou o esclarecimento de informações não elucidadas nas primeiras entrevistas ou a complementação delas após o estabelecimento de fatos ocorridos após outubro de 2018 como, por exemplo, o início das atividades da Central de Tratamentos de Resíduos no município, a CTR.

As idas à Prefeitura garantiram a obtenção de cópias de documentos que serviram como dados primários (ver tabela acima), bem como um da atual Prefeita, Luiza Maria Lima Menezes, autorizando as entrevistas com Servidores lotados nas seguintes Secretarias: Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Obras Públicas e Serviços Urbanos, (ver anexo 01).

5.4 Os atores sociais envolvidos na pesquisa e a amostragem não probabilística

Para escolha dos atores sociais entrevistados foi adotada a amostragem não probabilística, aquela em que, segundo Gil (2008, p. 94), “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser representativo de toda a população”, que na pesquisa refere-se: 1) aos Cooperados e 2) aos Servidores da Prefeitura - considerados para estes últimos, tanto os que já foram como os que ainda estão envolvidos, nas relações com a Cooperativa ou com seus membros antes de sua criação.

Estimou-se que se fossem feitas entrevistas com os treze membros da Cooperativa, o roteiro elaborado geraria uma quantidade excessiva e, talvez, profusa de dados a serem analisados, sendo assim, optou-se pela realização das entrevistas com cinco deles, três Cooperadas e dois Cooperados, o que garantiu, aproximadamente, uma amostra de metade do total de integrantes. Como destaca Gil (2008, p. 90), “uma amostra pode ser denominada como um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”, ou seja, é a representação fidedigna deste universo ou população.

As três Cooperadas foram escolhidas por sempre representarem a Cooperativa em eventos, na Prefeitura e com a população do município em geral. Além de constituírem o Conselho de Administração com os seguintes cargos: Presidente, Diretora Administrativa e Diretora de Formação Cooperativista. Já os dois Cooperados foram indicados por estas três cooperadas por serem, de acordo com elas, os dois associados mais comunicativos dentre os homens do grupo, por isso, os mais aptos a responderem os questionamentos das entrevistas.

Já na Prefeitura, os Servidores entrevistados foram: o atual Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos; o Analista Técnico de Políticas Públicas, que à época da instituição da Cooperativa ocupou os seguintes cargos: Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Chefe do Departamento de Promoção Social, atuando diretamente com o grupo que deu início a RECICLANEP; e, um Biólogo, atuante na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Conforme elucidado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexo 02) nenhum entrevistado foi identificado pelo nome, por isso, a pesquisa preocupou-se em manter sigilo e anonimato de todos eles. Dessa forma, cada um dos cinco entrevistados na Cooperativa foi denominado ao longo do trabalho por meio dos seguintes nomes fictícios: Maria, Vera, Madalena, João e José. Já para os entrevistados na Prefeitura, a identificação foi

realizada da seguinte maneira: Secretário de Obras e Serviços Públicos, Analista de Políticas Públicas e Biólogo.

5.5 Categorização e análise de dados

Neste estudo os documentos primários levantados, o conteúdo da fala dos atores sociais entrevistados, bem como as observações e impressões que a Pesquisadora obteve durante o transcorrer da pesquisa, foram utilizados para criação de inferências e discussões que, por meio de associações e confrontos com o referencial teórico, puderam elucidar de forma mais densa, os objetivos do trabalho, na perspectiva da análise de conteúdo, “técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu conteúdo social” (CAREGANTO; MUTTI, 2006, p. 682).

Para isso, foram conduzidas as seguintes etapas conforme descreveu Triviños (1987, p. 161): pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. A pré-análise sucedeu-se após a junção de todos os documentos primários e leitura dos diários de campo, que foram organizados e lidos para construção do roteiro de entrevistas semiestruturadas.

Logo após, todas as informações levantadas nas falas dos entrevistados, foram categorizadas para auxiliar na dissertação dos resultados e discussão da pesquisa. Esta etapa, denominada como descrição analítica, constitui-se como a mais árdua dentro do processo de análise dos dados, pois, chegar-se a cinco categorias de análise: 1) Benefícios econômicos da parceria, 2) Melhorias sociais aos Catadores e Catadoras, 3) Sustentabilidade Urbana, 4) Conflitos na parceria e 5) Divisão Sexual do Trabalho na Cooperativa, exigiu extrema atenção da Pesquisadora, no sentido de manter o foco nos objetivos específicos da pesquisa, para delimitar essas categorias.

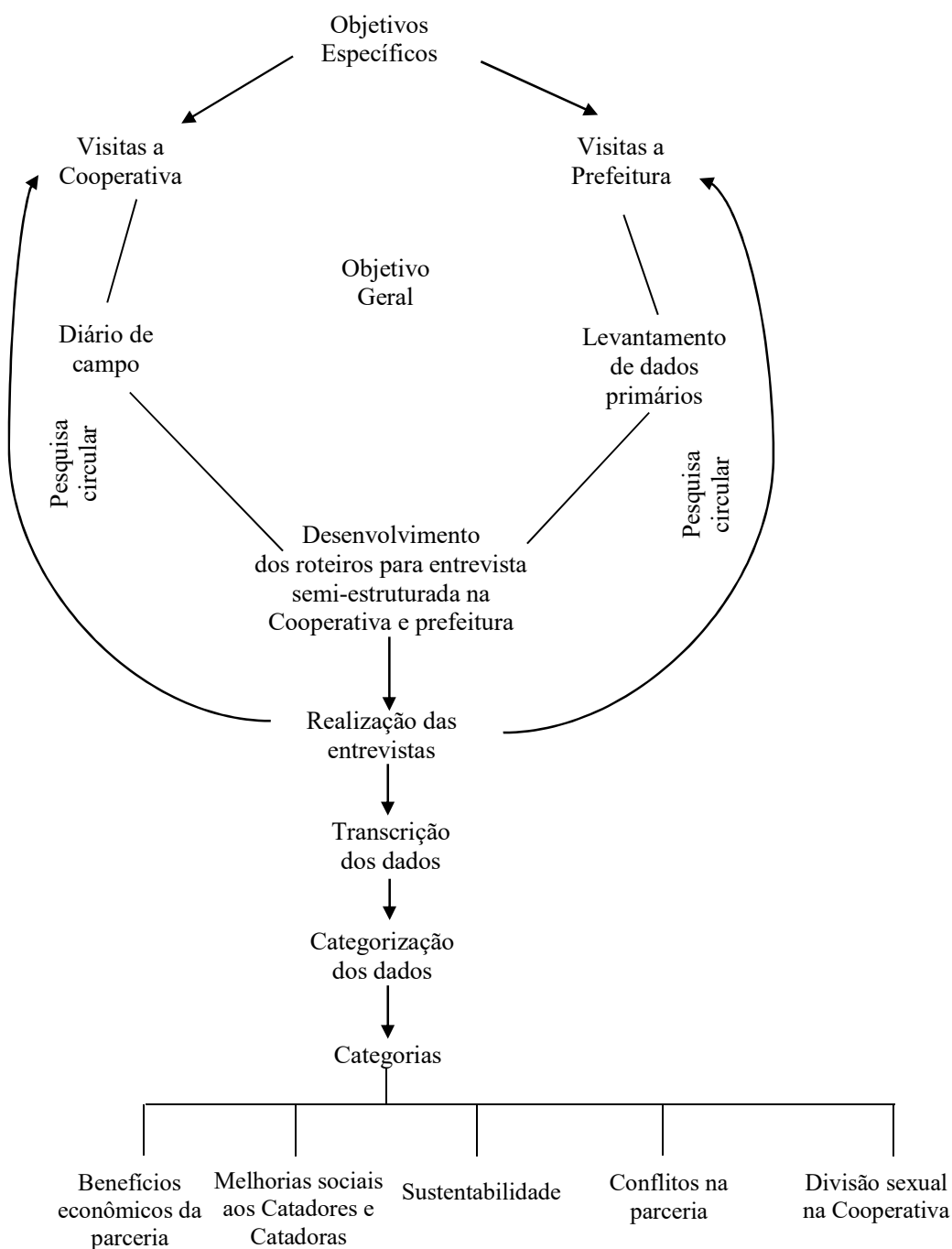
Com a delimitação das categorias e a elaboração de referencial teórico, que pautou-se por uma crítica ao modo capitalista de produção - evidenciando o cooperativismo na forma de empreendimento econômico solidário, como possível alternativa de combate a pobreza e meio para emancipação social e geração de trabalho e renda - e, por meio de ações afirmativas do Estado - como as políticas públicas -, os resultados obtidos na discussão de cada categoria puderam ser evidenciados e discutidos.

Contudo, é preciso esclarecer que as categorias analisadas não se mostraram estanques e isoladas dentro do contexto da pesquisa. Elas se concatenaram durante toda a discussão e, ao

final, sinalizaram pistas importantes que geraram considerações em relação a compreensão da parceria da Prefeitura com a Cooperativa.

5.6 Metodologia: resumo esquemático

Figura 2 - Resumo esquemático da metodologia adotada na pesquisa.



Fonte: Da autora (2019).

6 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados levantados nesta pesquisa, o texto abaixo foi construído no sentido de descrever o panorama geral e toda conjuntura da gestão dos resíduos sólidos em Nepomuceno, para que cada categoria de análise da metodologia pudesse ser discutida, posteriormente, de forma mais contextualizada, na busca da compreensão da parceria estabelecida entre a RECICLANEP e a Prefeitura Municipal de Nepomuceno, destacando seus benefícios para ambas as partes, além de seus conflitos e possíveis benefícios para a Sociedade Nepomucenense e seu Meio Ambiente.

De forma geral, foi possível averiguar que a parceria mostrou-se como a própria razão de existência da Cooperativa. Apesar de muitos dos empreendimentos de catadores e catadoras serem formados por meio de lutas do grupo para uma inserção produtiva em que todos tenham garantidos seus direitos à cidadania (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011) com suas forças de trabalho não apropriadas pelo mercado da reciclagem - em Nepomuceno, a Cooperativa constituiu-se com a ajuda da Prefeitura, porém sem a mobilização do grupo de Catadores e Catadoras do lixão, que apesar de já experienciarem certo grau de colaboração no trabalho informal, não possuíam qualquer conhecimento a respeito de uma organização cooperativista.

A RECICLANEP foi instituída no ano de 2011 durante gestão municipal petista, alinhada as políticas públicas do Governo Federal à época, o Governo Lula, que começavam a definir uma nova etapa na gestão de resíduos sólidos no país. Em janeiro do ano de 2014 foi firmado o primeiro contrato de prestação de serviços entre Prefeitura e Cooperativa, que, então, passou a ser remunerada pelo serviço de coleta seletiva prestado ao município de Nepomuceno.

6.1 Como tudo começou: da catação no lixão ao contrato de prestação de serviços de coleta seletiva

Há muitos anos, em Nepomuceno, há diversas narrativas de munícipes relatando fatos e acontecimentos envolvendo pessoas que já trabalhavam no lixão da cidade. Algumas destas pessoas levavam seus filhos (as) para o local, que acompanhando seus pais e mães na atividade de catação, posteriormente, também começaram na mesma atividade conforme informou uma das Cooperadas ao ser indagada sobre o porquê tornou-se Catadora.

Ahh, eu vinha pro lixão com a mãe desde pequenininha. A mãe sempre coletou. Eu não catava igual eles catavam, tinha as pessoas bem mais velhas, mas eu sempre vinha pro lixão. Desde pequena. Desde os meus 12, 13 anos. Vinha cedo e ajudava a mãe catar, ficando brincando próxima a ela, mas não trabalhava como eles (COOPERADA MARIA).

Anteriormente ao ano de 2010, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, a Prefeitura Municipal de Nepomuceno comprometeu-se com este órgão do Poder Judiciário em empreender medidas para retirada dos catadores e catadoras que no lixão estavam atuando na catação de materiais recicláveis de forma insalubre, expostos a substâncias contaminantes e em contato com animais como urubus, insetos e ratos. Estes dois últimos, transmissores de diversas doenças.

Figura 3 - Catadores e Catadoras em atividade no lixão do Município de Nepomuceno.



Fonte: EPTV Sul de Minas (2019).

Figura 4 - Vista Lixão do Município de Nepomuceno.



Fonte: Da autora (2018)

No início, tentativas não conseguiram reverter o problema, pois a medida adotada constitui-se de doações de cestas básicas aos catadores e catadoras em troca da não permanência no local. Ação não praticada por eles que continuaram a executar o trabalho da catação de materiais recicláveis. Esta atitude da Administração, segundo o Analista de Políticas Públicas entrevistado, apresentou um caráter assistencialista que em nada mudaria a situação de dependência do trabalho no lixão.

“a pessoa precisa da cesta básica pra se alimentar, mas também precisa de energia elétrica pra ligar uma geladeira, água pra tomar banho... então não é só uma cesta básica. Ao meu ver, é uma medida paliativa, por isso que o acordo (de não ir mais ao lixão) não foi cumprido” (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS).

Assim, considerando que as medidas até então adotadas não surtiram os efeitos desejados, uma nova Administração Municipal, por meio de alguns de seus servidores, sugeriu outra abordagem ao problema. Através do trabalho de assistentes sociais, os Catadores e Catadoras atuantes no lixão, foram convencidos de que poderiam regularizar a situação insalubre e informal do trabalho que estavam executando.

De acordo com o Analista de Políticas Públicas, todos eles foram cadastrados na Secretaria de Desenvolvimento Social para terem acesso a políticas públicas de transferência de renda. Para não continuar no assistencialismo, o grupo passou a ser monitorado por meio

de ações que pudessem organizá-los. Ainda de acordo com ele, reuniões que pudessem abordar temas de interesse do grupo passaram a ser feitas e foram eleitos representantes, um homem e uma mulher, para conhecerem o trabalho de catadores e catadoras de municípios próximos. Atividades que durante as entrevistas semiestruturadas, foram também citadas por uma das Cooperadas:

“no começo também teve um apoio da assistência social. Ele (Analista de Políticas Públicas) chegou, apoiou, mostrou algumas cooperativas. Foi eu e o Leandro em umas cooperativas. Mesmo no lixão ele convocava essas reunião, aí nós ia, né! Era muita gente nessa época” (COOPERADA MADALENA).

Desta forma, no ano de 2011 com a ajuda da Prefeitura, a Cooperativa RECICLANEP foi criada. Porém, acostumados ao trabalho informal, realizado de forma individual e até mesmo competitivo, o grupo de 22 Cooperados, passou a encontrar muita dificuldade em organizar de forma coletiva as atividades da cooperativa. Não possuíam nenhuma habilidade com a comercialização dos materiais, pois, até então, vendiam todo material que conseguiam coletar a um atravessador da própria cidade que pagava a eles um preço abaixo do praticado no mercado.

“Brigavam por sacolinha, por material reciclável. Brigavam por território. Não podia entrar no território do outro” (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS).

À vista disso, a Prefeitura, por meio de um Engenheiro da Empresa SERQUIP tratamento de resíduos, que estava a trabalho na cidade, elaborando um projeto para adequação ambiental do lixão - cuja irregularidade também estava no alvo do Ministério Público, teve a oportunidade de entrar em contato com o INSEA e realizar com ele um convênio, a fim de que os Catadores e Catadoras fossem auxiliados no processo de trabalho cooperativo e autogestionário.

Em relação à situação do lixão, o Analista de Políticas Públicas entrevistado afirmou:

“O lixão era aberto. O chorume, em época de chuva ele descia e, inclusive saia até na rodovia. Existia mau cheiro. Debaixo da rodovia tem uma propriedade. Quando chovia descia chorume nela e o dono reclamava na prefeitura” (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS).

O Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Insea⁷, uma Organização Não Governamental de âmbito nacional, sem fins lucrativos, voltada para a assessoria técnica e parceria junto a grupos comunitários, empresas, ONGs e à Administração Pública, na criação e no desenvolvimento de modelos de gestão ambiental tendo como pressuposto básico a inclusão social, juntamente com o MNCR e com o apoio da empresa DANONE, incluiu o Município de Nepomuceno no Projeto Novo Ciclo, que tinha o objetivo de possibilitar o processo organizativo de Catadores por meio das seguintes ações: “1) implantação e fortalecimentos dos programas de coleta seletiva solidária; 2) capacitação técnica dos catadores; 3) educação ambiental; 3) mobilização social e; 4) a constituição de uma Rede de associações e cooperativas da região” (MARTINS, 2017).

Assim, já mais organizados e mais habilitados ao trabalho em cooperativa a Prefeitura cedeu à Cooperativa um galpão que havia sido construído em 2005, com cerca de 5.000 metros quadrados, à margem da Rodovia BR-265, distante cerca de 1.500 metros da área urbanizada da cidade de Nepomuceno, para abrigar uma usina de reciclagem estruturada com: baias para disposição dos recicláveis, banheiros, refeitório, escritório, um grande terreiro de concreto, além de uma esteira de triagem e prensa - equipamentos que haviam sido adquiridos pela Prefeitura, através de um Convênio com a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde.

⁷ Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.insea.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Figura 5 - Banheiros, escritório e refeitório da RECICLANEP.



Fonte: Da autora (2017).

Figura 6 - Baias para disposição do material reciclável triado e enfardado da RECICLANEP.



Fonte: Da autora (2017).

Figura 7 - Prensa da RECICLANEP coberta por uma lona.



Fonte: Da autora (2017).

Figura 8 - Esteira de triagem da RECICLANEP em funcionamento.



Fonte: Da autora (2017).

Em setembro de 2013, com a ajuda do INSEA e apoio da Prefeitura, através das Secretarias de Educação, Saúde e Procuradoria, uma ação pública de mobilização social no Município foi realizada para informar a população do início da coleta seletiva que, então, seria realizada pelos Catadores. A Prefeitura cedeu aos Cooperados um motorista, caminhão e combustível para coleta que passou a ser executada porta a porta.

Figura 9 - Folder de divulgação da Coleta Seletiva, utilizado na ação pública de mobilização social de setembro de 2013. (Continua)

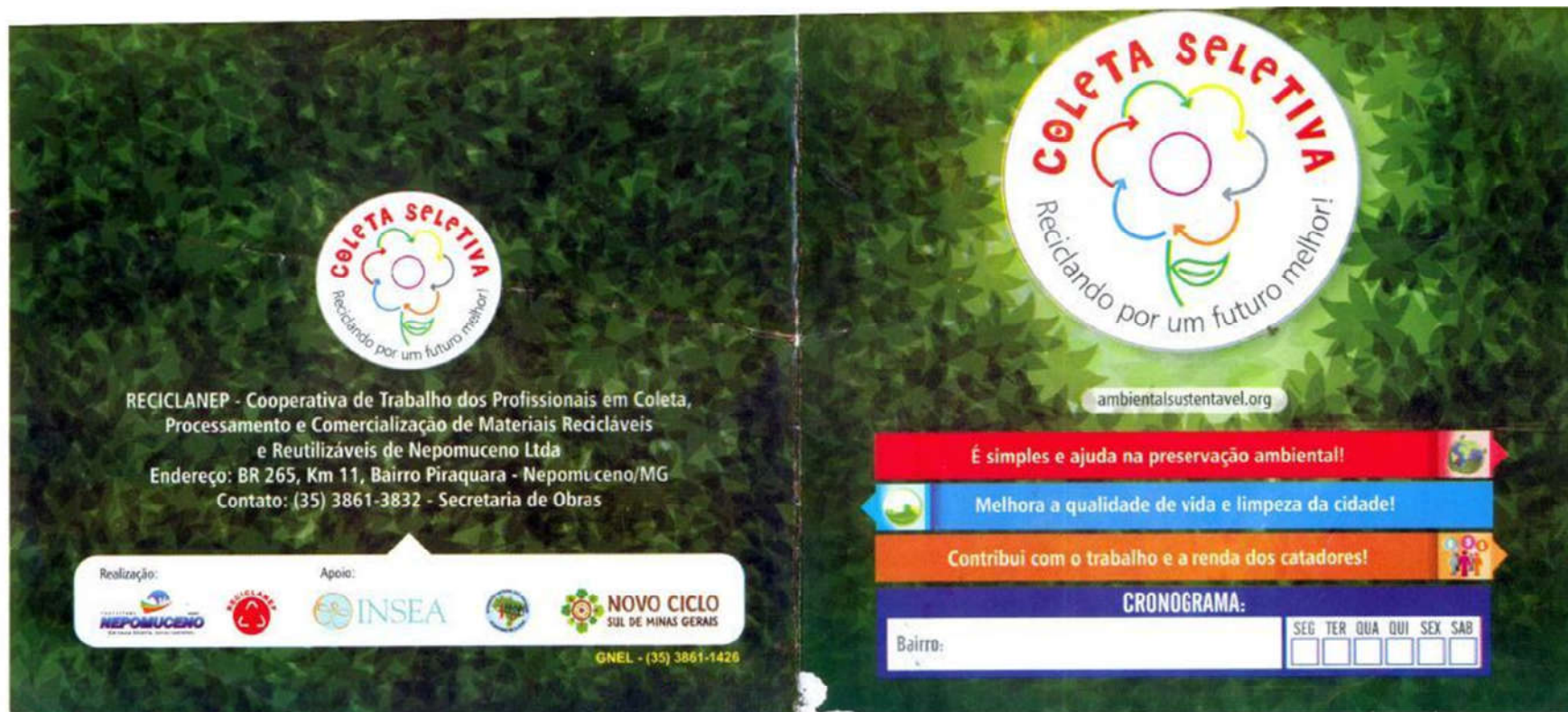


Figura 9 - Folder de divulgação da Coleta Seletiva, utilizado na ação pública de mobilização social de setembro de 2013. (Conclusão)

EM NEPOMUCENO A COOPERATIVA DOS CATADORES RECICLANEP FAZ A TRIAGEM DO MATERIAL RECICLADO, GERA TRABALHO E RENDA E CONTRIBUI PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

ENTRE NESTA ONDA! PARTICIPE DA COLETA SELETIVA!

COMO CONTRIBUIR:

Separando na fonte o reciclável, do lixo comum, em sacolas distintas e colocando nos dias da coleta em seu bairro, conforme cronograma. Haverá o caminhão que recolherá o lixo comum, e o caminhão da coleta seletiva que coletará o material reciclável, e este será destinado aos catadores.

Materiais recicláveis:
Papel branco, jornal, revista, papelão, impressos em geral, potes, PET, garrafa de água mineral, frascos de produtos de higiene e limpeza, PVC, tubos, conexões, plástico mole transparente e colorido, sacos plásticos em geral, engradados de bebidas, baldes, caixinhas de leite, latas de alumínio, painéis, tampas, latas de aço, ferragens, garrafas de bebidas, copos, marmitex limpo, etc

Seco

O que não é reciclável:
Papel higiênico, papel toalha, filtro de café descartável, absorventes, fraldas, embalagens de marmitex com alimentos, papel de fax, papel carbono, vidros planos, espelhos, ampolas de medicamentos, lâmpadas, isopor, adesivos, etiquetas, fotografias, cliques, grampos, esponjas de aço, pilhas, baterias de celular, espuma, teclado de computador, acrílicos, cascas de frutas e legumes, restos de alimentos, folhas, podas de árvores, etc.

lixo comum

Orgânico:
Cascas de frutas e legumes, restos de alimentos, folhas, podas de árvores, sujeiras de varrição, etc.

Úmido

Fonte: RECICLANEP (2019).

É importante observar que houve um grande período (entre 2011 e 2013) que os Catadores e Catadoras, já organizados em cooperativa ainda não realizavam a coleta seletiva na cidade.

Durante as entrevistas, as Cooperadas Maria, Vera e Madalena relataram que neste intervalo, o trabalho de coleta seletiva deixou de ser feito em sua integralidade no lixão e passou a concentrar-se no terreiro de concreto da Cooperativa onde o caminhão da coleta de lixo convencional do Serviço Municipal de Limpeza Urbana, depositava todos os resíduos recolhidos na cidade, que então eram triados e separados pelos Catadores e Catadoras, que passaram a receber um subsídio assistencial de R\$ 360 reais/mês da Prefeitura para executar a coleta seletiva desta forma.

Em janeiro de 2014 a cooperativa assinou seu primeiro contrato de prestação de serviço de coleta seletiva com o município, passando a executá-la em 100% da área urbana da cidade e no povoado de Santo Antônio do Cruzeiro, que fica na Zona Rural, sendo, por isto, remunerada.

Ainda hoje representantes do MNCR e Técnicos da REDE SUL SUDOSTE, Rede cuja criação era um dos objetivos do Projeto Novo Ciclo, encontram-se atuando junto a Cooperativa.

Com uma composição inicial de 22 membros, hoje a Cooperativa conta com 13. Segundo os cooperados entrevistados, nem todos os Catadores presentes no lixão se adaptaram ao trabalho cooperativo, além de não acreditarem que a cooperativa pudesse ter êxito em suas atividades.

Atualmente, o trabalho dos Catadores e Catadoras está incorporado a gestão dos resíduos sólidos no Município de Nepomuceno, que realiza a coleta de lixo convencional de forma direta por meio do Serviço Municipal de Limpeza Urbana, responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

A Cooperativa realiza a coleta porta a porta do material reciclável na cidade, e, em seguida, a separação, triagem e enfardamento nas instalações cedidas pela prefeitura.

Mesmo com a regularização da situação dos Catadores e Catadoras, o Ministério Público continua, com contumácia, cobrando da Prefeitura, a observação da PNRS (BRASIL, 2010b) que desde sua promulgação, no ano de 2010, passou a exigir o fechamento e inativação dos lixões municipais.

O lixão foi fechado definitivamente no mês de outubro de 2018, sendo cessada, de forma definitiva, a ida dos Catadores e Catadoras até ele. Desta data em diante, a Prefeitura, segundo o Biólogo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, encontrou como

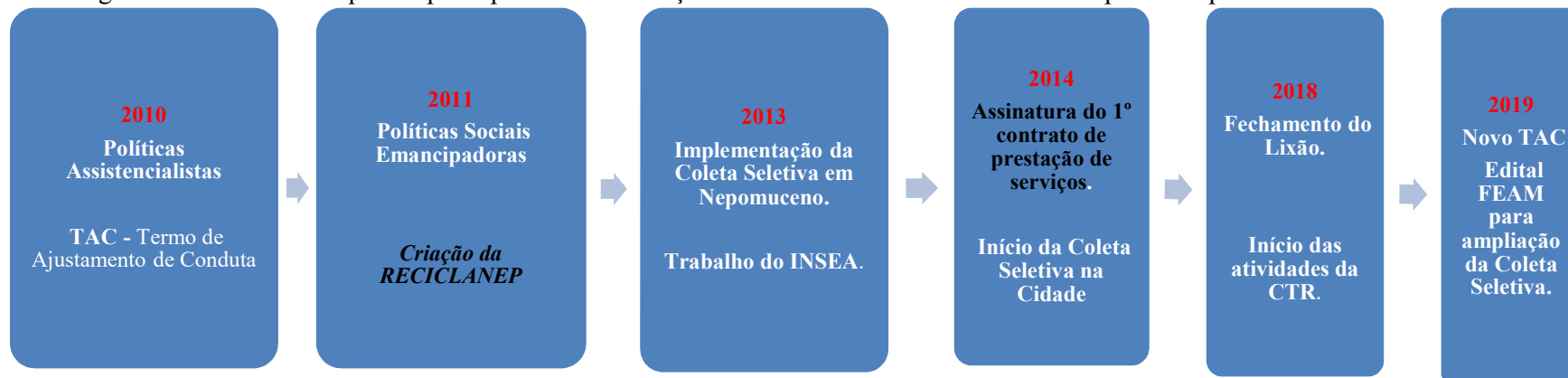
forma econômica mais viável para dispor o lixo não reciclável a realização de um processo licitatório municipal na modalidade de pregão presencial para contratação de empresa de tratamento de resíduos para dispô-los de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a PNRS (BRASIL, 2010b).

A empresa vencedora foi a SERQUIP tratamento de resíduos. Desde outubro de 2018, todo resíduo coletado pela coleta de lixo convencional do Município, notadamente a parte de resíduos não recicláveis, tem sido enviado para essa Empresa, que receberá pelo contrato vigente até 18/10/2019, uma quantia estimada em R\$ 424.320,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e trezentos e vinte reais), para dispor todos os resíduos não recicláveis em seu aterro sanitário.

Discussões têm sido feitas para que seja encontrada a forma mais viável de inativar o lixão de forma a não causar danos ao meio ambiente. De acordo com o Biólogo, o Ministério Público continua cobrando e estabelecendo prazos para consecução desta ação e, por isso, em 14 de janeiro de 2019, outro Termo de Ajustamento de Conduta foi estabelecido entre Prefeitura e o Ministério Público que determinou prazos e medidas para essa inativação, além da necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e incentivo à Coleta Seletiva e Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis. Medidas que podem alicerçar uma forma de inclusão legal e definitiva da Cooperativa na gestão dos resíduos municipais, independente das administrações que a cada quatro anos são alteradas.

Destarte, para evidenciar em maiores detalhes as informações descritas no texto acima, a seguir serão discutidas as categorias de análise propostas na metodologia deste trabalho para discussão do objetivo geral proposto: a compreensão da parceria entre Prefeitura Municipal de Nepomuceno e RECICLANEP.

Figura 10 - Linha do tempo dos principais fatos da relação RECICLANEP e Prefeitura Municipal de Nepomuceno entre 2010 a 2019.



Fonte: Da autora (2019).

6.2 Análise das categorias

6.2.1 Benefícios econômicos da parceria

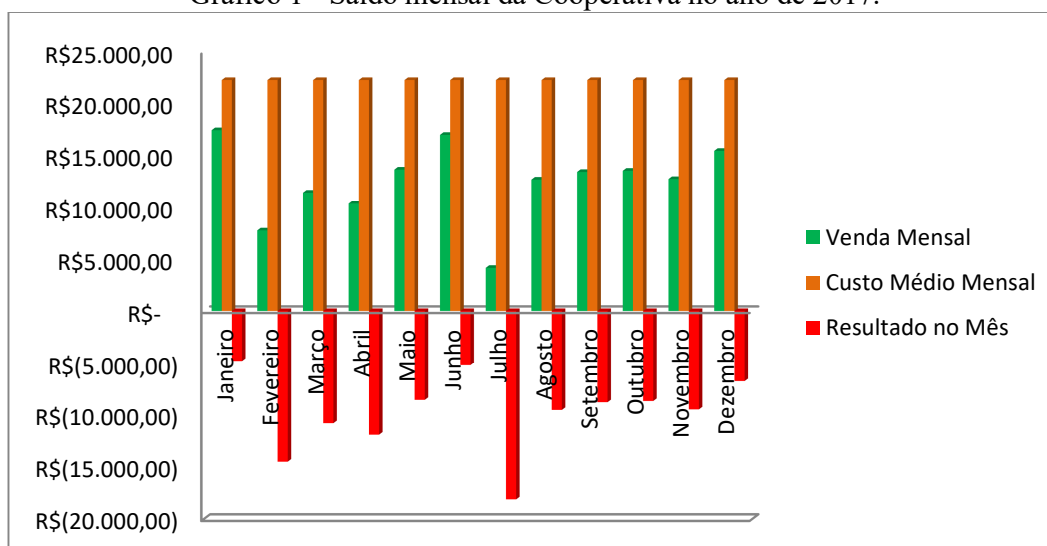
Durante as entrevistas foi possível identificar narrativas diferentes do que seriam benefícios econômicos provenientes da parceria. Para a Cooperativa ficou evidente que o valor do contrato com a Prefeitura, para a prestação de serviços de coleta seletiva, é o que garante sua manutenção e sobrevivência.

Os gastos mensais com o empreendimento, em torno de R\$ 22.275,85 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) no ano de 2016 segundo balanço contábil pensado ao processo administrativo de nº 004/2017, não poderiam ser cobertos apenas com a venda dos materiais recicláveis, pois, segundo uma das cooperadas entrevistadas:

“A gente não se vê sem esse contrato, porque não dá conta de viver sem esse contrato, pagar as despesas, funcionários, não tem como. Ele não é nem um contrato: ah, você recebem da prefeitura. Não! É tudo daqui. O nosso é o que nós fazemos. Nosso material!” (COOPERADA VERA).

O gráfico abaixo corrobora a fala da Cooperada Vera, pois, ao se fazer o recorte do produto obtido pela Cooperativa mediante a comercialização dos materiais recicláveis produzidos no ano de 2017, percebe-se que em nenhum dos meses destacados o valor foi suficiente para cobrir os gastos médios de manutenção da Cooperativa, obtendo-se, sempre, saldos negativos ou, em outras palavras, insuficiente para garantir o custeio mensal médio do empreendimento sem o repasse mensal garantido pelo Contrato firmado com a Prefeitura Municipal.

Gráfico 1 - Saldo mensal da Cooperativa no ano de 2017.



Fonte: Da autora (2019).

Convém enfatizar que o custo médio mensal foi retirado do balanço contábil de 2016 da Cooperativa, devido ao fato de que no prazo da pesquisa ainda não estavam disponíveis os balanços contábeis de 2017 e 2018. Sendo assim, esse custo pode estar defasado, principalmente, porque os gastos apresentados, em sua grande maioria, são provenientes de encargos trabalhistas que são anualmente reajustados com base no salário mínimo nacional.

Nos custos apresentados pela Cooperativa estão inclusos os salários de quatro vigilantes e todos os encargos provenientes da relação de trabalho, despesas com honorários contábeis, 19 cestas básicas, remuneração pelo processamento de resíduos, ferramentas, produtos de limpeza, equipamentos de proteção individual, despesas para mobilização de coleta seletiva, despesas com um auxiliar administrativo que já não atua mais na cooperativa e despesa com os cooperados que inclui: retirada mensal, que tem como base um salário mínimo para cada Cooperado e Cooperada e mais os encargos previdenciários de cada um deles.

Gastos estes que em muitos dos aspectos convergem com a precificação de serviços de Coleta Seletiva por Cooperativas formadas por Catadores e Catadoras apresentada em Lima (2013), embora, o balanço ainda não contenha previsão de diversos gastos sociais, com cada um dos Cooperados, ferindo em parte, direitos garantidos na Lei do Cooperativismo de Trabalho (BRASIL, 2012), tais como descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, provisão de seguro acidente de trabalho e adicional de insalubridade que são elencados pelo autor.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente o serviço de coleta seletiva, executado pela Cooperativa, atende completamente os requisitos do contrato. Para o Biólogo entrevistado não é possível afirmar que há vantagens financeiras no serviço ser efetuado pela Cooperativa ao invés de empresas privadas, pois não foram feitas cotações de preço por serviços prestados por estas últimas.

“não sei te falar porque ainda não fiz uma cotação, por exemplo, com uma empresa privada, mas, provavelmente sim. Provavelmente” (BIÓLOGO).

No entanto, ele destaca como principal benefício econômico que a Prefeitura terá em manter a parceria com a Cooperativa será no sentido de redução de gastos com a coleta de lixo convencional. Com o início da operação da Central de Tratamento de Resíduos – CTR da empresa SERQUIP, o lixão do Município será inativado e a Empresa irá receber os resíduos da coleta convencional, sendo remunerada pela quantidade, em toneladas destes resíduos que receber.

Sendo assim, a Prefeitura terá um custo menor caso envie menores quantidades destes resíduos à CTR devido a coleta seletiva no Município, que explicita o Biólogo, evita que materiais recicláveis sejam misturados aos resíduos não recicláveis.

“quanto mais reciclados forem recolhidos menos lixo comum vai para o aterro, então, para a prefeitura é bom, porque ela paga essa destinação” (BIÓLOGO).

Para evidenciar de forma mais densa o argumento do Biólogo, as notas fiscais de venda do ano de 2017 - apresentadas pela Cooperativa à Prefeitura em conformidade com a cláusula primeira do segundo Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços de Coleta Seletiva (ver anexo 03) - permitiram apurar que a Cooperativa recolheu por meio da Coleta Seletiva 285,8 (duzentos e oitenta cinco toneladas e 800 quilos) de material reciclado.

A fala acima do Biólogo, segundo Andrade (2015) norteia a concepção de PSA, onde destaca-se que:

[...] é justo pagar às cooperativas e associações de catadores parte do valor que elas economizam aos cofres municipais na forma de serviço ambiental. É neste sentido que o trabalho dos catadores cumpre a função de um serviço público a ser pago (ANDRADE, 2015, p. 14).

Entretanto, sem tornar insignificantes suas argumentações, o que será discutido a frente é que, em Nepomuceno, a quantidade recolhida pela Cooperativa ainda mostra-se

insuficiente do ponto de vista de benefício puramente econômico para a Prefeitura. Nesta situação, o PSA na forma do contrato de prestação de serviço de coleta seletiva têm gerado um benefício público de natureza muito mais ambiental que propriamente econômico, mas que não deve ser desprezado ao se pensar na sustentabilidade do Município.

Como forma mais precisa de valorar o quanto o trabalho dos Catadores e Catadoras da RECICLANEP pode economizar à Prefeitura, segundo dados obtidos no Portal do Cidadão, no *Site* da Prefeitura Municipal de Nepomuceno⁸, o Contrato Administrativo firmado entre a Prefeitura e a Empresa Serquip em 2018, prevê que o município deverá repassar a ela o valor de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos) por tonelada de material que for destinado a sua CTR.

Considerando-se que a Cooperativa tenha um desempenho semelhante em 2018, para fins de averiguação de uma possível economia com a diminuição do volume de lixo convencional produzido, por meio de simples operação matemática, é possível prever uma redução dos custos da Prefeitura, bastando para tanto multiplicarmos o total de toneladas obtidas pela coleta seletiva, devido a atuação da RECICLANEP, pelo valor unitário da tonelada destinada a CTR.

Na premissa estipulada, ou seja, tendo por base um desempenho estável da Cooperativa, é possível prever uma economia de aproximadamente R\$ 2.429,30 (dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e trinta centavos), valor que representa baixa porcentagem do valor total de R\$ 424.320,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil e trezentos e vinte reais) do contrato firmado entre a Prefeitura e a SERQUIP não desonerando a Prefeitura dos gastos com a Coleta Seletiva.

Por isso, o atual Secretário de Obras e Serviços Urbanos do Município, com uma visão mais pragmática, acredita que a Prefeitura tem apenas custos com o serviço, que na visão dele devem ser mantidos pela própria Cooperativa.

“porque o certo é viver com a perna deles, não precisar da prefeitura pagar. A prefeitura ainda tem que pagar um tanto por mês. Quando a prefeita começou o mandato dela, tava pagando até 22 mil reais por mês pra eles, o que não era justo. Eles vendem aquilo, eles tem que viver é daquilo lá, a cooperativa é pra isso” (SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS).

“... porque eu acho que não pode é onerar o cofre da prefeitura, porque hoje material reciclável é dinheiro, muito dinheiro. Tem gente que vive disso e vive muito bem” (SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS).

⁸ NEPOMUCENO. Prefeitura Municipal. **Portal do cidadão**. Disponível em: <http://acessoinformacao.nepomuceno.mg.gov.br/cidadao/inf/ormacao/contratos?_ga=2.171565666.3/36761170.1549457823-1778028000.1542063883>. Acesso em: 18 jan. 2019.

As visões dos Servidores parecem contrastar porque o Biólogo, servidor da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, consegue enxergar o contrato de prestação de serviços de coleta seletiva além das questões financeiras, como um serviço de utilidade pública, uma política social e também de mitigação de impactos ambientais, um serviço ambiental, que deve ser remunerado.

“Eu acredito que só tem vantagens o serviço de coleta seletiva ser prestado por uma cooperativa. Primeiro, pela questão social. Nós estamos ajudando treze famílias e o papel da cooperativa de recolher os recicláveis, na minha visão é um serviço público. Além disso, de utilidade pública” (BIÓLOGO).

Por outro lado, o Secretário Municipal de obras e serviços públicos, acredita que o Contrato é apenas custo aos cofres públicos municipais, que precisa ser revertido, apesar de, em documento que abre o Processo de nº 002/2017 ter declarado como justificativa para a contratação da RECICLANEP uma necessidade legal, ambiental e também social. Nas palavras dele:

“O Município tem precedido à terceirização da coleta seletiva e da reciclagem de resíduos, por se tratar de ato importante para a conservação do meio ambiente e de normatização obrigatória, conforme define o artigo nº 54 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada por Decreto Presidencial em 23 de dezembro de 2010, tendo também sido proibida a colocação, em aterros sanitários, de qualquer tipo de resíduo que seja passível de reciclagem ou reutilização, o eu justifica a necessidade da contratação. Além de se uma obrigação legal, a coleta seletiva de lixo é de extrema importância para a sociedade. É capaz de gerar renda para os catadores e economia para as empresas, também significa uma grande vantagem para o meio ambiente, uma vez que diminui a poluição dos solos e rios” (SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS).

O trecho acima parece compatibilizar-se muito mais com a visão do Biólogo do que do próprio autor que, ao afirmar na entrevista que os Catadores e Catadoras precisam “viver com as suas próprias pernas”, apresenta um discurso divergente do que escreveu. O Secretário de obras e serviços públicos, apesar de citar a PNRS (BRASIL, 2010b), mostra desconhecimento de suas potencialidades, pois, desconsidera como possível benefício econômico o fato de que ela apresenta uma série de dispositivos que inserem os Catadores na gestão integrada dos resíduos sólidos e garantem aos municípios vantagens financeiras, creditícias, bem como fomento aos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos, provenientes do governo federal por essa inserção.

Em contraponto as afirmações do Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Biólogo já enxerga que a elaboração de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos, previsto na PNRS (BRASIL, 2010b) poderia trazer benefícios outros para o município; dentre eles a

possibilidade de se zonear a produção de resíduos por bairro, nos comércios e nas indústrias da cidade, para se ter um panorama geral e confiável da geração de resíduos que contribuiria para criação de políticas públicas e ações para aperfeiçoamento da gestão do “lixo” municipal e ampliação da coleta seletiva efetuada pela Cooperativa.

Os pontos de vistas pelos dois principais atores da Prefeitura em relação ao Serviço Municipal de limpeza urbana com a execução da coleta seletiva são discrepantes e, algumas vezes, completamente discordantes no que se refere ao trabalho desempenhado pela Cooperativa e seus esforços para aumentar a coleta seletiva na cidade, o que, por vezes, provocam conflitos de ideias dentro da própria administração pública, ensejando assim, conflitos entre a Prefeitura e a RECICLANEP, que ainda serão discutidos detalhadamente neste trabalho.

Não obstante a essas divergências explicitadas, soma-se outra situação que preocupa: a falta de uma Política Pública institucionalizada, que insira, de forma definitiva, a Cooperativa formada por Catadores e Catadoras, ao Serviço de Limpeza Urbano. O Contrato de Prestação de Serviços de Coleta Seletiva é uma forma de PSA prevista na PNRS (BRASIL, 2010b), mas que desde que foi estabelecido, no ano de 2014, não passou de uma Política de Governo, em função disso, sem o estabelecimento em Lei Municipal.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008) salienta que os Serviços de Limpeza Urbana podem incidir em 20% dos gastos municipais. Com uma forma de atuação em que o imperativo seja o enxugamento de custos públicos sem um olhar crítico para a inclusão social, futuras administrações municipais podem romper o contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com a RECICLANEP.

No tocante as argumentações acima, Lima (2013), afirma que os ganhos econômicos em curto prazo, não devem ter prevalência ao interesse público de ensejar uma cidade mais sustentável; com Catadores e Catadoras trabalhando de forma digna. Por isso, na prestação de serviços de coleta seletiva, os ganhos socioambientais também devem ser somados. Neste entendimento, somente a atuação dos catadores pode garantir que o aspecto econômico não seja preeminente.

Isto posto, no Município a atuação da empresa SERQUIP apesar de necessária para a destinação ambientalmente correta dos resíduos não recicláveis preocupa os Cooperados e Cooperadas que, apesar de entenderem que os resíduos não devem ser dispostos no lixão, acreditam que a empresa pode ser prejudicial para a Cooperativa caso a Prefeitura não a apoie em ações de promoção e melhoria da coleta seletiva na cidade, dado que, na concepção do

Cooperado João a empresa não está preocupada com a separação dos resíduos na fonte geradora, perspectiva que se compatibiliza com o exposto por Silva (2017, p. 14).

“A CTR não tão nem aí, porque ela tá ganhando por tonelada. Quanto mais lixo pra ela, pode ser até pet, se chegar um caminhão com reciclável, ele vai ser paga por aquilo ali” (COOPERADO JOÃO).

“Se a prefeitura ajudar não vai ter prejuízo para nós (RECICLANEP). Porque se você ver lá em cima (lixão) como fica a quantidade de material reciclado jogado fora, dá dó, viu!” (COOPERADO JOÃO).

Este receio por parte da Cooperativa pode ter um fundamento, pois, em Sessão Ordinária na Câmara Municipal de Nepomuceno, de sete de maio do ano de 2018⁹, um dos gestores e sócio da SERQUIP, ao explicar o projeto da empresa e seus planos de ação explanou que:

“no terceiro ano, a indústria através das máquinas farão a separação dos resíduos, até mesmo o plástico "pet" por cor e estes resíduos que são recicláveis serão enviados para a reciclagem, e os resíduos que não são, farão o CDRE para o tratamento da geração de energia. Mostra que com o fim do lixão do município haverá uma economia muito grande da Prefeitura, haverá geração de empregos em sua primeira, segunda e terceira fase, diretos e indiretos”[...]. (ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DE 07/05/2018).

Diferentemente do informado pelo Biólogo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, bem como pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos que disseram durante as entrevistas que a empresa não possui projetos para os materiais recicláveis, pela fala acima, é possível averiguar que a SERQUIP, em sua CTR, possui interesse nos materiais recicláveis. Sendo assim, e com o *mote* da geração de empregos, ela pode por em risco o Contrato de Prestação de Serviços de Coleta Seletiva, celebrado entre a Prefeitura e a RECICLANEP, pois com a separação dos recicláveis efetuada pela empresa, como salientou o gestor aos presentes na reunião da Câmara Municipal, a Prefeitura não terá “gastos” com a coleta seletiva”.

Assim sendo, como já evidenciado anteriormente, a cooperativa subsiste nas mãos de políticas de governo, que podem optar, por medidas estritamente econômicas, apenas pelo trabalho da SERQUIP. Com um possível fim das atividades da Cooperativa no Município, também teria fim uma forma singular de organização do trabalho que os Catadores e Catadoras desenvolvem ao longo de sete anos se, ao serem absorvidos pela empresa como empregados, passarem a ter suas forças de trabalho a serviço do capital e não da Cooperativa, do coletivo.

⁹ NEPOMUCENO. Prefeitura Municipal. Câmara Municipal . **Atas das reuniões ordinárias**. Disponível em: <<https://www.nepomuceno.mg.leg.br/copia-projetos-de-leis-2>>. Acesso em: 23 jun.2018.

Com as circunstâncias relatadas, as ameaças ao trabalho da Cooperativa não devem ser desprezados, entretanto, a Prefeitura, em sua gestão atual, parece reconhecer que a ampliação da Coleta Seletiva no Município é uma das ações mais importantes para que sejam coletados mais materiais recicláveis pela Cooperativa, desonerando assim seus custos com a Coleta Seletiva. A respeito disso, o Biólogo ponderou que:

“se a prefeitura quiser economizar ela terá que investir em mais campanha de conscientização em conjunto com a cooperativa. Menos oneroso para o município e mais material, mais recurso para a cooperativa” (BIÓLOGO).

Segundo o Biólogo, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente neste ano de 2019 começou a pesquisar editais na área de Meio Ambiente encontrando o Edital da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM¹⁰ que selecionava municípios para receber apoio técnico do Estado de Minas Gerais para implantação ou ampliação da Coleta Seletiva. Nepomuceno foi uma das cidades contempladas¹¹ e terá o apoio técnico do Instituto GESOIS¹², em parceria com a FEAM na busca de melhorias para a coleta seletiva e toda gestão dos resíduos sólidos.

O TAC firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público no ano de 2019 parece ser um acordo que representa uma mudança conjuntural importante para maior incentivo à coleta seletiva com a inclusão da Cooperativa em Políticas Públicas Municipais. Do ano de 2018 para 2019 a Prefeitura, com a cobrança constante do Ministério Público, tem buscado soluções para a resolução dos vários problemas relacionados aos resíduos sólidos urbanos. O lixão foi fechado e todo “lixo” passou a ser disposto de forma ambientalmente correta. Os Catadores e Catadoras deixaram de frequentá-lo e um plano para sua inativação tem sido discutido.

Por isso, parece haver da Prefeitura, principalmente por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a preocupação com a sustentabilidade urbana em relação aos resíduos sólidos de forma a incluir os Catadores e Catadoras. Estas ações podem ensejar um caminho em direção ao estabelecimento de Políticas Públicas para que estes Catadores e Catadoras possam, permanentemente, tornarem-se agentes públicos na consecução de uma gestão mais sustentável de resíduos sólidos no Município.

¹⁰ Edital FEAM nº01/2019. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/2019/EDITAIS/Edital_Coleta_Seletiva_minuta_para_PRO_SEI2-210119.doc>. Acesso em: 11 mar.2019.

¹¹ Resultado do Edital FEAM nº 01/2019. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/2019/EDITAIS/RESULTADO_EDITAL_01-19_FEAM.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

¹² INSTITUTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS (GESOIS). Disponível em: <<http://gesois.org.br/novo/apresentacao.php>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

6.2.2 Melhorias sociais aos Catadores e Catadoras

O Quadro abaixo elenca os principais incrementos sociais aos Catadores Catadoras com o estabelecimento da parceria com a Prefeitura de Nepomuceno que puderam ser observados ao longo da pesquisa.

Quadro 2 - Principais melhorias sociais evidenciadas aos Catadores e Catadoras da RECICLANEP após o estabelecimento de sua parceria com a Prefeitura Municipal de Nepomuceno.

A) Melhores condições estruturais e de saúde na execução do trabalho.
B) Acesso a garantias sociais.
C) Fortalecimento do trabalho coletivo, autogestionário.
D) Organização em rede
E) Acesso ao programa Bolsa Reciclagem.

Fonte: Da autora (2019).

A) Melhores condições estruturais e de saúde na execução do trabalho

O Item 6.1, intitulado “Como tudo começou: da catação no lixão ao contrato de prestação de serviços de coleta seletiva” evidenciou, de forma clara, que a saída do grupo do lixão foi possível apenas com o apoio da Prefeitura e que a parceria cujo alguns aspectos estão sendo compreendidos, neste trabalho, tiveram início ainda nesta fase e não apenas com a instituição do contrato de prestação de serviços para a coleta seletiva.

Zanin e Gutierrez (2011) informam que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários de catadores não possui sede própria, o que indica que grande parte deles encontra-se dependentes de algum tipo de apoio. Em especial, em Nepomuceno, sem a área cedida pela Prefeitura e com o apoio da FUNASA, mesmo com a instituição da Cooperativa, o grupo de Catadores e Catadoras não teria condições econômicas para dispor de um local e equipamentos adequados para o trabalho na coleta, triagem e venda dos materiais recicláveis.

Em relação às condições de saúde e de operacionalização do trabalho, reportagem¹³ de um jornal da região, exibida em 2013, evidenciou bem a situação em que os Catadores encontravam-se: laborando sem equipamentos de proteção individual e em meio a urubus e resíduos hospitalares, que estavam sendo dispostos de forma clandestina por comércios locais,

¹³ CATADORES de lixo são flagrados sem proteção em Nepomuceno, MG. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/04/catadores-de-lixo-sao-flagrados-sem-protecao-em-nepomuceno-mg.html>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

apesar de o município possuir contrato com empresa especializada no transporte e descarte deste tipo de resíduo.

Portanto, o trabalho executado no lixão era precário e insalubre, oferecendo grandes riscos aos Catadores que não tinham acesso a estrutura mínima para descanso, necessidades básicas, alimentação e organização administrativa.

De acordo com Gutberlet et al. (2016), a coleta informal no lixão, muitas vezes é considerada atividades perigosa. “Os catadores realizam parte do trabalho a céu aberto, sem instalações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, como banheiros, e sem acesso a água [...]”.

Na Cooperativa, trabalhando no galpão cedido pela Prefeitura com apoio da FUNASA, os Catadores e Catadoras passaram a dispor de condições estruturais que denotaram ao trabalho maior dignidade ao passarem a dispor de banheiros e escritórios para organização do trabalho administrativo, além de melhorias nas condições ergonômicas de execução do trabalho de triagem com o uso de esteiras e agregação de valor ao material coletado com o uso de prensa.

É importante evidenciar que a esteira de triagem, embora disponível para o trabalho da Cooperativa desde sua formação, só pôde entrar em operação em setembro do ano de 2018, devido a ausência de um transformador trifásico de energia, que foi instalado pela Administração Municipal atual. Antes disso, todo material da coleta seletiva na cidade era despejado pelo caminhão diretamente no chão causando desconforto para Catadores e Catadoras durante a execução da triagem.

Durante as entrevistas foi afirmado por um dos cooperados entrevistados que a saída do lixão melhorou substancialmente as condições de saúde para o trabalho, relatando o trabalho em cooperativa como menos propenso a contato com bactérias e materiais contaminantes.

“A cooperativa mudou o grupo inteiro, porque antes era o lixo, que era custoso. Era mão com muitas bactérias, a gente encontrava muitas coisas. A cooperativa melhorou muito nossa vida. Melhorou de 0 a 100” (COOPERADO JOÃO).

Para Hoefel et al. (2013) os acidentes nos lixões “geralmente acontecem em decorrência da precarização e falta de condições adequadas de trabalho”.

No entanto, foi observado que mesmo na Cooperativa, o trabalho ainda expõe os Catadores e Catadoras a diversos riscos. Nas visitas realizadas a cooperativa durante todo o

período da pesquisa, foi relatado que um Catador perdeu parte de um dos dedos da mão na prensa.

Já no trabalho de triagem a Pesquisadora pôde observar a exposição dos triadores a possíveis riscos de cortes, perfurações e contaminações, onde o material coletado na cidade encontra-se misturado de muitos resíduos não recicláveis, como pode ser visto na Figura 08, e a atividade é processada sem a utilização de luvas por muitos deles, a maioria Catadoras, que afirmam economizar nos gastos com a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI's para sobras de recursos financeiros que não teriam condições de serem retirados do rendimento com a venda dos materiais recicláveis.

“a gente larga de comprar nosso EPI pra comprar outra coisa, porque nós compra EPI duas vezes por ano. Tem gente que pode achar que é ignorância, mas nós economiza pra voltar pra nós mesmo, porque a gente sabe que se for tirar da nossa carga, nós não ganha o suficiente. Nós tem que cuidar da nossa família, nós temos gasto em casa. Então, antes nós economizar em coisas que a gente pode passar um pouquinho do que às vezes nós mexer em outras coisas que podem causar prejuízo depois pra nós.” (COOPERADA MADALENA).

B) Acesso a garantias sociais

O trabalho cooperativo passou a proporcionar melhores condições de trabalho e vida para Catadores e Catadoras.

Por meio do valor recebido pela Cooperativa com o estabelecimento do contrato de prestação dos serviços de coleta seletiva no Município todos eles passaram a ter acesso a garantias sociais como inserção do grupo na condição de segurados do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e, conseqüentemente todos os benefícios advindos disso, como seguro maternidade e auxílio doença. Vale destacar que mesmo com a Cooperativa instituída em 2011, seus associados não recolhiam o INSS. Somente após o estabelecimento do contrato de prestação de Serviços em 2014, Cooperados e Cooperadas puderam obter condições financeiras para custear estes benefícios sem disporem dos valores obtidos com a venda dos materiais recicláveis.

As falas das cooperadas logo abaixo ilustram a percepção do que o acesso a proteção social proporcionou a todo os associados.

“se você machucar, acontecer alguma coisa, tem INSS que te cobre” (COOPERADA VERA). Licença maternidade! (COOPERADA MADALENA). No lixão você não tinha nada disso. Lá se você machucou o problema era seu. Você amarrava um pano e continuava trabalhando (COOPERADA VERA)”

C) Fortalecimento do trabalho coletivo, autogestionário

Desde antes do fim do trabalho no lixão, com as abordagens da Secretaria de Desenvolvimento Social na tentativa de organização do grupo e após a instituição da Cooperativa, os Catadores e Catadoras puderam conhecer outra realidade de organização do trabalho.

A inexistência do trabalho subordinado foi identificada por eles como um incremento positivo na execução de suas atividades na Cooperativa, de forma a promover independência e liberdade como a de quem exerce uma atividade autônoma, mas que “não significa cada um fazer o que bem entender, mas poder seguir regras formuladas entre todos os cooperados” (PINHEL, 2013, p. 129), conforme esclarece o cooperado João:

“na roça, no lixão era serviço braçal comum, rural. Tinha o defeito da pessoa mandar na gente, né?! A gente tinha patrão, tinha hora de chegar, de parar, tinha hora limitada. Aqui a gente acabou, decidiu com o grupo, estamos cansados, vamos embora! É uma melhora pra gente. É um serviço braçal, cansativo, repetitivo, não muda, mas nós consegue controlar” (COOPERADO JOÃO).

Na narrativa anterior foi possível verificar que no lixão, todos os Catadores e Catadoras eram “empregados” do atravessador, sintetizando a afirmativa de Baptista (2015) de que catadores e catadoras muitas vezes são operários terceirizados da indústria da reciclagem, realizando o trabalho pesado de coleta e separação dos resíduos, sem nenhum vínculo empregatício e garantias sociais, sendo realmente submetidos a um processo de exploração dentro de um mercado capitalista que expropria a força de trabalho destes trabalhadores, para obter o máximo de lucro com o mínimo de custo.

Apesar de contemplarem a oportunidade de uma atuação laboral livres da subordinação e de processos hierárquicos de trabalho, nem todos os Catadores e Catadoras, presentes no lixão, se adaptaram ao trabalho coletivo. Dos vinte e dois membros constantes na ata de constituição da Cooperativa, apenas treze hoje compõe o quadro de associados. A fala abaixo dos Cooperados entrevistados ressalta que a transição do trabalho no lixão para o trabalho em regime de cooperação foi alvo de muitas críticas dentro do próprio grupo de Catadores e Catadoras.

“As pessoas começaram a criticar que não ia dar certo que não ia funcionar” (COOPERADO JOÃO). “Começaram a julgar. É pessoa que vai afundar na vida! Portanto, um deles que era pra ser presidente. falou, falou, saiu daqui, começou a falar mal de nós, que não ia dar certo. Vai fazer 6 anos que a cooperativa está aberta e ele está desempregado” (COOPERADO JOSÉ).

Dos atuais treze Cooperados, nove deles eram integrantes do primeiro grupo dos 22 Cooperados que saíram do lixão. Outros quatro são membros integrados após a formação da Cooperativa. Pelos documentos pessoais de cada um, apensados aos processos administrativos de nº 005/2014 e 004/2017, bem como pelas visitas realizadas a Cooperativa ao longo da pesquisa, foi possível determinar que a maioria deles é parente, tanto por consanguinidade, quanto por relações de casamento, constituindo-se basicamente de dois grupos familiares.

Estes dois grupos familiares originam-se das duas cooperadas mais velhas do grupo, com idades de 59 e 63 anos, sendo a mais velha esposa do primeiro Presidente da Cooperativa. O diagnóstico socioeconômico e cultural integrante dos processos citados acima evidenciaram que estas Catadoras de maior idade atuam na atividade de catação há mais de 20 anos e que elas são mães de outros Cooperados e Cooperadas que casaram-se e inseriram seus parentes (esposas, esposos, cunhados e cunhadas) como membros da Cooperativa, o que pode caracterizá-la como um empreendimento familiar.

Esse mesmo diagnóstico também evidenciou que todos os Catadores e Catadoras residem no Bairro Vista Verde, o mais próximo das instalações da Cooperativa e também do lixão municipal, o que pode justificar o início do trabalho do grupo na atividade de catação. Argumento que é endossado pelo Analista de Políticas Públicas entrevistado:

“É interesse que é um grupo de pessoas que moram próximas. A gente não tem na cooperativa pessoas de outros cantos distantes da cidade. E lá(onde os cooperados moram) é o bairro mais próximo ao lixão. Então assim, eles tem essa questão da distância também! Acharam mais fácil ir ao lixão retirar sua fonte de renda” (ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS).

Figura 11 - Mapa indicando a localização do Bairro Vista Verde, a RECICLANEP e o Lixão Municipal.



Fonte: Google Maps (2019).

Em conversas informais com os Cooperados foi possível constatar que entre eles há o predomínio de certo grau de corporativismo. A entrada de novos integrantes não parece ser um processo acessível a qualquer pessoa que demonstre interesse em cooperar, o que pode ser um reflexo das relações de familiares presentes. Na Cidade é possível observar o trabalho de carroceiros que fazem a coleta de materiais recicláveis de maneira informal.

Nas conversas com os membros da Cooperativa foi relatado por uma das Cooperadas que diversas pessoas já os procuraram oferecendo-se como mais uma força de trabalho no empreendimento autogestionário. Indagada pela pesquisadora por quais motivos novos membros não seriam aceitos ela justificou que os encargos trabalhistas aumentariam e que o repasse da prefeitura à Cooperativa permaneceria o mesmo. Porém, a mesma disse que logo após este fato um novo membro, irmão de outra Cooperada, foi admitido.

A situação evidenciada acima poderá obrigar a Cooperativa a rever sua política de ingresso de novos associados, visto que o TAC assinado em 14 de janeiro do ano de 2019 prevê como uma das ações da Prefeitura, incluir todos os catadores informais do Município ao trabalho cooperativo da RECICLANEP.

Ainda de acordo com o diagnóstico socioeconômico e cultural, os 13 atuais Cooperados possuem uma média de idade em torno de 35 anos, um grau de escolaridade relativamente baixo com apenas uma Cooperada com ensino médio completo e um Cooperado com ensino fundamental completo e os demais com, apenas, o ensino fundamental

incompleto. A maioria se autodeclarou negro (a) ou pardo(a) e informou trabalhar na atividade há mais de cinco anos exercendo, anteriormente ao trabalho de catação, as atividades informais de safrista (colheita de café) e doméstica.

O breve perfil traçado acima é correspondente com o destacado pelo IPEA (2013) na publicação: Situação Social das Catadoras e dos Catadores de material reutilizável e reciclável no Brasil, que ainda aponta em relação à opção pela atividade de catação que “ em algumas famílias essa atividade passa a ser seguida pelos filhos, geralmente por falta de melhores opções” (IPEA, 2013, p. 8), circunstância evidenciada na RECICLANEP.

Para além de todas as dificuldades e conflitos dentro do grupo originado no lixão, os cooperados que subsistiram na atividade após a instituição da Cooperativa, e que são parte dos dois grupos familiares anteriormente destacados, hoje têm orgulho em falar que são referência para outras Cooperativas e Associações e que o contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com a Prefeitura é também um dos melhores da região.

De acordo com o Cooperado João, as ações da RECICLANEP são evidenciadas para outras Cooperativas e Associações da REDE SUL SUDOESTE, provocando neles motivação para continuação do trabalho, motivação para continuarem na luta para conquistarem contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com seus municípios, além de se sentirem motivados para buscar o fortalecimento político e maior organização do trabalho autogestionário. Confirmam estas informações sua fala e também a fala do Cooperado José logo abaixo.

“eu escuto as pessoas que vem de fora falar: é a RECICLANEP. As vezes tem pessoas que estão desistindo das suas associações, igual Três Pontas tá desanimando. Tem lugar aí que as mulher recebem 200 e poucos por mês. Eles falaram que as pessoas não fecham por causa do trabalho nosso!” (COOPERADO JOÃO).

“Isso pra nós é um incentivo. Imagina se nós fraquejar, parar aqui; e pra essas pessoas que tá sobrevivendo do trabalho da RECICLANEP! (COOPERADO JOSÉ).

Com a criação da RECICLANEP e, a partir daí, com o trabalho cooperativo, Cooperados e Cooperadas passaram a se reconhecerem como profissionais, o que no lixão não era permitido, visto que eram qualificados sempre com muito preconceito por estarem envolvidos do “lixo”. Tiveram então um aumento ou até mesmo desenvolvimento na autoestima e uma identificação profissional.

Percebem-se com agentes ambientais que não só vivem da catação, mas também contribuem com o meio ambiente, o que qualifica a atuação de cada um como cidadãos

cumprindo um dever constitucional preservando o meio ambiente ao executarem o trabalho de coleta seletiva, percepção destaca pela Cooperada Maria ao afirmar que:

“Hoje mesmo, um rapaz tá montando um galpão lá perto de casa. Por quê? Porque sabe que reciclagem dá dinheiro. Nós vive da reciclagem, mas nós sabe também o que a gente faz pelo Meio Ambiente! Eles não querem saber! Querem só o dinheiro. Querem saber do material bom: o pet, a latinha. Mas e a caixinha de leite também interessa pra eles? Porque ela também causa impacto ambiental” (COOPERADA MARIA).

No relato da Cooperada acima, outras conclusões podem ser obtidas. Por exemplo, quando afirma que muitos querem viver da reciclagem, muito embora, apenas pelo dinheiro, mostra que mesmo considerada uma atividade marginal, a catação, ao gerar lucro, pode ser apropriada por formas capitalistas de produção, onde uma pessoa individual, com algum capital para empreender com instrumentos necessários à agregação de valor dos materiais, poderá apropriar-se da força de trabalho de quem se dispõe a realizar o serviço mais pesado dentro da cadeia da reciclagem: a coleta, triagem e separação.

No entanto, para além do reconhecimento profissional, a Cooperativa, para o grupo, representa uma opção não apenas de renda, mas política e ideológica (SINGER; SOUZA, 2000), que passou a representar os Catadores e Catadoras de forma digna, como profissionais e não como pessoas do “lixo”. O mesmo foi evidenciado por Magni e Gunther (2014), quando afirmam que nas cooperativas de catadores e catadoras, por eles pesquisadas, o trabalho cooperativo foi apreendido não apenas como fonte de renda, mas um meio para valorização social, o que também pode ser destacado nas palavras abaixo, de Singer (2002), ao revelar o significado social de uma cooperativa autogestionária de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis..

Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e de reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte de material separado, agregando-lhe valor. A Cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador e de desenvolvimento da ajuda mútua, que permite constituir a comunidade dos catadores (SINGER, 2002b, p. 89).

Mas, para a Cooperada Maria, o preconceito da sociedade ainda é muito grande. De acordo com ela, a população ainda os referenciam como “catadores do lixão” e não cooperados, prestadores de um serviço de utilidade pública, “as pessoas falam: as meninas do lixo chegou! Que isso gente! Não é isso não. Nós presta um trabalho pro município. Eu falo isso nas nossas palestras!”, disse a Cooperada Maria na entrevista. Por isso, ela, bem como

mais três dos entrevistados, acreditam que se tivessem a oportunidade, gostariam de vivenciar novas formas de trabalho, citando sua irmã, ex-catadora, que hoje atua como auxiliar de serviços gerais na Prefeitura.

O relatado no parágrafo anterior coaduna-se com o exposto por Miura e Sawaia (2013) de que o trabalho pode não ser fonte de vergonha, mas é encarado como marginal pela sociedade, o que segundo os entrevistados o torna difícil a ponto de quererem optar por alternativas a ele. Medeiros e Macedo (2006) no artigo: Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência, afirmam que o não reconhecimento social é uma das formas de inclusão perversa a que estão submetidos dentro da execução diária de suas atividades com os resíduos.

As ações da Prefeitura de retirada dos Catadores e Catadoras do lixão e tentativas iniciais de organizá-los, oferecendo suporte estrutural para o trabalho por meio de apoio de projetos de coleta e reciclagem de materiais financiados pela FUNASA, que somadas as do INSEA, juntamente com o MNCR dentro do Projeto Novo Ciclo foram fundamentais para o desenvolvimento de uma identidade coletiva no grupo de Catadores e Catadoras que não existia no trabalho realizado no lixão.

“antes era cada um por si, agora, aqui, por exemplo, se eu tentar puxar o tapete da outra eu também caio. Não tem como ninguém puxar o tapete um do outro, então, virou aquele conjunto em família” (COOPERADA VERA).

Ao serem questionados sobre o que o trabalho do INSEA proporcionou ao grupo, os Cooperados entrevistados afirmaram:

“Aprender ser profissional pela nossa área e nós somos profissionais pela nossa área” (COOPERADO JOÃO).

“e quando a gente trabalhava no lixão era muito criticado, né! Ahh, essa pessoa trabalha no lixo!” (COOPERADO JOSÉ).

“Desfaziam de nós, né! Hoje que nós têm nossa empresa aberta, registrada, acho que no sul de Minas é a maior que tem” (COOPERADO JOÃO).

De acordo com Rodríguez (2002, p. 354), “o trabalho coletivo na cooperativa tende a gerar laços de solidariedade que reduzem a falta de confiança nos companheiros e no resto das pessoas alheias ao círculo familiar que caracteriza os recicladores”.

As Cooperadas entrevistadas relataram que esta falta de confiança existe, mas que hoje não chega a gerar conflitos entre o grupo, pois todas as ações necessárias a organização da Cooperativa são registradas em atas de assembleias.

Para a cooperada Madalena, que afirmou já ter havido desconfiança de desvio de dinheiro, a origem destes conflitos esteve no início da organização em cooperativa quando a Prefeitura nomeou um técnico para efetuar as atividades administrativas necessárias, o que causou muita apreensão, visto que ele não fazia parte do grupo de Catadores e Catadoras, constituindo-se, na visão deles, de uma pessoa alheia ao grupo. De acordo com a Cooperada Vera, sua função na Cooperativa era administrá-la, mas devido a muitas discordâncias ele demonstrou não ter aptidão pela função deixando o cargo.

Estas mesmas Cooperadas Vera e Madalena relatam que após a saída do Técnico, começaram a juntar esforços para entender melhor como administrar a Cooperativa, estudando todos os documentos que já haviam sido gerados, além de buscarem ajuda na assessoria jurídica do Município e contarem com o apoio do INSEA dentro do projeto Novo Ciclo.

Outros técnicos foram nomeados para dar suporte administrativo à Cooperativa até o final da gestão 2010- 2016. A gestão atual (2017-2020), de acordo com a Cooperada Maria, foi a única a dar a liberdade para a Cooperativa organizar-se sem a figura deste Administrador, que já não é mais um custo a ela e cuja ausência permitiu liberdade para uma autogestão promovida apenas por membros da Cooperativa, ausente de pessoas com ideais divergentes às compartilhadas pelo grupo.

É importante evidenciar, que ao longo de toda a pesquisa o Assessor Jurídico da Gestão Municipal 2010-2016, bem como todo Corpo Técnico do INSEA e da REDE SUL SUDOESTE e o Biólogo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, são considerados pelos Cooperados e Cooperadas entrevistadas, como pessoas de confiança, que demonstraram e demonstram empenho em ajudá-los e que contribuíram, de forma fundamental, para o desempenho que a Cooperativa apresenta na atualidade. À vista disso, a pesquisa conseguiu elucidar que a confiança é uma qualidade fundamental que qualquer pessoa, que se disponha a ajudá-los, deve passar a todo grupo. Desta maneira, o grupo aceita que necessita de ajuda para aperfeiçoamento constante. Por outro lado, entendem que: “a luta pela autogestão é a luta por garantir que as organizações sejam administradas pelos próprios catadores, nas quais pode ocorrer a cooperação com outras entidades, mas garantindo a total autonomia nas decisões da base de catadores” (PINHEL, 2013, p. 172).

Em uma das visitas técnicas a Cooperativa onde estavam presentes membros do MNCR e da REDE SUL-SUDOESTEE, foi possível ouvir de um deles, ao longo de uma reunião, que o trabalho desenvolvido na RECICLANEP não existe em outras Cooperativas e Associações da REDE SUL SUDOSTE. Em muitos desses empreendimentos os cooperados

só querem triar, não estão preocupados com a gestão, com a organização vista na RECICLANEP.

Hoje, a cooperativa é capaz de elaborar um controle contábil de entradas e saídas e recibos dos rateios mensais para seus Cooperados. Estes mecanismos de controles e registros de dados estão sendo aperfeiçoados por meio de capacitação oferecida por técnicos da REDE SUL-SUDOESTE, no sentido de que o trabalho na Cooperativa possa tornar-se “mais profissional”, de acordo com o Técnico da Rede SUL-SUDOESTE.

Mesmo com uma separação nítida de trabalho: há os catadores que ficam na prensa, os que realizam a coleta seletiva na cidade, os que triam e separam os materiais e os que estão mais incumbidos das atividades administrativas, a cooperação não é degenerada na RECICLANEP, pois todos eles executam funções que se somam como partes de um processo global de interesse coletivo, comum e não para consecução de interesses privados, concretizando assim, “uma forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1983, p. 259), numa relação em que a força de trabalho de cada cooperado é somada para a verdadeira cooperação, que gera resultados coletivos para o coletivo; diferentemente da “cooperação” capitalista, em que a apropriação dos resultados da cooperação resultante da força de trabalho de cada trabalhador, é destinada em sua maioria para a remuneração do capital.

Como resultado do que consideramos aqui como a verdadeira cooperação, há o fortalecimento de uma base para a democracia com a participação de todos - estágio que conduz a autogestão - em oposição ao modelo praticado nas empresas capitalistas, que primam pela adoção da heterogestão onde se pratica a concentração do poder e o autoritarismo (PINHEL, 2013).

Ficou evidenciado, durante todo o processo de realização da pesquisa, que o destaque que a Cooperativa, hoje, tem dentro do cenário regional em que está inserida, foi fruto da apreensão de muitas experiências práticas positivas e negativas que os Catadores e Catadoras foram vivenciando, desde a saída do lixão e com o início do trabalho cooperativo.

Além disso, soma-se todo suporte técnico e de assessorias, que Cooperados e Cooperadas receberam e que fomentaram a construção de comportamentos de partilha, de responsabilidades e ajuda-mútua, onde o “trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1983, p. 262), onde a “união faz a força” para construção e execução de um produzir para viver, promovendo a reprodução ampliada da

vida em contraste com a reprodução ampliada do capital (BENINI, 2011; CORTEZ, 2015; ICAZA; TIRIBA, 2003).

D) Organização em rede

Seguindo a concepção de Mance (2003, p. 220), onde

A noção de rede coloca ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autoapoiese em que cada elemento concorre para a redução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede.

E, aproximando-se dos princípios e diretrizes que norteiam o MNCR, a REDE SUL SUDOESTE - que foi um dos objetivos concretizados do Projeto Novo Ciclo - em síntese, foi criada com o objetivo de unir as Cooperativas e Associações de Catadores e Catadoras da Região Sul de Minas, para o fortalecimento político destes profissionais, na luta, por exemplo, junto aos poderes públicos por melhores condições de trabalho, bem como para buscarem alternativas da prática da exploração capitalista na venda dos materiais recicláveis.

Para um dos técnicos da REDE SUL-SUDOESTE, o contexto ideal da Cooperativa de segundo grau seria o de unir todas as cooperativas associadas para gerar volume de material suficiente para a venda direta às indústrias recicladoras, meta ainda não alcançada, visto que são grandes os problemas estruturais e organizacionais que muitas Associações e Cooperativas associadas ainda apresentam, por isso, trabalham com cada uma delas empenhando-se em romper essas adversidades, sem, no entanto, deixar de estabelecer, entre todas, uma organização participativa, democrática, livre de processos hierárquicos; baseada na solidariedade, e nos princípios da Economia Solidária.

No quadro abaixo, adaptado do informativo¹⁴ do Projeto Novo Ciclo Sul de Minas, encontram-se alguns dos objetivos propostos pela REDE SUL SUDOESTE que já puderam ser alcançados no município de Nepomuceno.

¹⁴ INFORMATIVO DO PROJETO NOVO CICLO SUL DE MINAS. Disponível em: <http://www.insea.org.br/novociclo/jornal_novociclo_02_WEB.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Quadro 3 - Alguns dos objetivos de ação da REDE SUL-SUDOESTE.

1. Promoção do fortalecimento de seus associados por meio de ações de busca por novos mercados e melhores preços nos materiais recicláveis
2. Promoção de pesquisas de preço para os materiais recicláveis
3. Promoção de medidas por melhores condições de trabalho e eliminação de intermediários
4. Promover, estimular, propor e defender, junto aos poderes públicos constituídos, leis e medidas que permitam o desenvolvimento harmônico dos associados.

Fonte: Adaptado do informativo do Projeto Novo Ciclo Sul de Minas (2019).

Estando mais a frente nas questões organizativas e estruturais, sendo capazes de emitir notas fiscais de venda, possuírem equipamentos como prensa e balança de pesagem para agregar valor aos materiais, bem como disporem de espaço para armazená-los, a RECICLANEP, ao integrar esta Rede SUL SUDOESTE garantiu a possibilidade de novos horizontes na comercialização dos materiais recicláveis.

Quando as cooperativas não conseguem administrar bem certas complexidades, seja armazenar um grande volume se há falta de espaço, seja pela necessidade de cobrir salários, elas acabam vendendo seus produtos aos atravessadores por preços inferiores ao valor real de mercado (SOTO, 2011, p. 64).

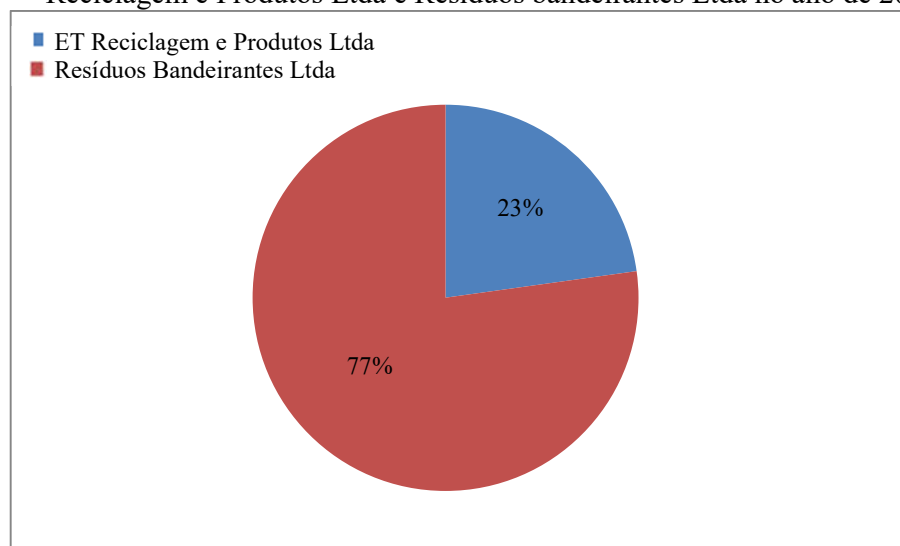
De acordo com a Cooperada Vera, antes da participação na REDE SUL SUDOESTE, os Catadores e Catadoras da Cooperativa, tinham pouco conhecimento do mercado e dos preços praticados nele, agora, tem superiores condições de negociar a produção, tanto com o atravessador, quanto com outros intermediários das indústrias de reciclagem. Uma condição que ainda não projetou a Cooperativa em comercializar diretamente com as indústrias recicladoras, no entanto, permitiu emancipação do atravessador local e viabilidade de melhores preços de vendas dos recicláveis.

“Nós dava nossa material agora nós recebe um preço legal. Agora nós tem até como negociar. Hoje são os comprador que liga pra gente pra poder comprar! Antes, nós que brigava pra eles pegarem nossa material!” (COOPERADA VERA).

Com essa melhoria na comercialização, o atravessador local - garantem as três Cooperadas entrevistadas - passou a ter uma porcentagem menor na compra de seus materiais, além de ter que pagar um preço mais aproximado do justo e/ou da média do que é praticado no mercado.

De acordo com notas fiscais de venda do ano de 2017, apresentadas pela Cooperativa à Prefeitura, em conformidade com o 2º termo aditivo do contrato de nº 002/2017 de prestação de serviços de coleta seletiva (ver anexo 03), que prevê que a RECICLANEP deve apresentar à Prefeitura, mensalmente, as notas fiscais dos materiais recicláveis comercializados; além do atravessador local, constituído na empresa ET Reciclagem e Produtos Ltda, a cooperativa também comercializou seus materiais com a empresa, Comércio de Resíduos bandeirantes LTDA, localizada na cidade de Belo Horizonte tendo a ET Reciclagem e Produtos LTDA e aquela as seguintes participações em valores monetários de venda, respectivamente, de R\$ 34.125,95 (trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) e R\$ 115.628,70 (cento e quinze mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta centavos), do total do ano no valor de R\$ 149.754,65 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) cuja representação em termos de porcentagem nas vendas estão expostas no gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Porcentagem de representação de vendas da Cooperativa para as empresas ET Reciclagem e Produtos Ltda e Resíduos bandeirantes Ltda no ano de 2017.



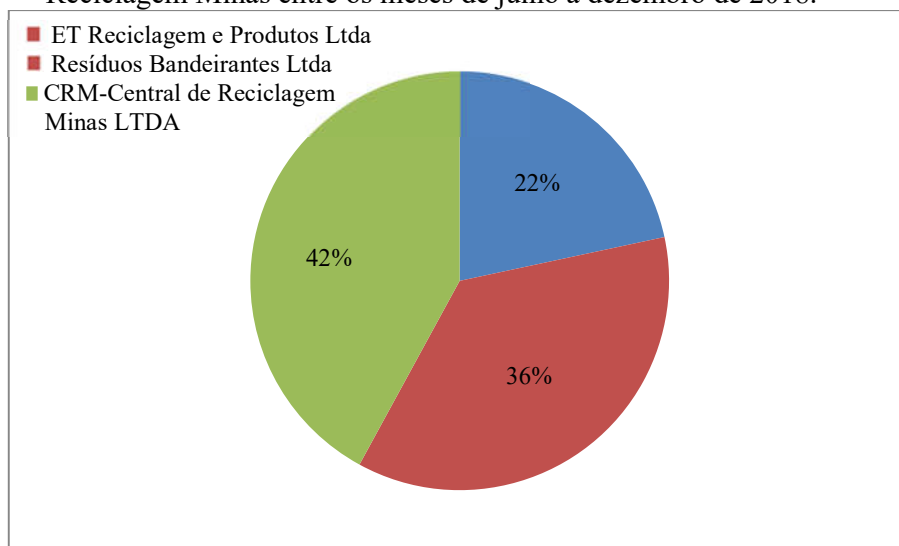
Fonte: Da autora (2019).

Já no ano de 2018, entre os meses de julho a dezembro, a Cooperativa conseguiu comercializar quase todo o valor do ano de 2017. Foram R\$ 125.536,5 (Cento e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) obtidos com a venda para as duas empresas já citadas, mais a Central de Reciclagem Minas Ltda - CRM, que passou a fazer parte da lista de “clientes” da RECICLANEP. Mais uma possibilidade de comercialização, de

negociação de preços promovida pela REDE SUL-SUDOESTE, que, de acordo com a Cooperada Vera, articulou o contato.

O Gráfico abaixo evidencia que nesses meses do ano de 2018, a participação da ET Reciclagem e Produtos Ltda e da Comércio de Resíduos Bandeirantes LTDA, na compra de materiais da Cooperativa, praticamente manteve-se na mesma proporção de todo ao ano de 2017, porém, a entrada da CRM como nova “cliente” possibilitou que a Cooperativa pudesse diluir as vendas feitas anteriormente apenas a elas.

Gráfico 3 - Porcentagem de representação de vendas da Cooperativa para as empresas ET Reciclagem e Produtos Ltda, Resíduos bandeirantes Ltda e Central de Reciclagem Minas entre os meses de julho a dezembro de 2018.



Fonte: Da autora (2019).

Para todo este salto de melhorias na comercialização, deixando de estar nas mãos de um único comprador-atravesador, a Cooperativa ainda enfrenta a dificuldade de não ter um caminhão próprio, tendo que pagar frete de suas cargas, um problema que poderá ser resolvido quando a Rede puder chegar a sua condição ideal narrada anteriormente, conseguindo comercializar em conjunto “grandes cargas, elevando o índice de toneladas transportadas por quilômetro rodado” (SOTO, 2011, p. 64) podendo vender diretamente às indústrias recicladoras.

E) Acesso ao programa Bolsa Reciclagem

Ter acesso à política pública, chamada Bolsa Reciclagem, do Governo do Estado de Minas Gerais, na forma da Lei e nº 19.823, foi possível ao grupo somente após estabelecimento da Cooperativa.

Esta política oferece às associações e cooperativas de Catadores e Catadoras devidamente constituídas, auxílio pecuniário que garantem repasses monetários trimestrais pelos serviços ambientais que elas promovem, ao diminuírem o passivo ambiental dos municípios com a coleta seletiva.

Este auxílio, de acordo com a Lei, pode ser distribuído da seguinte forma: 90% (noventa por cento) para os catadores e catadoras, que na RECICLANEP são divididos de forma igualitária por todo o grupo, constituindo-se em mais uma renda para melhoria da qualidade de vida. Os demais, 10% (dez por cento), divididos para: 1) custeio de despesas administrativas ou de gestão; 2) investimento em infraestrutura e aquisição de equipamentos; 3) capacitação de cooperados ou associados; 4) formação de estoque de materiais recicláveis; 5) divulgação e comunicação (MINAS GERAIS, 2011). De acordo com a Cooperada Madalena, partes destes recursos ajudaram a Cooperativa na compra de uma balança de pesagem.

Este Programa pode ser definido como uma política pública de pagamento por serviços ambientais urbanos (IPEA, 2010) no Estado de Minas Gerais, na medida em que considera o princípio poluidor-pagador e o protetor-recebedor da PNRS, recompensando a Cooperativa pelo aporte em externalidades ambientais positivas com a atividade de Coleta Seletiva, além de incentivar melhorias estruturais de forma não assistencialista.

6.2.3 Sustentabilidade no Município

A relação do homem com a natureza alterou-se com as transformações tecnológicas no mundo. A produção em escala passou a exigir, cada vez mais, uma maior quantidade matéria prima extraída da natureza. Com vistas apenas ao lucro, o homem passou a explorar os recursos de forma predatória e, com uma visão antropocentrista, ele se esqueceu de que também é parte da natureza, dependendo dela para sua sobrevivência (BERNARDES; FERREIRA, 2012).

Somado a argumentação anterior, Galli (2013) destaca que a destruição da natureza não é decorrente apenas da exploração predatória dos recursos naturais, mas, também, “dá má

disposição final dos resíduos sólidos advindos dos processos produtivos, ou daquilo que de modo genérico e popular se denomina “lixo” (GALLI, 2013, p. 50) e, diariamente, avoluma-se em diversas cidades do país; que apesar de possuir um índice de 90% de cobertura de coleta de resíduos sólidos, ainda amarga baixos índices de iniciativas de coleta seletiva, que, mesmo quando existentes, ainda podem não alcançar 100% de cobertura das cidades onde estão presentes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS - ALBRELPE, 2017).

Hoje, no século XXI, a cultura de massa, impulsionada pela globalização nos impôs padrões pré-determinados de consumo de certos produtos, que passaram a ser objeto de desejo para satisfação do ego, do *status* social e não de uma real necessidade.

Passamos por um processo de desconstrução de nossa identidade territorial em detrimento de uma identidade mundial. Isso, de acordo com Loureiro (2000) modificou e padronizou consumo e atitudes. O consumismo baseado na organização de produção Capitalista, além da crise social já explicitada neste trabalho, tem sido o responsável por grande parte da degradação ambiental que vivenciamos no mundo (LUZZI, 2012).

Infelizmente, a padronização das culturas devido à globalização evidencia um modelo de vida cujos parâmetros impostos estão intimamente ligados ao consumo cada dia em maior escala, especialmente de produtos industrializados e de baixo valor agregado – em relação às pessoas e ao meio ambiente; ao desperdício e à produção excessiva de resíduos sólidos (GALLI, 2013, p. 49).

Para além do consumo excessivo e suas consequências, não é pensada pela maioria da população para onde e como seus resíduos serão destinados e dispostos. Para Rolnik (2012; p.19) “nós estamos condenados a conviver com uma quantidade de coisas e de objetos produzidos e descartados cada vez maior.” De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos - ALBRELPE, no ano de 2017, cada cidadão brasileiro apresentou uma geração diária de resíduos de 1,075 Kg.

O consumismo, aliado a falta de conscientização sobre os problemas gerados pelo excesso de resíduos, faz com que uma grande parcela da população encare os Resíduos Sólidos Urbanos - RSU como um transtorno somente até serem postos para fora de suas residências. A partir daí, a responsabilidade passa a ser apenas do poder público que deve coletá-los não se importando ainda podem ser reutilizados e/ou reciclados.

Neste sentido Monteiro et al. (2001, p. 149) destacam que:

ao realizar a coleta de lixo de forma ineficiente, a prefeitura é pressionada pela população para melhorar a qualidade do serviço, pois se trata de uma operação totalmente visível aos olhos da população. Contudo, ao se dar uma destinação final inadequada aos resíduos, poucas pessoas serão diretamente incomodadas, fato este que não gerará pressão por parte da população.

Existe um consenso de que a geração excessiva de resíduos sólidos, afeta a sustentabilidade urbana e que sua redução depende de mudanças nos padrões de produção e consumo da sociedade (RIBEIRO; BENSON, 2007, p. 3). Em razão disso, parece pertinente afirmar que um município mais sustentável deve promover medidas que melhorem as condições de vida de forma que todos: cidadãos, poder público, empresas e outros, sejam ativos na promoção de um desenvolvimento que não comprometa o meio ambiente e que seja socialmente incluyente.

Para sermos cidadãos mais sustentáveis precisamos sempre refletir nossas atitudes.

“A sustentabilidade urbana pode ser definida a partir de um conjunto de prioridades, tais como a superação da pobreza, a promoção de equidade, a melhoria das condições ambientais e a prevenção de sua degradação” (JACOBI; BENSON, 2011, p. 135 apud URBAN WORLD FORUM, 2002). Ela origina-se do conceito de Desenvolvimento Sustentável que de acordo com a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1991), é a possibilidade das gerações atuais satisfazerem suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também satisfazerem as suas.

Neste sentido, a coleta seletiva com a atuação de catadores e catadoras de materiais recicláveis, constitui-se em uma atividade com potencial sustentável, por garantir uma construção conjunta entre poder público, sociedade e coletivos de catadores e catadoras, para o alcance do tripé: social, ambiental e econômico, garantindo uma cidade mais limpa, mais consciente, o que se reverterá não só em benefício aos seus atuais cidadãos, bem como aos futuros.

Ambientalmente, a coleta seletiva desvia uma quantidade substantiva de resíduos sólidos, passíveis de reciclagem, dos lixões e aterros, dando um destino ambientalmente adequado para os resíduos não recicláveis e a possibilidade de economizar recursos naturais com o processo de reciclagem.

Mas, também é capaz de promover a mudança de atitude da sociedade para redução do consumo e desperdício por meio da Educação Ambiental, que “assume cada vez mais a função transformadora, na qual a corresponsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo

essencial para promover o desenvolvimento sustentável” (KARPINSKI et al., 2017, p. 504) sendo definida pela Lei nº 9.759, a Política Nacional de Educação Ambiental como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Econômica e socialmente gera trabalho e renda às Cooperativas formadas por Catadores e Catadoras de Material Reciclável que, no Brasil, segundo Compromisso Empresarial para Reciclagem, são os principais executores da coleta seletiva, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 12 - Percentagem de participação na coleta seletiva municipal de seus principais executores no Brasil.



Fonte: Pesquisa CEMPRE (2018).

A RECICLANEP, na execução da coleta seletiva, tem garantido que a sustentabilidade no município de Nepomuceno seja otimizada, pois além de todos os benefícios sociais que ela gera aos Catadores e Catadoras, ainda atua na sensibilização da população, instruindo-a quanto a sua responsabilidade na gestão compartilhada dos resíduos sólidos, através, por exemplo, da separação correta do material reciclável.

De acordo com Luzzi (2012, p. 19) “a insustentabilidade não é só ecológica, mas também social”, por isso, sem a conscientização da população a sustentabilidade do Município, em relação aos resíduos sólidos, não pode ser alcançada.

Esse trabalho instrução/educação junto a população, na RECICLANEP, é efetuado diariamente pelos Catadores que atuam de forma mais próxima aos cidadãos ao executarem a

coleta seletiva nas ruas das cidades; pelas Catadoras que encenam um teatro sobre a importância da coleta seletiva para o meio ambiente e, por meio de campanhas de mobilização porta a porta nos bairros de toda a cidade.

O teatro foi elaborado pelas Catadoras que sempre são convidadas pelas escolas do município para falar sobre reciclagem. Na semana do Meio Ambiente de 2018 em Nepomuceno, organizada por uma mestrandia do Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade de Recursos Hídricos da Universidade do Vale do Rio Verde - UNINCOR, a Cooperativa foi destaque como uma das apoiadoras conforme evidenciado em Folder de divulgação da Semana de Meio Ambiente de Nepomuceno em 2018. (ver anexo 04).

A Pesquisadora pôde acompanhar alguns destes momentos das apresentações nas escolas desde o ano de 2017 e constatar que sempre que há, no Município, alguma campanha em prol de ações ambientais, as catadoras da RECICLANEP são convidadas a participar.

Figura 13 - Apresentação do Teatro da RECICLANEP na semana de Meio Ambiente do ano de 2017 na Escola Estadual Licas de Lima.



Fonte: Da autora (2017).

O Cooperado João acredita que essa atividade de educação ambiental através do teatro é um dos benefícios ambientais que o trabalho da Cooperativa é capaz de proporcionar a toda sociedade Nepomucenense.

“Hoje o Jovem quer melhoria, não é os adultos, é o jovens. Nós fomos no Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET¹⁵ ver as Catadoras fazer uma apresentação lá, você tem que ver o tanto que eles ficou curioso” (COOPERADO JOÃO).

Uma das campanhas de mobilização acompanhada ao longo das pesquisas deste trabalho foi uma das propostas do Projeto Novo Ciclo, que verificou a necessidade de aumentar o volume de materiais recicláveis na coleta seletiva, ideia que já é uma demanda antiga da Cooperativa. Por isso, assessoradas pelos Técnicos do Projeto Novo Ciclo, que desenvolveram um plano de mobilização social para o envolvimento da população na separação dos materiais recicláveis, as Catadoras, a frente das atividades políticas e administrativas da Cooperativa, foram buscar apoio material e organizacional junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Esta Secretaria auxiliou a campanha com panfletos, propagandas de carro volante, além de som e tenda, bem como em disponibilizar uma equipe de Servidores Municipais que, após uma capacitação realizada por Técnicos do Projeto Novo Ciclo e membros da Cooperativa, atuaram na mobilização porta-a-porta nos bairros da Cidade durante três sábados do mês de agosto de 2018.

Os Servidores Municipais escolhidos foram os atuantes nos postos de saúde do Programa de Saúde da Família – PSF’s que já possuem experiência em realizar atividades porta a porta com a população dos bairros onde atuam.

¹⁵ O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG é uma Escola Técnica Federal cujo *Campus* de nº IX encontra-se localizado na cidade de Nepomuceno, oferecendo os cursos técnicos de Mecatrônica, Eletrotécnica e Redes de Computadores e o curso Superior em Engenharia Elétrica.

Figura 14 - Cooperados, Cooperadas e parceiros antes do início dos trabalhos de mobilização porta-a-porta no bairro Vila Esméria.



Fonte: Da autora (2018).

O Plano de Mobilização também previu ações como a busca de colaboração de lideranças de bairro, religiosas e do comércio local. Em uma das reuniões com a Associação Comercial e Industrial da Cidade, a Pesquisadora esteve presente. As Cooperadas explanaram para todos os representantes da Associação presentes, as dificuldades encontradas na coleta seletiva, pedindo maior engajamento de todos os comerciantes para separarem e disporem os materiais em horários corretos.

Para a Cooperada Maria, a participação deste segmento é fundamental, pois é ele o maior fornecedor de papelão à Cooperativa.

No último sábado do mês de agosto foi realizada uma ação pública na Praça Municipal Padre José, a principal da cidade; evento que contou com a participação de Professores do Município, muitos dos Servidores que atuaram nas atividades de mobilização, Técnicos do Projeto Novo Ciclo e Lideranças Regionais do MNCR.

Na ocasião foram expostos trabalhos de alunos das Escolas Públicas do Município sobre reciclagem, e, logo após, realizada uma passeata pelas principais avenidas da Cidade, onde os Catadores, Catadoras e seus familiares juntaram-se aos presentes para divulgar para toda sociedade a importância do trabalho da Cooperativa.

Todo este trabalho iniciou-se em julho de 2018 com reuniões na Cooperativa juntamente com os técnicos do Projeto Novo Ciclo para o levantamento das ações que foram efetuadas até o fechamento da campanha no último sábado de agosto e que tiveram como

objetivo final tanto aumentar a coleta seletiva onde ela não estava sendo feita, como amplificar seus efeitos, principalmente, no que se refere à qualidade da separação efetuada pela população.

Num balanço a respeito da mobilização, a cooperada Maria expôs que após a Campanha a Cooperativa passou a coletar um caminhão de recicláveis a mais por dia.

“O comércio é ótimo, fornece muito papelão pra nós, né! Melhorou muito porque agora eles estão colocando o material na hora certa (hora certa da coleta seletiva) e a cidade fica menos suja, mas o que melhorou bem foram os bairros, a dona de casa mesmo” (COOPERADA MARIA).

Como resultado quantitativo deste trabalho de Educação Ambiental no Município, entre os meses de setembro a dezembro de 2018, a Cooperativa conseguiu recolher no Município 126,2 toneladas de materiais recicláveis, contra 92,09 (toneladas no mesmo período no ano de 2017, um incremento de 36,71% de 2017 para 2018 no período analisado.

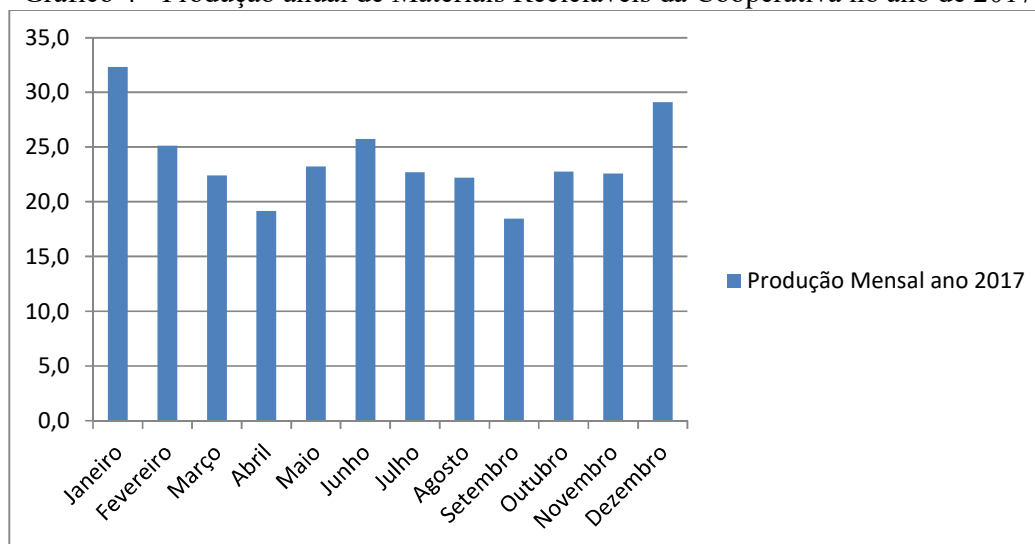
O contrato de prestação de serviços de coleta seletiva com a RECICLANEP, em Nepomuceno, garante que sejam recolhidos, por mês, no Município, ao menos 18 toneladas de materiais recicláveis, dentre um volume de produção estimado pela Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos de 35 a 45 toneladas/ mês.

Os Gráficos 04 e 05, abaixo, evidenciam a produção total da cooperativa ao longo do ano de 2017 e entre os meses de julho a dezembro de 2018 mostrando que a cooperativa consegue alcançar valores sempre maiores ao estipulado no contrato, entretanto, na maioria das vezes, sempre abaixo do intervalo médio de produção mensal estimado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município.

Com todo balanço positivo da campanha, a Cooperada Madalena ainda indica que a prefeitura deveria ter mais responsabilidade com atividades de Educação Ambiental, que segundo a Cooperada Vera é uma responsabilidade municipal, visto que não está contemplada no contrato de prestação de serviços de coleta seletiva como uma responsabilidade da Cooperativa.

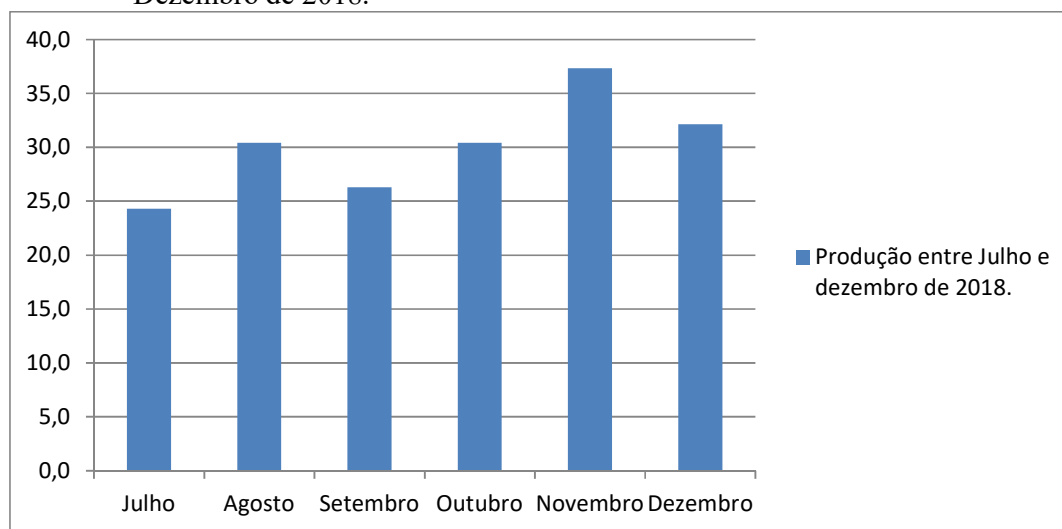
“A mobilização podia ser mais frequente. Ter apoio de uma rádio. Tem mobilização constante sobre a dengue, sobre outras coisas, então, eu acho que deveria ter da reciclagem também” (COOPERADA MADALENA).

Gráfico 4 - Produção anual de Materiais Recicláveis da Cooperativa no ano de 2017.



Fonte: Da autora (2019).

Gráfico 5 - Produção de Materiais Recicláveis da Cooperativa entre os meses de Julho a Dezembro de 2018.



Fonte: Da autora (2019).

6.2.4 Conflitos da parceria

O principal conflito levantado pela pesquisa diz respeito a relação entre a Cooperativa e a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e estas duas com a população do Município. Conforme já relatado, anteriormente, no item 6.2.1, o secretário não dispõe do entendimento

de que o Município de Nepomuceno, ao reconhecer em seu Código de Postura¹⁶ (NEPOMUCENO, 2015) a promoção da remoção do lixo domiciliar incentivando a coleta seletiva, também está cumprindo um princípio da PNRS que é a participação dos Catadores e Catadoras nas atividades de Coleta Seletiva com o reconhecimento legal do “resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010b).

“Reconhecer, incluir e ordenar a atuação desses catadores é papel do poder público municipal, que o exerce ao organizar seus sistemas de gestão urbana” (PINHEL, 2013, p. 183).

Para o Secretário de Obras e Serviços Públicos, a Prefeitura atua apenas no sentido de ajudar de forma assistencialista a Cooperativa, não a enxergando como uma parceira, executora de parte da Limpeza Urbana do Município, que de acordo com a PNSB, é composta pelas atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem de resíduos para fins de reuso e reciclagem, além dos serviços de varrição, capinas, poda de árvores e outros (BRASIL, 2007).

Neste quadro, a atuação da RECICLANEP é encarada como um auxílio social e não um serviço de utilidade pública que também se reverte numa política social de direitos aos Catadores e Catadoras, que pela PNRS tem garantido a integração nas atividades de gestão dos resíduos sólidos urbanos. Para Jacobi (2012, p. 31) na gestão destes resíduos:

a inclusão social se impõe como um tema fundamental, que deve ser tratado sem paternalismos, como parte de uma política pública, sob uma lógica institucional, sem “glamourizá-la”, e sim trazendo à tona efetivamente as possibilidades que uma política pública pode promover em termos de redução de desigualdades.

Neste sentido, é um desafio que o Secretário de Obras e Serviços Públicos quebre o paradigma de que, por serem os Catadores e Catadoras pessoas advindas de um processo anterior de exclusão, a contratação da RECICLANEP seja uma política assistencial.

Este entendimento do Secretário de Obras e Serviços Públicos provoca nos demais Servidores envolvidos nas atividades de limpeza da Cidade como Garis e seus superiores a ideia de que os Catadores e Catadoras não são parceiros nos serviços de limpeza pública, mas sim obstáculos para que ela seja concretizada de forma eficiente. Isto porque os Catadores e Catadoras e o referido Secretário parecem possuir percepções diferentes em relação ao “lixo”, o que resulta em formas diferentes de se lidar com ele.

¹⁶ Lei Complementar nº 133, de 18 de setembro de 2015. Institui o novo código de posturas do município e dá outras providências.

Para os Catadores e Catadoras, o “lixo” é fonte de sustento. Nas palavras do Cooperado José: “nós precisa dele pra manter nossa família”. Já para o Secretário de Obras e Serviço Público, ele é compreendido como algo inútil, que suja a Cidade, fonte de diversas reclamações da população quando não retirado das portas de suas residências, portanto, devendo ser recolhido com frequência, não importando se pode ser reciclado ou não.

Para Lima (2013, p. 14) “um dos mitos que alimenta essa relação entre gestores e catadores é a suposta ineficiência das associações de catadores”, fato que pode ser evidenciado em outra fala do Secretário de Obras e Serviços Públicos.

“Ainda tá ficando grande parte de material sem ser recolhido. Eles não apanham e o que acontece? Eu tenho que apanhar, se não fica na rua” (SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS).

Assim, no Município, as coletas que deveriam ser complementares passam a tornarem-se conflitantes. No início do ano de 2017, sem prévio aviso a população e discussão com a Cooperativa, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos alterou o horário da coleta convencional causando, segundo os Catadores e Catadoras entrevistadas, uma enorme confusão para a população que passou a dispor os recicláveis juntamente com os resíduos da coleta convencional.

Preocupadas com a diminuição no volume de material reciclável, as Catadoras procuraram a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, na tentativa de resolução da questão. Questionaram porque, à época, haviam sido produzidos folders apenas para informar do horário da coleta convencional e solicitaram que fossem feitos folders para divulgação da Coleta Seletiva (ver anexo 05). O pedido foi atendido e, além dele, foi realizada uma reunião na Prefeitura Municipal no segundo semestre de 2017.

Nesta reunião participaram os Catadores e Catadoras, o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, além de todos os Garis e Motoristas executores da Coleta Convencional. O Secretário de Obras e Serviços Públicos e demais chefias desta Secretaria não estiveram presentes.

A Reunião teve por objetivo a realização de uma intervenção, por parte da pesquisadora e outros dois integrantes do corpo discente do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA, que tentaram debater, de forma dialógica, a necessidade de cooperação entre os dois tipos de coleta de resíduos no Município. A Pesquisadora observou, durante a reunião, o interesse dos Garis em entender o que seria reciclável e não reciclável. Os

diálogos entre eles e os Catadores e Catadoras não demonstrou nenhuma animosidade por nenhuma das partes.

Figura 15 - Reunião entre membros da RECICLANEP, Servidores do Serviço de Limpeza Urbana do Município, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e integrantes do corpo discente do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA.



Fonte: Da autora (2017).

De acordo com a Cooperada Vera, após a reunião, os Garis passaram a não coletar os resíduos recicláveis, no entanto, esta ação não se prolongou. Ela argumenta que, este conflito sempre existirá porque os Garis recebem ordens de seus chefes na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para coletarem qualquer material disposto pela sociedade.

Perguntadas se existe algum conflito entre Cooperativa e a Prefeitura, as Cooperadas Vera e Madalena responderam:

“Ahh, isso aí na minha visão sempre vai ser um conflito. Nós já tivemos aquela reunião junto com eles. Eles (garis) pararam de catar o material reciclável e nós passamos a coletar dois caminhões, depois voltou tudo a ser como era antes” (COOPERADA VERA).

“A ordem que vem da Prefeita e de outros é já deixar o nosso material só que tem aqueles ignorantes, aquelas pessoas ignorantes que não pensa no outro, que não tá nem aí, porque trabalhando ou não o deles tá lá” (COOPERADA MADALENA).

A Secretaria de Obras e Serviços Públicos argumenta ser a pressão da sociedade o principal motivo por recolherem materiais recicláveis na coleta convencional.

“Às vezes eles (Cooperativa) reclamam que nós estamos pegando material que é deles. Aí eu já recomendo para deixar o que for papelão. Acontece que quando acumula eu tenho que pegar. A população reclama” (SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS).

Esta pressão também é relatada pelo Biólogo que afirmou entender que para a Cooperativa a não separação dos resíduos é perda de recursos, mas também argumentou entender a pressão que a sociedade faz para o recolhimento dos resíduos de suas residências. Para ele, a resolução deste conflito está em ações de Educação Ambiental para conscientização da sociedade a separar na fonte os resíduos recicláveis e não recicláveis, além de dispô-los nos horários corretos de cada uma das coletas.

O Secretário de Obras e Serviços Públicos acredita que para melhoria do problema com a sociedade, a Cooperativa deve aumentar o turno da coleta seletiva na cidade, enxergando apenas suas limitações operacionais, apesar de reconhecer que há limitações financeiras tanto da Cooperativa quanto da Prefeitura para disponibilização de mais motoristas e mais combustível para o caminhão da coleta seletiva.

A Cooperada Maria compactua com a visão dele em parte, mas acredita que sem o apoio da população o conflito não poderá ser solucionado. Sem as ações de Educação Ambiental que ela, bem como o Biólogo também acreditam ser responsabilidade da Prefeitura, de modo algum somente a ampliação dos turnos da coleta seletiva conseguirá garantir maior quantidade de material à Cooperativa.

“A cidade é muito grande para um caminhão só. Então, a pessoa tem que ter desconfiômetro. Esses dias deu um barulhão nas redes sociais. O povo reclamando da coleta seletiva. A gente entra, tenta explicar, mas não adianta. É desconsolo total. Porque eu acho que essas pessoas que mais reclamam são as que menos reciclam. Estão ali só pra causar confusão” (COOPERADA MARIA).

É significativo observar, e as falas das Cooperadas entrevistadas ratificam, que elas consideram, dentro da Administração Municipal, dois lados opostos a Cooperativa.

As entrevistas destacaram, de forma positiva, a atuação dos Servidores da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, bem como do Ex-Prefeito e atual Prefeita, mas evidenciam as chefias da Secretaria de Obras e Serviços Públicos como pessoas que impõem barreiras a execução de suas atividades. Para todos os Catadores e Catadoras, os garis e motoristas que atuam na coleta convencional, poderiam ser parceiros da Cooperativa, caso suas chefias considerassem a importância da coleta seletiva para o Município e, principalmente, ao Meio Ambiente.

Diante dos fatos narrados, todas as evidências corroboram para a existência de um conflito na parceria entre a Cooperativa e Prefeitura estar envolto de uma pressão da sociedade, o que não descarta também a visão equivocada do Secretário de Obras e Serviços Públicos a respeito da participação da Cooperativa na gestão dos resíduos sólidos.

Neste sentido, a parceria entre Prefeitura e RECICLANEP deve ter o apoio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, tanto quanto tem o apoio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, já que as atividades desta primeira e as atividades da RECICLANEP são complementares e não isoladas como parece compreender o Secretário de Obras e Serviços Públicos.

Estando diariamente em contato com a Sociedade, os garis poderiam tornar-se agentes ambientais, que recolhem os resíduos não recicláveis, mas que conscientizam a todos sobre a importância que a coleta seletiva também possui não apenas para a limpeza do Município, mas para o meio ambiente, para o alcance de uma maior sustentabilidade urbana, contribuindo também para o trabalho da Cooperativa, que garante a todos os Catadores e Catadoras um trabalho digno e capaz de gerar renda.

6.2.5 Divisão sexual do trabalho na cooperativa

As entrevistas e observações na Cooperativa evidenciaram que a divisão do trabalho está envolta de uma perspectiva de gênero. Nas atividades operacionais, os Catadores destacam-se coletando os materiais recicláveis na Cidade e operando a prensa. Por outro lado, as Catadoras atuam nas atividades de triagem dos materiais. Para Silva, nas Cooperativas de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis:

Existem atividades que são realizadas majoritariamente por mulheres - a triagem, por exemplo. Já os homens são incumbidos de trabalhos que exigem maior esforço físico concentrado - como o transporte do material para as mesas de triagem e para o despacho nos caminhões - ou estão relacionados à utilização de maquinário, como prensa e empilhadeira (SILVA, 2017, p. 17).

Em relação ao trabalho de triagem, a pesquisa evidenciou que até a data de fechamento do lixão, com o início do envio dos materiais da coleta convencional à CTR, as Catadoras ainda se dirigiam constantemente ao lixão para retirada de material reciclável não separado pela população ou, separado, mas coletado incorretamente pelo serviço municipal de limpeza urbana, na coleta convencional.

Em uma das visitas da Pesquisadora a Cooperativa no ano de 2017, foi possível verificar que dentro do grupo das sete Catadoras, havia duas grávidas que estavam realizando esta atividade proibida pela PNRS e também, de grande risco a saúde de todas. Situação confirmada pelos próprios Catadores entrevistados.

Quando perguntados se somente as Catadoras faziam este trabalho irregular, eles responderam que dois dos Catadores mais novos do grupo também ajudavam nas atividades, mas, eles, operadores da prensa e maridos das Catadoras grávidas, somente realizavam a atividade caso não houvesse energia para o trabalho na prensagem dos materiais.

No que se refere ao trabalho de representação política da cooperativa e ao trabalho administrativo, as catadoras são as únicas executoras. Fazem isto, encenando o teatro em diversas Escolas do Município e nos contatos com a Prefeitura, onde atuam para representar e/ou defender os interesses de todo o grupo da REICLANEP, no que diz respeito a todas as negociações possíveis e o acompanhamento do Convênio/Contrato estabelecido entre ambas.

Atualmente, das sete Cooperadas, cinco ocupam todos os cargos de natureza administrativa, sendo o principal deles o de presidente.

Para o Cooperado João, esta separação de trabalho ficou estabelecida desta forma, porque as próprias Cooperadas acham melhor tomar a liderança das atividades administrativas. Porém, numa versão contrária, elas afirmaram que não tiveram alternativa, a não ser encabeçar estas atividades, pois os demais membros não teriam a mesma vontade de assumir as tarefas administrativas necessárias, por alegarem não possuir visão na administração cooperativista e nem demonstrarem vontade para aprender. Por esta razão as mulheres se dispuseram a estes trabalhos.

Na fala abaixo, a Cooperada Madalena afirma ser a família e a necessidade de trabalho fatores motivacionais para o trabalho administrativo, comprovando que estas atividades são executadas por elas mais por necessidade do que a liderança evidenciada pelos Catadores.

“Mas é esforço mesmo! Você quer aprender, você quer ajudar. Pensar no serviço nosso, pensar na nossa família também porque a gente sabe que emprego não tá fácil pra ninguém” (COOPERADA MADALENA).

Assim, as Catadoras acumulam atividades administrativas com atividades operacionais, mas parece não haver em relação aos Catadores, o entendimento do quanto o trabalho delas, fora das atividades operacionais, é tão fatigante quanto o trabalho de força física deles na coleta e prensagem. Perguntados quem trabalha mais na cooperativa, Cooperados e Cooperadas tiveram repostas contrárias;

“as vezes a gente tá indo em reunião aí pelo projeto e é o dia inteiro. Eles acham que porque eles estão aqui fazendo braçal e acha assim que eles estão fazendo mais força por estar fazendo braçal, mas nós, mentalmente, tá ruim” (COOPERADA MARIA).

“Trabalhar nós trabalha mais” (COOPERADO JOÃO).

Uma das Cooperadas, também, evidenciou que o trabalho administrativo compromete seus horários de almoço e até mesmo seus finais de semana, mas que os demais membros do grupo não enxergam este sacrifício que, de acordo, com elas, se reverte para todos os membros.

“as vezes até mesmo nos finais de semana a gente é mais obrigado a vim do que os outros. Termina o horário de serviço aqui, a pessoa já tá indo embora e a gente tá na rua ainda ou a gente tá no final de semana trabalhando. Tem vez que na hora do almoço a gente engolia a comida pra trabalhar. Ninguém vê isso” (COOPERADA MADALENA).

Além de realizarem um trabalho duplo na Cooperativa foi evidenciado que ainda enfrentam outra jornada de trabalho em seus lares sem a colaboração de seus esposos e companheiros, que também são catadores. Por isso, ao serem questionadas se o trabalho cooperativo estende-se à vida privada, as três entrevistadas afirmaram que não.

No entanto, o trabalho na Cooperativa permite que elas possam se dedicar ao trabalho reprodutivo de cuidados com os filhos, por exemplo, de forma mais cuidadosa sem terem o medo de perderem seus rendimentos, fruto dos rateios mensais, devido às tarefas realizadas por elas como idas ao médico, reuniões escolares, dentre outras.

De acordo com o Cooperado João, não há deduções na remuneração das Cooperadas por atrasos ao trabalho devido a estas atividades. Ele cita inclusive que isto foi deliberado em assembleia, constando em ata. “Nesse sentido, o trabalho cooperativo possibilita maior flexibilidade e tolerância em termos de horários para esses tipos de atendimentos (conciliação entre atividades produtivas e reprodutivas)” (SILVA, 2017, p. 17).

Não há diferenciação de rendimentos em relação a gênero, de acordo com as Cooperadas Vera e Madalena, Catadores e Catadoras, recebem o mesmo valor do contrato de prestação de serviços, o mesmo valor pelo rateio com a venda dos recicláveis e a mesma porcentagem do Bolsa Reciclagem, o que foi evidenciado de outra forma em IPEA (2013) onde catadoras são menores remuneradas que catadores. Estudo de Wirth (2010) com cooperativas de catadores de São Paulo também constatou uma remuneração maior entre catadores em detrimento de catadoras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central deste trabalho constitui-se na compreensão de aspectos econômicos, sociais, ambientais, bem como dos conflitos existentes na parceria entre a Prefeitura Municipal de Nepomuceno e a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Nepomuceno, a RECICLANEP, que ao município, por meio de um contrato de prestação de serviço, realiza diariamente a coleta seletiva de materiais recicláveis.

Todo processo de pesquisa pôde evidenciar, dentro das cinco categorias de análise de dados propostas na metodologia, as considerações destacadas nos parágrafos abaixo que, cabe salientar, fazem inferências a uma parceria que se encontra em processo de construção.

A parceria entre Catadores e Catadoras e a Prefeitura Municipal de Nepomuceno foi estabelecida antes da criação da Cooperativa. Somente pela ação do Poder Público Municipal a Cooperativa pôde ser constituída e os Catadores e Catadoras deixarem o trabalho no lixão municipal. Por isso, ficou esclarecido que a parceria mostrou-se como a própria razão para a existência da Cooperativa.

A saída do lixão e o início do trabalho na área cedida pela prefeitura à Cooperativa promoveu melhorias estruturais e de saúde na execução do trabalho de catação de recicláveis pelos Catadores e Catadoras, que não poderiam ser alcançadas no trabalho informal e individual no lixão.

Mas foi o contrato de prestação de serviços para a coleta seletiva na Cidade, estabelecido no ano de 2014 a representação de um marco evolutivo para a Cooperativa, principalmente, no que diz respeito às melhorias sociais de todos os 13 Cooperados e Cooperadas. Com a remuneração pelo serviço de coleta seletiva prestado ao Município, todos os Cooperados e Cooperadas passaram a ter garantidas uma retirada mensal em torno de um salário mínimo, que se somaram aos valores do rateio das vendas dos materiais recicláveis, além de acesso a garantias sociais como a inscrição na condição de segurados do INSS e os demais benefícios decorrentes dela como licença maternidade e auxílio doença.

Para além das melhorias de vida a todos os Cooperados e Cooperadas, a parceria entre Cooperativa e Prefeitura possibilitou o início do trabalho do INSEA, cujo papel dentro da Cooperativa foi destacável para toda construção de um processo de formação cooperativista.

A referida Organização não Governamental - ONG foi elementar para o desenvolvimento do trabalho autogestionário e de seu aperfeiçoamento técnico pelos Cooperados e Cooperadas, além de inserir a RECICLANEP na REDE SUL SUDOESTE,

cooperativa de segundo grau, criada como parte dos objetivos do Projeto Novo Ciclo e que permitiu à RECICLANEP o estabelecimento de uma rede de contato com compradores de materiais recicláveis, garantindo assim novas possibilidades de comercialização dos materiais recicláveis e diminuição da dependência do atravessador local.

A forma de organização autogestionária expôs características do trabalho cooperativo para além das necessidades de trabalho e renda. Notou-se que os Catadores e Catadoras se reconhecem como profissionais; como agentes ambientais, tendo orgulho do trabalho que executam. No entanto, por relatarem sofrer preconceito por parte da sociedade Nepomucense, afirmaram que se tivessem oportunidade, gostariam de vivenciar outras formas de trabalho.

Uma Divisão Sexual do trabalho foi revelada ao longo de toda exploração efetuada a respeito da autogestão. Dela ficou constatada uma divisão do trabalho baseada em gênero: homens (Cooperados) na coleta e na prensagem e mulheres (Cooperadas) na atividade de triagem. Também foi detectado que o trabalho político e administrativo da Cooperativa fica como responsabilidade das Cooperadas, que destacaram realizá-lo como forma de manter a Cooperativa, pensando em sua sobrevivência, na sobrevivência de suas famílias e de todo os demais Cooperados e Cooperadas.

A organização em cooperativa permitiu a inscrição da RECICLANEP no Bolsa Reciclagem, Política Pública de Pagamento por Serviços Ambientais do Estado de Minas Gerais garantindo a todos os seus membros mais uma fonte de renda, bem como mais um recurso financeiro para investimento na própria Cooperativa.

Do ponto de vista da Sustentabilidade Urbana, foi averiguado que a Cooperativa, mensalmente, consegue cumprir o estabelecido no contrato de prestação de serviços de coleta seletiva, sendo capaz de coletar mais de dezoito toneladas mensais de materiais recicláveis, mas que não alcançam o valor de produção de materiais recicláveis do Município, estimado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos entre 35 a 45 toneladas/mês.

É significativo o trabalho de Educação Ambiental que a Cooperativa executa por meio de um teatro realizado nas escolas e pelas campanhas de mobilização social que visam conscientizar e educar toda a população de sua responsabilidade na gestão compartilhada dos resíduos sólidos através da separação correta do material reciclável do não reciclável.

Ficou evidenciado, quantitativamente, que a campanha de mobilização realizada no ano 2018 pela Cooperativa, auxiliada por técnicos do Projeto Novo Ciclo e com o apoio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, obteve incrementos positivos, aumentando o número de toneladas de materiais recicláveis recolhidos, triados e vendidos pela Cooperativa, mas que, segundo uma das Catadoras da Cooperativa necessita de um apoio mais constante da

Prefeitura. Apoio que poderá se tornar mais regular com o suporte técnico da FEAM e da Organização não Governamental, GESOIS, que irão assessorar a Prefeitura na ampliação da coleta seletiva a partir do ano de 2019.

Para tantas melhorias advindas da parceria, foi evidenciado um conflito entre a Cooperativa e a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos no que se refere a execução da coleta de lixo convencional e coleta seletiva. Estas que deveriam ser complementares ao Serviço Municipal de Limpeza Urbana mostraram-se conflitantes ao longo do processo de pesquisa, que evidenciou visões diferenciadas em relação a significação do “lixo” para Cooperados e a referida Secretaria.

O atual Secretário de Obras e Serviços Públicos enxerga o contrato de prestação de serviços como subsídio assistencial à Cooperativa e parece ter uma percepção limitada em relação à melhoria da relação, acreditando que o aumento da coleta de materiais recicláveis depende apenas de incrementos operacionais. É ignorado o quanto o trabalho colaborativo com a Cooperativa poderia reverter-se em maior apoio e participação da população, gerando, assim, melhorias ambientais para o município, sociais aos Catadores e Catadoras, bem como econômicas para a Prefeitura.

De forma geral, o trabalho demonstrou que os benefícios sociais aos Catadores e Catadoras e os benefícios econômicos, tanto para Cooperativa quanto a Prefeitura estão estritamente correlacionados e se revertem em melhorias ambientais, portanto, maior Sustentabilidade Urbana. No entanto, o Município ainda carece do estabelecimento de Políticas Públicas, que insiram definitivamente a Cooperativa na Gestão Municipal de Resíduos Sólidos de forma que as mudanças de gestão municipal não possam representar riscos a manutenção do contrato de prestação de serviços de coleta seletiva.

O Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em Janeiro de 2019 retrata o estímulo para que estas Políticas Públicas possam ser implementadas ao estabelecer para o Município a necessidade de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em conformidade com a PNRS, que considera as premissas ambientais, sociais e econômicas, bases para o Desenvolvimento Sustentável.

Assim, os esforços que estão sendo empreendidos desde a criação da Cooperativa levam ao entendimento de que a parceria está evoluindo no sentido de estabelecer, para o Município de Nepomuceno, uma maior sustentabilidade na gestão dos resíduos sólidos, que incluam socialmente os Catadores e Catadoras.

A pesquisa também evidenciou que o trabalho de coleta seletiva ainda não garante que os cofres públicos sejam desonerados de custos com a gestão dos resíduos sólidos. Foi

demonstrado, quantitativamente, que a economia com a coleta seletiva realizada pela Cooperativa ainda é muito pequena quando comparada aos custos do Município com a destinação de resíduos à central de Resíduos – CTR da empresa Serquip.

Com as considerações destacadas, é possível afirmar que o referencial teórico construído e a metodologia utilizada para levantamento e análise de dados deram condições para o alcance e discussão dos objetivos específicos propostos.

Espera-se que este trabalho, ao expor de forma detalhada os aspectos econômicos, sociais, ambientais, bem como os conflitos advindos da relação entre Cooperativa e Prefeitura possa contribuir para que melhorias sejam empreendidas na parceria e que maior visibilidade do trabalho da Cooperativa seja dada no Município a fim tanto de aumentar o volume de material para a Cooperativa, desonerar os custos da Prefeitura com esta coleta, bem como contribuir para um aporte positivo na sustentabilidade do Município.

Como contribuição social, os resultados desta pesquisa serão apresentados ao Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Nepomuceno - CODEMA, da qual a pesquisadora atualmente é um membro, na expectativa de subsidiar o trabalho de ampliação da coleta seletiva que começará a ser implementado na Cidade de Nepomuceno pela FEAM e a ONG GESOIS no ano de 2019.

Desta forma, espera-se que este trabalho possa, também, cumprir a função social da Universidade Pública, que é a de produzir conhecimento que extrapole as discussões em salas de aula e as obrigações acadêmicas subsidiando, de forma científica e também dialógica, propostas para o desenvolvimento humano em suas concepções: econômica, social, ambiental, cultural e política em nível local, regional e até mesmo nacional.

Como horizonte para novas investigações e novas descobertas a respeito da realidade estudada, sugere-se uma pesquisa detalhada da função do Setor de Limpeza Urbana do Município de Nepomuceno na gestão de seus resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS

- ALBULQUERQUE, P. P. Associativismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ALENCAR, E. **Pesquisa em turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007.
- ANDRADE, M. T. O pagamento por serviço ambiental às cooperativas de catadores: ampliação da renda ou gestão da pobreza? In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2015, São Carlos. **Anais...** São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- ANTUNES, R. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista Estudos do Trabalho**, Marília, v. 2, n. 3, p. 1-9, 2008.
- ANTUNES, R. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-59, 1999.
- ARRUDA, J. J. C. **O duplo objetivo dos pagamentos por serviços ambientais urbanos: uma síntese possível?** 2017. 126 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica e Meio Ambiente) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Brasília, 2017.
- ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS (ALBRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2017**. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- BAPTISTA, V. F. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de matérias recicláveis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 49, p. 141-164, jan./dez. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECHARA, E. A coleta seletiva na política nacional de resíduos sólidos. In: BECHARA, E. (Org.). **Aspectos relevantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos: lei nº 12.305/2010**. São Paulo: Atlas, 2013
- BENINI, É. et al. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A Questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”. O caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%>. Acesso em: 09 jul. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010.** 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.759, de 27 de abril de 1999.** Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.455, de 05 de janeiro de 2007.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm>. Acesso: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** 2010b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.569, de 19 de julho de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112690.htm>. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.economiaiviva.com.br/?q=node/163>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. **Plano nacional de resíduos sólidos.** Versão preliminar para consulta pública. set. 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao_02022012041757.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CAPRA, F. **As conexões ocultas.** São Paulo: Cultrix, 2005.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Revista texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, out./dez. 2006.

CATADORES de lixo são flagrados sem proteção em Nepomuceno, MG. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/04/catadores-de-lixo-sao-flagrados-sem-protecao-em-nepomuceno-mg.html>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Relatório nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM (CEMPRE). **Agentes executores da coleta seletiva municipal**. Disponível em: <<http://cempre.org.br/ciclossoft/id/8>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

CORTEZ, A. T. C. Economia solidária e sustentabilidade ambiental e social. In: MENDES, A. A.; ORTIGOZA, S. A. G.; CORTEZ, A. T. C (Org.). **Territórios resilientes em economia solidária: movimentos sociais e alternativas sustentáveis**. Rio Claro, UNESP, 2015.

DIAS, R. A questão do poder. In: _____. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2010.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oitenta famílias tem mais riqueza que do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EDITAL FEAM nº01/2019. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/2019/EDITAIS/Edital_Coleta_Seletiva_minuta_para_PRO_SEI2-210119.doc>. Acesso em: 11 mar. 2019.

EIGENHEER, E. **A história do lixo: a limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

EPTV Sul de Minas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/04/catadores-de-lixo-sao-flagrados-sem-protecao-em-nepomuceno-mg.html>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

FÉ, C. F. C. M.; FARIA, M. S. Catadores de resíduos recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIM, M.; GUTIERREZ, R. F. (Org.). **Cooperativas de catadores: reflexões e prática**. São Carlos: Claraluz, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular e solidária no Brasil. In: _____. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GALLI, A. A educação ambiental, seu papel transformador e a nova política nacional de resíduos sólidos. In: BECHARA, E. (Org.). **Aspectos relevantes da política nacional de resíduos sólidos: lei nº 12.305/2010**. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, P. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 311-361, 1997.

GUTBERLET, J. et al. Pesquisa ação em educação ambiental e saúde dos catadores: estudo de caso realizado com integrantes de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem na região metropolitana de São Paulo. In: _____ (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: IPEA, 2016.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 139-156, 2002.

HOEFEL, M. G. et al. Acidentes de trabalho e condições de vida de catadores de resíduos sólidos recicláveis no lixão do Distrito Federal. **Revista Brasileira Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 774-785, set. 2013.

ICAZA, A. M.; TIRIBA, L. Economia popular. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

INFORMATIVO DO PROJETO NOVO CICLO. Disponível em: <http://www.insea.org.br/novociclo/jornal_novociclo_02_WEB.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.

INSTITUTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. Disponível em: <<http://gesois.org.br/novo/apresentacao.php>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reutilizável e reciclável**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavavel_brasil.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2014. p. 42.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saneamento básico 2008**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

INSTITUTO NENUCA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (INSEA). Disponível em: <<http://www.insea.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 135-158, abr. 2011.

JACOBI, P. R. Desafios e reflexões sobre resíduos sólidos nas cidades brasileiras. In: SANTOS, M. C. L.; GONÇALVES, S. L. F. (Org.). **Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais**. São Paulo: IEE-USP, 2012. Parte 1, p. 31-34.

KARPINSKI, J.A. et al. Programa de coleta seletiva de lixo: um estudo de caso do município de Candói no Paraná. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**. Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 504-520, abr./set. 2017.

LEAL, A. C. et al. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 177-190, jul./dez. 2002.

LIMA, F. P. A. (Org.). **Prestação de serviços de coleta seletiva por empreendimentos de catadores**: instrumentos metodológicos para contratação. Belo Horizonte: Insea, 2013.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

LUZZI, D. **Educação e meio ambiente**: uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. 2. ed. Campinas: Átomo, 2005.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M. R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, mar. 2014.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosoc3b3ficos.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 213-243, jun. 1998.

MEDEIROS, L. F. R. de; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 62-71, ago. 2006.

MÉSZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAS GERAIS. **Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=19694>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Revista Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 331-341, 2013.

MONTEIRO, P. C. **A economia solidária como política pública: desafios de uma construção: reflexões a partir da experiência baiana.** 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em administração) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2009.

MONTEIRO, P. H. J. et al. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 200 p.

MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai.** São Paulo: SENAC, 2001.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis.** 2009. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/artigos/a-crise-financeira-e-os-catadores-de-materiais-reciclaveis>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Carta de Brasília.** 2012. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Mulheres são maioria entre catadores de materiais recicláveis.** 2014. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **O que é o movimento?** 2017. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/o-que-e-o-movimento>>. Acesso em: 08 jan.2018.

NEPOMUCENO. **Lei complementar nº 133, de 18 de setembro de 2015.** Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/15Z46Wmkm12IVU0ObpCGPTgIdZ7pAi6Ao/view>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

NEPOMUCENO. Prefeitura Municipal. **Atas das Reuniões Ordinárias.** Disponível em: <<https://www.nepomuceno.mg.leg.br/copia-projetos-de-leis-2>>. Acesso em: 23 jun.2018.

NEPOMUCENO. Prefeitura Municipal. **Portal do cidadão.** Disponível em: <http://acessoainformacao.nepomuceno.mg.gov.br/cidadao/inf/ormacao/contratos?_ga=2.171565666.3/36761170.1549457823-1778028000.1542063883>. Acesso em: 18 jan. 2019.

OLIVEIRA, B. A. M. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro.** 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Instituto de ciências humanas e sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, J. P. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008.

PAULANI, L. M. O Projeto neoliberal para a sociedade brasileira. In: LIMA, J. C. F. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Fiocruz/ EPSJV, 2006.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 895-913, set. 2011.

PINHEL, J. R. (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Pierópolis, 2013.

POCHMANN, M. Segurança social no capitalismo periférico. Algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, out. 2007. Disponível em: <https://nuso.org/media/articles/downloads/p8-5_1.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

REIS, M. C. Os impactos das mudanças na demanda por trabalho qualificado sobre o desemprego por nível de qualificação durante os anos noventa no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 3, p. 297-319, jul./set. 2006.

RESULTADO do Edital FEAM nº 01/2019. Disponível em: <http://www.feam.br/images/stories/2019/EDITAIS/RESULTADO_EDITAL_01-19_FEAM.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

RIBEIRO, H.; BESEN, G. R. Panorama da coleta seletiva no Brasil: Desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 2, n. 4, ago. 2007. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/2007-art-7.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROLNIK, R. Resíduos sólidos urbanos: repensado suas dimensões. In: SANTOS, M. C. L.; GONÇALVES, S. L. F. (Org.). **Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais**. São Paulo: IEE-USP, 2012. Parte 1, p. 19-22.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SEEHUSEN, S. E.; PREM, I. Por que pagamentos por serviços ambientais? In: GUEDES, F. B.; SEEHUSEN, S. E. (Org.). **Pagamento por serviços ambientais na Mata Atlântica**: lições aprendidas e desafios. Brasília: MMA, 2011. p. 15-45.

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOTO, M. M. T. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito a economia solidária**. 2011. 205 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra, Rio de Janeiro, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

URBAN WORLD FORUM. **Reports on dialogues**: sustainable urbanization. 2002. Disponível em: <<http://www.unchs.org/uf/aii.html>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão? 2010. 226 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Campinas, 2010.

ZANIM, M.; GUTIERREZ, R. F. Panorama de empreendimentos econômicos solidários de catadores no Brasil. In: _____. (Org.). **Cooperativas de catadores**: reflexões e prática. São Carlos: Claraluz, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 - Autorização da Prefeita Maria Luiza Lima de Menezes para realização das entrevistas semi-estruturadas com os servidores lotados nas seguintes Secretarias: Agricultura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Obras Públicas e Serviços Urbanos.



Governo Municipal de Nepomuceno
Poder Executivo Municipal

Eu, Luiza Maria Lima Menezes, prefeita do Município de Nepomuceno, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob nº 396.600.526-34 e no RG MG 2.063. 050, residente e domiciliada em Nepomuceno, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada: Cooperativas de reciclagem e gestão de resíduos sólidos urbanos: uma compreensão da parceria com uma prefeitura municipal do Sul de Minas Gerais, sob a responsabilidade da pesquisadora, Nahara Maria Assunção de Castro. Para isto, serão disponibilizados a pesquisadora informações, espaço físico, bem como leis e documentos municipais referentes ao contrato de prestação de serviços entre a prefeitura e a RECICLANEP – Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis de Nepomuceno LTDA. Autorizo ainda a realização de entrevistas semi-estruturadas com servidores dos departamentos de: Agricultura e Meio Ambiente, Obras Públicas, Planejamento e Desenvolvimento Social para fins exclusivamente acadêmicos no Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão do Departamento e Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras.


Luiza Maria Lima Menezes
Prefeita Municipal

Praça Padre José, 180
Centro - Nepomuceno - MG
CEP: 37.250-000



ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos os entrevistados da pesquisa.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

I - Título do trabalho experimental: Cooperativas de reciclagem e gestão de resíduos sólidos urbanos: uma compreensão da parceria com uma prefeitura municipal do Sul de Minas Gerais.

Pesquisador(es) responsável(is): Nahara Maria Assunção de Castro

Cargo/Função: Estudante de Pós-Graduação

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Lavras/Departamento de Administração e Economia.

Telefone para contato: 35 99159-2195

Local da coleta de dados: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e Cooperativa de trabalho dos Profissionais em Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Recicláveis e reutilizáveis de Nepomuceno - RECICLANEP.

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

II – OBJETIVOS

O objetivo central da pesquisa é compreender a relação existente entre a cooperativa RECICLANEP e o poder público do município de Nepomuceno, que, atualmente, tem com a cooperativa um contrato de prestação de serviços de coleta seletiva na cidade.

III – JUSTIFICATIVA

Frente a necessidade constante em melhorar cada vez mais o gerenciamento dos resíduos sólidos para aumento do volume de material passível de reciclagem a ser desviado dos aterros dos municípios do país e a necessidade veemente em se discutir as condições de atuação, necessidades, desafios e os papéis atribuídos tanto as prefeituras, quanto aos catadores, compreender a parceria entre a RECICLANEP e o poder público de Nepomuceno é substancial para o desenvolvimento sustentável na gestão dos resíduos sólidos municipais.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

A amostra será composta por cinco (5) membros da cooperativa RECICLANEP e por servidores municipais lotados nas secretarias de Desenvolvimento Social, Planejamento, Agricultura e Meio Ambiente e Obras Públicas, que serão amostrados de forma não aleatória, em função do envolvimento com a gestão dos resíduos sólidos no município.

EXAMES

O levantamento de dados será realizado através de entrevistas semiestruturadas, compostas de questões abertas, aplicadas aos cooperados e aos servidores municipais da prefeitura de Nepomuceno, lotados nos departamentos citados acima.

V - RISCOS ESPERADOS

A avaliação do risco da pesquisa é: Mínima.

São possíveis riscos esperados:



Cansaço em responder possíveis questionários longos.

Constrangimento por ter o conteúdo da fala registrada em áudio

Para minimizar os possíveis riscos acima, a pesquisadora, ao realizar a entrevista irá ser o mais objetiva possível, evitando interromper o entrevistado durante a execução da entrevista. Antes de gravar, vai expor ao entrevistado que o registro em áudio servirá como um facilitador para transcrição da entrevista e escrita do trabalho, não sendo ele exposto publicamente.

Também será previamente informado aos entrevistados que serão mantidos o sigilo e anonimato de todos eles.

VI – BENEFÍCIOS

A pesquisa, ao buscar compreender a parceria da prefeitura com a cooperativa poderá produzir subsídios para melhoria do trabalho de ambas as partes na gestão de resíduos sólidos do município de Nepomuceno, que quanto melhor for executada, mais benefícios positivos poderá produzir para a sociedade e Meio Ambiente.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A presente pesquisa poderá ser encerrada por alguma razão que a inviabilize, como a não resposta por parte dos entrevistados ou a recusa da participação deles.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, ____ de _____ de 20__.

 Nome (legível) / RG

 Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que ocorrerem (tais como gastos com transporte, que serão pagos pelos pesquisadores aos participantes ao início dos procedimentos); será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento, sem nenhuma penalidade e sem perder qualquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com a pesquisadora responsável que pode ser encontrada na rua Espírito Santo, nº 53, centro, Nepomuceno-MG..Telefones de contato: 35 99159-2195, 35 3861-2137 ou 35 3861-3277 (trabalho).

ANEXO 3 - Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 002/2017 de prestação de serviços de coleta seletiva, celebrado com o Município de Nepomuceno em 13.01.2017, em função do Processo nº 004/2017 – Dispensa nº 001/2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

ESTADO DE MINAS GERAIS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2017

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, CELEBRADO COM O MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO EM 13.01.2017, EM FUNÇÃO DO PROCESSO Nº 004/2017 – DISPENSA Nº 001/2017

O **MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO**, com sede na Praça Padre José nº 180, nesta cidade de Nepomuceno/MG, CNPJ nº 18.244.350/0001-69, neste ato representado pela Prefeitura Municipal, Sra. Luiza Maria Lima Menezes, doravante no presente instrumento denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS EM COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS DE NEPOMUCENO LTDA**, estabelecida à BR 265, KM 11, Bairro Piraquara, na cidade de Nepomuceno, MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 16.675.907/0001-90, neste ato representado pela cooperada Presidente Edivania Aparecida de Carvalho Gaspar, brasileira, casada, catadora, documento de identidade RG MG-17.015.461 – SSP/MG, CPF 104.581.426-11, residente e domiciliada à Rua Nair de Carvalho, nº. 43, bairro Vista Verde, na cidade de Nepomuceno/MG, e demais membros do Conselho Administrativo da Cooperativa abaixo listados, doravante denominado **CONTRATADO**, objetivando a aditivo contratual, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93, vem por esta e melhor forma de direito, aditar o contrato original celebrado, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO

1.1 Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 002/2017 por mais 12 (doze) meses, nos termos da cláusula oitava, item 8.1, que vigorará até 12 de janeiro de 2019.

1.2. Fica mantido o valor global do contrato de R\$ 217.252,83 (duzentos e dezessete mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), conforme ao preço repactuado, entre o Contratante e o Contratado.

1.3. O pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira parcela no valor de R\$ 18.104,43 (dezoito mil, cento e quatro reais e quarenta e três centavos) e as demais no valor de R\$ 18.104,40 (dezoito mil, cento e quatro reais e quarenta centavos).

1.4. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, a Nota Fiscal de entrada do material reciclado referente ao período de faturamento, juntamente com a Nota Fiscal de prestação de serviços do objeto da contratação.

1.5. A Contratada deverá coletar e processar, no mínimo, 18 toneladas de material reciclado por mês.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A dotação orçamentária destinada a acobertar as despesas decorrentes deste aditivo contratual correrá por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018: Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos 15.452.1502.2123 – Manutenção de Atividades – Secretaria de Obras (Serviços Urbanos) - 33903900 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

Luiza Maria Lima Menezes

Edivania

Gaspar

Nair

Carvalho

Carvalho

ANEXO 4 - Folder de divulgação da Semana de Meio Ambiente de Nepomuceno em 2018.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE
Nepomuceno/MG



04 a 08 JUNHO

SEPARAÇÃO DE LIXO | PLANTIO DE MUDAS
DINÂMICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL | CONCURSO E EXPOSIÇÃO DE DESENHOS PALESTRAS
APRESENTAÇÃO TEATRAL

PROGRAMAÇÃO COMPLETA WWW.EXTENSAO.UNINCOR.BR

APOIADORES:



MESTRADO PROFISSIONAL SUSTENTABILIDADE EM RECURSOS HÍDRICOS

UninCor
Universidade Vale do Rio Verde

ANEXO 5 - Folder de divulgação dos horários da Coleta de lixo e Coleta Seletiva no Município de Nepomuceno para o ano de 2017.



**HORA CERTA
CIDADE LIMPA**
Uma cidade limpa começa com a sua atitude.

**COLETA SELETIVA AGORA
TEM HORA CERTA**



FIQUE ATENTO AO CALENDÁRIO DE COLETA DO SEU BAIRRO

Veja os novos horários e dias de coleta. Vire!



SEPARE O MATERIAL RECICLÁVEL PARA A COLETA

 Vidros, latas e outros metais; sacolas e outros plásticos; garrafas pet; papéis; papéis e demais embalagens; óleo de cozinha.

 Resíduos de saúde: seringas, agulhas, cateteres, algodão, gases, etc.; Resíduos de higiene pessoal: botões, pilhas, penas, fitas, óleos essenciais, etc.; Resíduos Químicos e Drogas.

SEGUNDA, QUARTA E SEXTA A PARTIR DAS 7H
BAIRROS: ENSEADA, JARDIM COLINA, JARDINS DE MARIA, MARCIOLÂNDIA, NOVO HORIZONTE, SANTO ANTÔNIO, VILA BERNARDO E VILA RIO GRANDE.

SEGUNDA, QUARTA E SEXTA A PARTIR DAS 10H30
BAIRROS: ALTO DO CRUZEIRO, LAGOINHA, PROCON, VILA JAPONESA, VILA JOSEFINA PEDROSO, VILA MARINA, VILA MENEZES, VILA SÃO GERALDO E VISTA VERDE.

TERÇAS E QUINTAS A PARTIR DAS 7H
BAIRROS: COHAB, PADRE VITOR, SALGADO FILHO, SÃO FRANCISCO, VILA ESMÉRIA, VILA ESPERANÇA, VILA ESTER E VILA LEOLITA.

TERÇAS E QUINTAS A PARTIR DAS 10H30
BAIRROS: ANA NATALINA, CENTRAL PARK, SERRA NEGRA, VILA FERREIRA E VILA NAZIRA

NO CENTRO DE SEGUNDA A SÁBADO
DE SEGUNDA À SEXTA: A PARTIR DAS 9H
AOS SÁBADOS A PARTIR DAS 13H

UMA CIDADE LIMPA COMEÇA COM A SUA ATITUDE. COLABORE!





**HORA CERTA
CIDADE LIMPA**
Uma cidade limpa começa com a sua atitude.

**LIXO NA PORTA AGORA
TEM HORA CERTA**



FIQUE ATENTO AO CALENDÁRIO DE COLETA DO SEU BAIRRO

Veja os novos horários e dias de coleta. Vire!



NOVOS HORÁRIOS DE COLETA DE LIXO

DIARIAMENTE A PARTIR DAS 17H
CENTRO: AV. MONSENHOR LUIZ DE GONZAGA, RUA ANA IDALINA, RUA CAROLINA SOARES, RUA JOÃO INÁCIO DIAS, RUA DR. ERNANE VILELA LIMA, PRAÇA PADRE JOSÉ E ADIACÊNCIAS.

SEGUNDA, QUARTA E SEXTA A PARTIR DAS 17H
VILA PEDROSO, VILA ESTER, VILA LEOLITA 2, CARBOMINAS, LAGOINHA ATÉ MATADOURO, VILA LEOLITA, VILA ESMÉRIA, VILA FERREIRA, PADRE VITOR E UMA PARTE DO SANTO ANTÔNIO, COHAB, SALGADO FILHO, VILA NAZIRA, VILA MENEZES.

TERÇA, QUINTA A PARTIR DAS 17H E SÁBADO A PARTIR DAS 13H
VILA MARINA, ALTO DO CRUZEIRO, VISTA VERDE, JARDIM COLINA, NOVO HORIZONTE, SANTO ANTÔNIO, MARCIOLÂNDIA, JARDIM DE MARIA, ENSEADA, PROCON, VILA SÃO GERALDO, VILA JAPONESA, VILA JOSEFINA.

DURANTE O DIA
QUINTA-FEIRA: MAZARÉ DE MINAS, PORTO DOS MENDES E CARRAPATO.
SEGUNDA-FEIRA E SEXTA-FEIRA: SANTO ANTÔNIO DO CRUZEIRO E CAPOEIRINHA.
TERÇA-FEIRA E QUINTA-FEIRA: AVIÁRIO SANTO ANTÔNIO, SANTA CASA E DISTRIBUIDORA MAX.

Uma cidade limpa começa com a sua atitude. Colabore!

